

# Relatório e Contas | 2025

# ÍNDICE

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 1. INTRODUÇÃO

- › Mensagem do Presidente do Conselho de Administração;
- › Enquadramento da CE;
- › Principais Indicadores;
- › Principais Acontecimentos

### 2. QUEM SOMOS

- › Missão e Valores;
- › Modelo de Negócio
- › Modelo de Criação de Valor;
- › Modelo de Governo
- › Gestão do Risco

### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

- › Contexto Económico e Financeiro;

### 4. BANCO INTERATLANTICO EM 2022

- › Actividade de banca Comercial
- › Carteira de crédito
- › Rentabilidade Sustentável
- › Capital Humano
- › Reconhecimento e Reputação

### 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

- › Governação
- › Ambiente
- › Sociedade
- › Contribuição para ODS

### 6. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

### 8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS

- › Demonstrações financeiras
- › Eventos Subsequentes
- › Notas às demonstrações financeiras

### 9. RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### 10. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



A modern office lounge area featuring several blue armchairs arranged around a small wooden coffee table. The room is characterized by large windows with vertical blinds and a clean, minimalist design. The ceiling has recessed lighting and air vents. A glass door is visible in the background.

# INTRODUÇÃO

# 1. INTRODUÇÃO

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A nível internacional, o ano de 2025 for marcado por tensões geopolíticas que se têm estendido pelo presente ano, muitas das quais precipitadas em conflitos militares e guerras. As fricções que o mundo enfrenta têm limitado o acesso às matérias-primas, provocado a disrupção das cadeias de abastecimento e impactado o tecido produtivo. Acresce um clima de incerteza que torna mais imprevisível o crescimento e desenvolvimento futuro.

Cabo Verde, com uma economia aberta e exposta à importação de bens, matérias-primas e turismo como sector crítico da sua economia, tem conseguido atravessar o período de instabilidade demonstrando um crescimento robusto em 2025 que se estima acima de 5%. Para isso tem contribuído a criação de projetos de qualidade e desenvolvimento estrutural de Cabo Verde. O Banco Interatlântico é parte integrante deste processo.

O Banco Interatlântico teve em 2025 um ano de crescimento do crédito de 8,7% e depósitos de 13,6%, que demonstra o compromisso com o desenvolvimento do país, apoiando o financiamento das empresas e as famílias, e testemunho da confiança que o mercado deposita no Banco. É com orgulho que se observa que o crescimento do Banco se fez com notável melhoria da qualidade da nossa carteira de ativos. A redução do rácio de crédito em incumprimento para 2,27%, um valor que representa menos de um terço da média do setor, reflete o rigor da gestão de risco. Neste contexto, o Banco confere importância às funções de controle na análise de riscos e compliance. A auditoria interna permite assegurar o estrito cumprimento do normativo e rigor de procedimentos. Os critérios são definidos ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos que estabelece os padrões de exigência e confere a garantia de solidez do Banco Interatlântico.



# 1. INTRODUÇÃO

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Banco Interatlântico em 2025 foi, uma vez mais, reconhecido internacionalmente, com a distinção “*Bank of the Year*” pela oitava vez consecutiva, atribuída pela prestigiada revista *The Banker*, a par de outros seis galardões que premeiam a nossa inovação e liderança em diversas áreas de negócio.

Com o foco na sua atividade e nos seus clientes, o envolvimento do Banco Interatlântico estende-se à comunidade, comprometido com a ação social, combate às vulnerabilidades e criação de oportunidades para os jovens, estudantes e famílias. Serve igualmente o propósito de desenvolver a cultura que promove através de um programa regular de eventos de música e literatura, raízes do povo e história de Cabo Verde.

A sustentabilidade e o caminho do Banco Interatlântico seguem um plano estratégico para o período 2025-2028. Este plano multianual define métricas ambiciosas de eficiência operacional e de melhoria contínua de serviço ao cliente. É um plano que envolve 100% dos quadros do banco, o que é um dos principais fatores críticos de sucesso.

O ano de 2025 dá continuidade ao caminho sólido que o Banco Interatlântico tem desenvolvido. Uma equipa unida de colaboradores que constrói um banco robusto e focado no serviço ao cliente. Agradeço o contributo de cada um dos colaboradores e celebro este ano de bons resultados com o sentido de compromisso futuro e crescimento.

Agradeço em nome do Banco Interatlântico aos nossos clientes. A confiança que depositam no Banco e o serviço que prestamos a razão do nosso êxito. Para eles trabalhamos todos os dias com energia, compromisso e vontade sermos melhores.

O Presidente do Conselho de Administração

Nuno Alexandre de Carvalho Martins



# 1. INTRODUÇÃO

## ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Banco Interatlântico, filial da Caixa Geral de Depósitos, acompanhou o crescimento do mercado registando melhorias nos principais indicadores, e continuou os seus processos de investimento, mantendo o compromisso contínuo com a modernização e inovação com vista à melhoria contínua do serviço aos clientes.

Entre os principais marcos de 2025, destacam-se:

- Crescimento do crédito às famílias em mais de 11%, impulsionado maioritariamente pelo crédito ao consumo, alicerçado no modelo implementado em 2024 que permite desembolsos na conta do cliente em menos de 60 minutos, para clientes com salário domiciliado, e que impulsionou um crescimento de c. 27%;
- Aumento do crédito às empresas em c. de 5%, reforçando o nosso papel no apoio à economia; e
- Crescimento da carteira de depósitos superior a 13%, refletindo o dinamismo comercial da instituição e a captação de grandes promotores de investimento nacionais.

O crédito em incumprimento (critério BCV) situou-se nos 2,67%, menos de dois terço da média do sector e reflexo da capacidade do Banco em negociar soluções equilibradas com os seus clientes que protegem o seu património ao mesmo tempo que asseguram capacidade financeira para cumprir com os compromissos com o Banco.



# 1. INTRODUÇÃO

## ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os indicadores internacionais de NPE e NPL, que o Banco Interatlântico calcula de acordo com as regras internacionais e que são auditados, apresentam a seguinte evolução, muito favorável:

QUALIDADE DE CRÉDITO E COBERTURA.9	31 dez. 24	31 dez. 25	Variação
Rácio de NPL (Non-performing loans)	3,29%	2,27%	-1,02 p.p
Rácio de NPL Líquido	2,03%	1,15%	-0,88 p.p
Rácio de NPE (Non-performing exposure)	2,54%	1,87%	-0,67 p.p
Rácio de NPE Líquido	1,57%	0,96%	-0,61 p.p
Cobertura NPL	39,59%	50,15%	10,56 p.p
Cobertura NPE	39,31%	49,49%	10,18 p.p
Custo do Risco de Crédito	0,09%	0,05%	-0,04 p.p
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	3,04%	2,67%	-0,37 p.p
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 199/DSF/2018)	2,43%	2,70%	0,27 p.p
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	80,10%	83,66%	3,56 p.p

Os principais indicadores de desempenho do Banco em 2025 evidenciam uma trajetória de crescimento robusta:

- **Crédito líquido +8,8%**
- **Depósitos de clientes +13,6%**



# 1. INTRODUÇÃO

## ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

A modernização operacional e a melhoria da eficiência continuam a ser uma prioridade. Os projetos em curso têm permitido otimizar processos, reduzindo prazos e custos, ao mesmo tempo que reforçam a capacidade de resposta aos clientes.

O Banco mantém em curso projectos estruturantes, para melhorar a capacidade de serviço ao cliente, que já permitiram rever e simplificar processos e a estrutura, melhorando o *time-to-cash* e o *cost-to-serve*. Estes projectos continuarão a trazer inovação e a melhorar os padrões de serviço aos clientes em 2026.

Em reconhecimento do nosso desempenho, fomos distinguidos em 2025, pelo oitavo ano consecutivo, com o prémio “*Bank of the Year*”, da responsabilidade da publicação do *Financial Times*, *The Banker*. Esta distinção reconhece a solidez do desenvolvimento do Banco e do seu serviço aos clientes, bem como o empenho e a dedicação do Banco e dos seus empregados e o seu foco nos clientes e nos resultados.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco manteve uma política cuidada de responsabilidade social e cultural, apoiando alguns projectos e instituições sem fins lucrativos e culturais, importantes para o País.

Com uma visão clara e um compromisso contínuo com a inovação e o crescimento sustentável, estamos preparados para continuar a evoluir e a criar valor para os nossos clientes e para Cabo Verde.

A Comissão Executiva



# 1. INTRODUÇÃO



## PRINCIPAIS INDICADORES EM 2025

**40.970 M.CVE**

Ativo total

**21.129 M.CVE**

Crédito Bruto a Clientes

**34.766 M.CVE**

Depósitos (Clientes)

**39.614**

Clientes

**175**

Empregados

**11**

Unidades comerciais

Elevado dinamismo na produção comercial

**+6,3%**

Crédito Habitação (YoY)

**+13,6%**

Depósitos de Clientes (YoY)

Quotas de mercado (\*)

**12,71%**

Em crédito

**11,96%**

Em depósitos

Resultado

**571,6 M.CVE**

Resultado Líquido

ROE

**11,93%**

Forte reforço da confiança dos clientes

**59,17%**

Rácio de Transformação

Melhoria dos indicadores de risco e rentabilidade

**-0,4 p.p**

Rácio Crédito vencido

**2/5 do**

incumprimento do Sistema (\*)

BI 2,67%

Sistema 6,74%

**-0,19 p.p**

Cost of Risk

**+7,4 p.p**

Comissões %C Pessoal

**55,16%**

Cost to income

**18,70%**

Rácio de Solvabilidade



**2025**

Com base nos dados do BI de Dez/25 e dados do Sistema de Set/25

# 1. INTRODUÇÃO



## PRINCIPAIS INDICADORES EM 2025

Indicadores de Balanço e Exploração	31 dez. 24	31 dez. 25	Var.	Var %	Notas
Activo Líquido	36,665,480	40,969,624	4,304,144	11.74%	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4,731,983	4,392,708	-339,274	-7.17%	
Aplicações em Instituições de Crédito	4,844,495	8,501,875	3,657,380	75.50%	
Crédito a Clientes (Líquido)	18,972,867	20,647,597	1,674,729	8.83%	(1)
Crédito a clientes Bruto	19,435,649	21,128,573	1,692,924	8.71%	
dos quais: Crédito vencido	567,297	564,461	-2,835	-0.50%	
Imparidade	462,782	480,976	18,194	3.93%	
Títulos de Dívida Pública (Líquido)	3,850,616	4,101,757	251,141	6.52%	
Depósitos de clientes	30,612,136	34,766,122	4,153,985	13.57%	(2)
Capitais Próprios	4,487,891	5,271,065	783,173	17.45%	
Produto Global de Actividade	1,575,093	1,736,344	161,252	10.24%	
Margem Financeira	1,153,193	1,310,555	157,363	13.65%	
Margem Complementar	421,900	425,789	3,889	0.92%	
Custo de Estrutura	765,773	957,706	191,933	25.06%	
Imparidades e Provisões	95,237	159,186	63,948	67.15%	
Resultado de Exploração	809,320	778,638	-30,681	-3.79%	
Resultado Líquido	607,476	571,624	-35,852	-5.90%	

Valores em Milhares de CVE

## Rentabilidade e Eficiência

	31 dez. 24	31 dez. 25	Var.	Notas
Rentabilidade Líquida do Ativo (ROA)	1.80%	1.47%	-0.33 p.p	(3)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	15.32%	11.93%	-3.38 p.p	(3)
Produto Global de Actividade / Ativo Líquido Médio	4.67%	4.47%	-0.19 p.p	(3)
Custo com Pessoal / Produto Global de Actividade	22.03%	22.08%	0.05 p.p	
<i>Cost to income</i>	48.6%	55.16%	6.54 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0.25%	0.29%	0.04 p.p	(4)
Comissões Líquidas / Custos com Pessoal	40.37%	47.74%	7.37 p.p	

(1) Crédito a clientes inclui as obrigações corporate

(2) Não inclui os juros a pagar. Inclui depósitos de seguradoras.

(3) Capitais Próprios e Activos Líquidos Médios (13 observações)

(4) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

# 1. INTRODUÇÃO



## PRINCIPAIS INDICADORES EM 2025

Qualidade de crédito e Cobertura	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.	Notas
Rácio de NPL (Non-performing loans)	3.29%	2.27%	-1.02 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2.03%	1.15%	-0.88 p.p	
Rácio de NPE (Non-performing exposure)	2.54%	1.87%	-0.67 p.p	
Rácio de NPE Líquido	1.57%	0.96%	-0.61 p.p	
Cobertura NPL	39.59%	50.15%	10.56 p.p	
Cobertura NPE	39.31%	49.49%	10.17 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0.09%	-0.10%	-0.19 p.p	(5)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	3.04%	2.67%	-0.37 p.p	(6)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" nº 199/DSF/2018)	2.43%	2.70%	0.27 p.p	(6) (11)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	80.10%	83.66%	3.56 p.p	(6)

(1) Crédito a clientes inclui as obrigações *corporate*

(5) Custo de Risco de Crédito líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

(6) Crédito não titulado

(7) Crédito Líquido (inclui títulos das Empresas) / Depósitos de Clientes

(8) Provisório, ainda em processo de autorização pelo BCV

(9) Inclui 2 Administradores Executivos + 3 Estagiários

(11) Alteração de critério pelo BCV, correção efetuada no exercício de 2024

Rácios de Estrutura	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.	Notas
Crédito a clientes (Líquido) / Ativo Líquido	51.75%	50.40%	-1.35 p.p	(1)
Rácio de Transformação (Crédito Líquido / Depósitos)	60.96%	59.17%	-1.79 p.p	(7)

Rácios de Solvabilidade e Liquidez	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.	Notas
Rácio de Solvabilidade	17.23%	18.70%	1.47 p.p	(8)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	338.0%	337.49%	-0.54 p.p	

Outros Indicadores	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.	Notas
Nº de Empregados	172	175	3	(9)
Nº de Agências	9	9	0	
Empregado por Agência	19,1	19,4	0	
(Crédito + Depósitos)/nº Empregados	290 975	319 398	28 423	(5)
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	5 560 865	6 210 522	649 657	(5)

# 1. INTRODUÇÃO



## 1. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



A wide-angle photograph of a modern office space. The room is bright and airy, featuring a light-colored tiled floor and a white ceiling with recessed lighting. On the left, a long wall of large windows allows natural light to flood the space. In the center and right, several desks are arranged in a row, each equipped with a white desk, a black office chair, and a computer monitor. A white pillar stands prominently in the foreground on the right. The overall atmosphere is clean, professional, and open.

QUEM SOMOS

## 2. QUEM SOMOS

### Somos o seu BANCO

O Banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e de particulares *affluent e upper affluent*, distinto pela sua solidez, confiança e reputação, com capacidade de permanente inovação e reconhecido pela sua atuação pautada por um elevado padrão ético.

### MISSÃO E VALORES



**Ser** o banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e institucional bem como dos particulares de rendimento médio-alto, reconhecido pela inovação tecnológica e de produtos e dinamismo no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente no crédito especializado e mercado de capitais.

**Consolidar-se** como Banco prestador de um Serviço Financeiro global de qualidade, distinto pela relevância e responsabilidade forte na contribuição para um elevado padrão ético, desenvolvimento económico do País, reforço da competitividade, capacidade de inovação e satisfação dos empregados.

### A actividade e a conduta dos empregados

pautam-se pelos seguintes valores fundamentais:

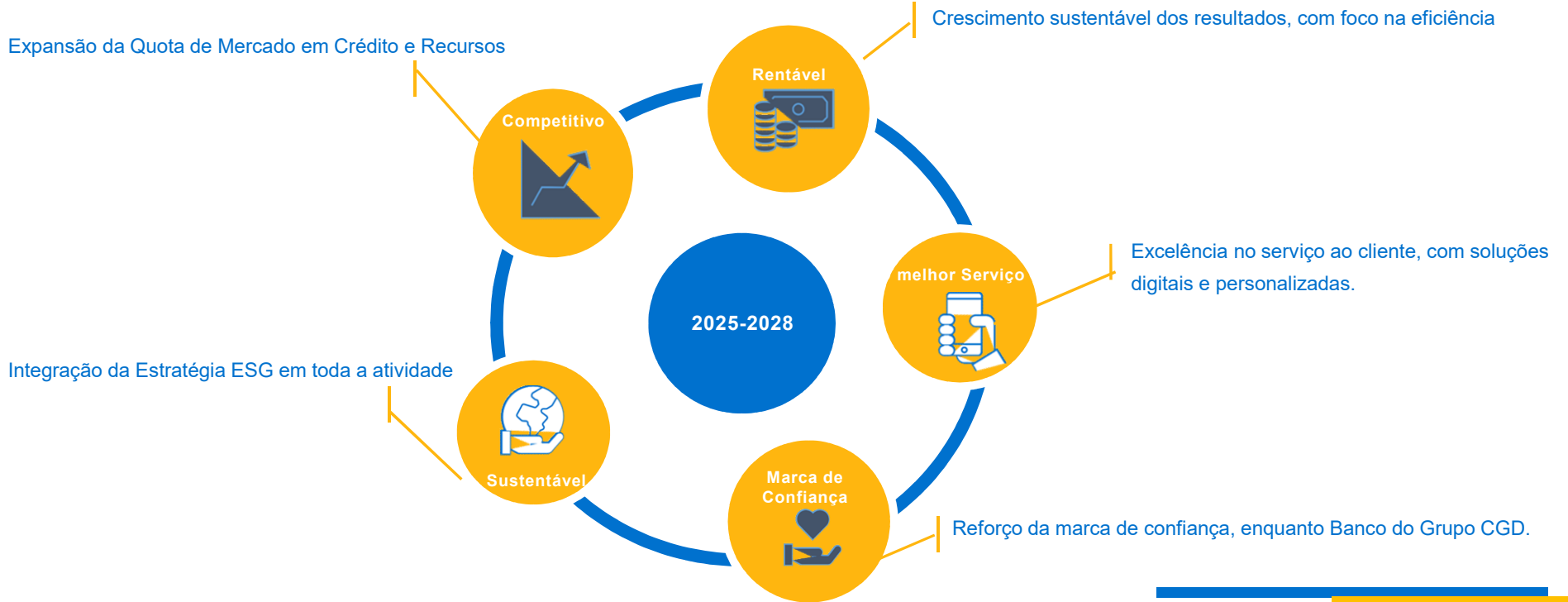
- Rigor;
- Transparência;
- Segurança nas aplicações;
- Responsabilidade organizacional e pessoal;
- Integridade; e
- Respeito pelos interesses confiados.

## 2. QUEM SOMOS



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

Em 2025, o Banco iniciou a execução do Plano Estratégico 2025-2028, assente em projetos estruturantes e orientado por cinco vetores estratégicos:



## 2. QUEM SOMOS



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO



## 2. QUEM SOMOS



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO



5 Projetos Estruturantes, transversais à organização, para implementação da Estratégia

ROBUSTECER ÁREAS DE  
CONTROLE

ALAVANCAR A PRESENÇA  
INTERNACIONAL

ACCELERAR A  
REENGENHARIA DE  
PROCESSOS

FORMAÇÃO DOS  
QUADROS

REDIFINIÇÃO DA  
MARCA



O foco nas **Pessoas**, aumentando responsabilidade e responsabilização e acompanhamento permanente e dedicado da gestão



As **Ambições para 2026 e Estratégia 2025/2028**, são de todos na organização:

**Crescer** – rentabilidade, quota de mercado e de cliente, negócio internacional;

**Inovar** – oferta, canais e serviço aos clientes; e

**Consolidar** – a mitigação dos riscos e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos).

## 2. QUEM SOMOS

### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Presença geográfica e canais

Para atender os seus Clientes – particulares, Empresas e Institucionais - o BI dispõe de uma rede comercial composta por nove agências, estrategicamente localizadas nas principais ilhas do arquipélago, complementada por um Gabinete de Empresas e um Gabinete de Particulares, totalizando 11 unidades comerciais.

Esta estrutura física está plenamente integrada com os canais digitais do Banco, nomeadamente o *home banking* Bin@Net (Particulares e Empresas) e o APP BI, assegurando um acesso simples, seguro e contínuo a produtos e serviços bancários.

O BI tem vindo a investir de forma consistente em inovação tecnológica e digital, com o objetivo de reforçar a experiência do Cliente, melhorar a capacidade de análise, e aumentar a agilidade na resposta às necessidades específicas de cada segmento. Em paralelo, encontram-se em curso iniciativas de reengenharia e otimização de processos, orientadas para a disponibilização de soluções mais eficientes, personalizadas e acessíveis, numa lógica multicanal.





## 2. QUEM SOMOS

### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Evolução dos meios de pagamento

Os canais digitais do BI mantiveram e reforçaram o suporte aos clientes através de linhas de atendimento, redes sociais e correio eletrónico, sendo complementados pela disponibilização de serviços remotos, nomeadamente ATMs, Internet Banking e a aplicação mobile. Em 2025, o crescimento da banca digital destacou-se como um dos principais marcos, com um aumento de **11% no número de utilizadores ativos**.

Paralelamente, **todos os operadores realizaram o upgrade dos terminais POS, reforçando a adesão aos meios digitais e contribuindo para a expansão da base de clientes. As operações realizadas através da aplicação do Banco** registaram crescimentos superiores a **100%** face ao ano anterior, evidenciando uma utilização cada vez mais expressiva dos canais digitais remotos.

A experiência do cliente foi igualmente reforçada através da implementação de novas soluções tecnológicas. Destaca-se o início do processo de introdução do **sistema de gestão de filas com senhas automáticas** em mais 3 agências: Agência Sede (Chã de Areia), Agência Sal Rei (Boavista) e a nova Agência do Palmarejo, cuja inauguração está prevista para o 1º semestre de 2026. Atualmente, este sistema, já se encontra em funcionamento nas agências de Achada Santo António e Plateau, permitindo aos clientes retirar e acompanhar as suas senhas remotamente, a partir de qualquer local com acesso à internet.

Em simultâneo, foi dada continuidade ao plano de modernização do parque das ATMs, com a substituição de equipamentos mais antigos por modelos mais modernos e robustos, assegurando maior qualidade e fiabilidade do serviço prestado. Em 2025, foram instaladas e/ou substituídas **12 máquinas**, o que resultou numa redução de **12%** nas intervenções da SISP- entidade responsável pela gestão e manutenção das máquinas – associadas a falhas de hardware. Do ponto de vista dos clientes, verificou-se igualmente uma redução significativa de **67% no número de reclamações diretas relacionadas com falhas de ATM**, passando de três para apenas um registo no período em análise.

#### Principais indicadores





## 2. QUEM SOMOS

### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Evolução dos meios de pagamento

Relativamente aos POS (terminais de pagamento), o Banco aumentou a sua quota de mercado, atingindo uma quota de **14% (1p.p. comparativamente à 2024)**, encerrando o exercício com **2.008 POS ativos**, o que representa um crescimento no número de dispositivos de aproximadamente **16%**.

A movimentação digital apresentou igualmente um incremento expressivo. Os pagamentos de serviços via Internet Banking cresceram **9% em termos homólogos (YoY)**, enquanto as transferências efetuadas através do Mobile Banking registaram um aumento de **178% YoY**, refletindo a crescente digitalização dos clientes e o reforço da confiança nos serviços remotos disponibilizados pelo Banco.

Com estes avanços, o BI reafirma o seu compromisso com a inovação, a segurança e a qualidade dos serviços, mantendo o foco na disponibilização de uma experiência bancária cada vez mais eficiente, segura e orientada para o digital.

#### Principais indicadores

**14%** Quota de mercado POS

YoY

**+9,63%**

*Pagamentos de serviços no Internet Banking*

**+178%**

*Transferências no Mobile Banking*

**Movimentos nos nossos Canais**

## 2. QUEM SOMOS

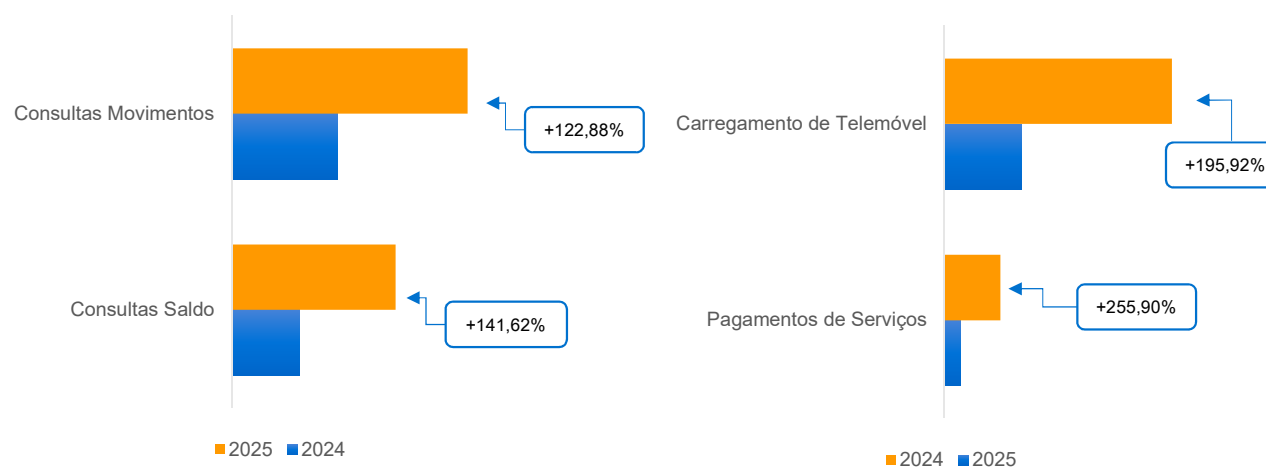


### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Evolução dos meios de pagamento

Em 2025, os meios de pagamento digitais registaram uma evolução muito expressiva em todos os segmentos. Destaca-se o forte crescimento dos pagamentos de serviços que aumentaram mais de 2,5 vezes face a 2024, e do carregamento dos telemóveis, quase a duplicar. As transferências, tanto entre contas do próprio Banco quanto para outros bancos, registaram aumentos superiores a 175%, refletindo a crescente utilização dos canais digitais. No geral, o volume total de transações passou de cerca de 3 milhões para 7,4 milhões, um crescimento de 150%, evidenciando a consolidação da digitalização e a maior confiança dos clientes nos meios de pagamento eletrónicos.

#### Operações App Banco Interatlântico



## 2. QUEM SOMOS

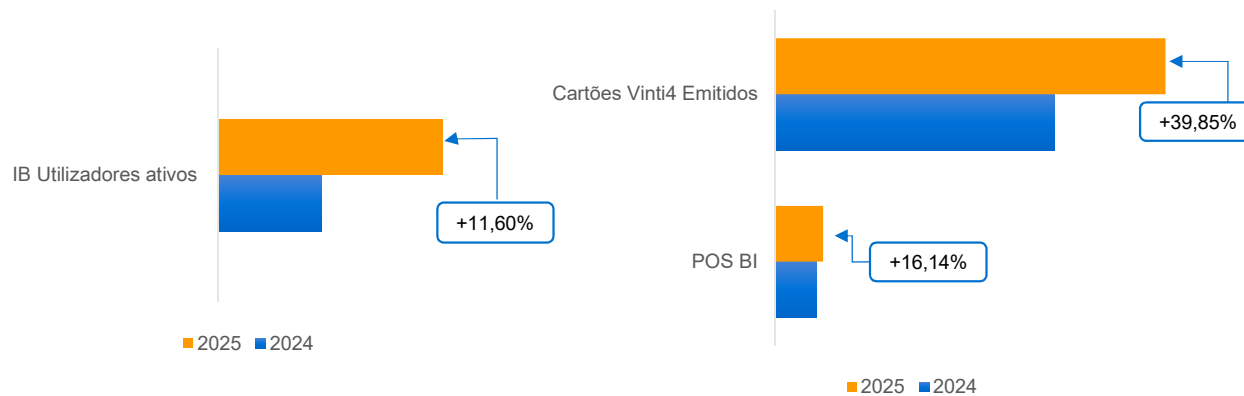


### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Evolução dos meios de pagamento

Em 2025, o Internet *Banking* manteve-se como um canal sólido e de referência para os clientes, registando um crescimento em operações estratégicas. As consultas aumentaram consistente em vários segmentos. O número total de consultas aumentaram 3,6% face a 2024, evidenciando a preferência dos clientes por acompanhar os saldos através da plataforma. Os pagamentos de serviços registaram um crescimento de 9,6%, destacando a confiança dos clientes na realização de transações digitais. Também os pagamentos com cartão registaram evolução positiva, subindo 3,9%. No total, as variações verificadas, confirmaram a consolidação deste canal, como uma ferramenta central na experiência digital dos clientes.

#### Operações internet Banking



## 2. QUEM SOMOS



### MODELO DE CRIAÇÃO DE VALOR

#### CRIAMOS VALOR ATRAVÉS DO NOSSO MODELO DE NEGÓCIO





## 2. QUEM SOMOS

### MODELO DE GOVERNO

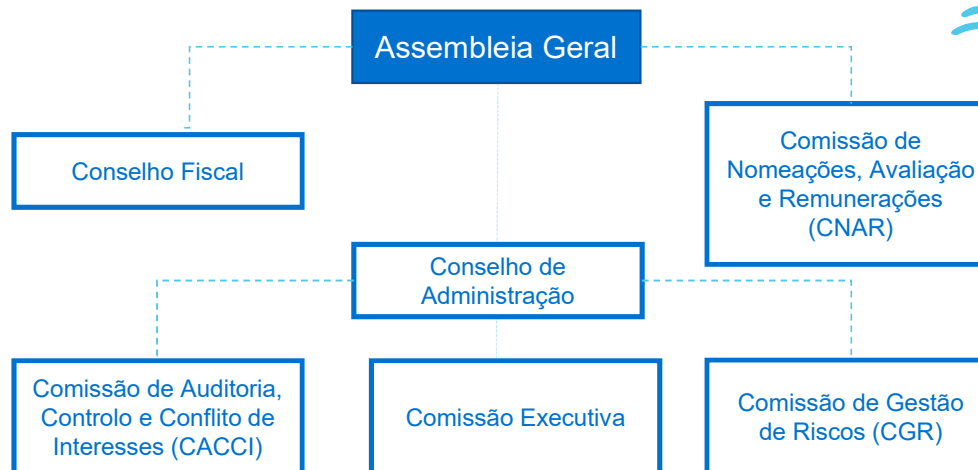
#### Governança

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 347º do Código das Sociedades Comerciais, tendo como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

#### Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos trienalmente. A AG delibera sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos, incluindo a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão, contas do exercício, distribuição de resultados, e aumentos de capital.



#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é composto por um número ímpar de membros, no mínimo de cinco, sendo um presidente e outro vice-presidente, eleitos em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos. A atividade do Conselho de Administração está estabelecida no Regulamento do Conselho de Administração, o qual pode ser consultado no sítio do BI.

O CA reúne trimestralmente ou sempre que seja convocado pelo seu Presidente. De todas as reuniões são lavradas atas em que são registadas as deliberações e presenças verificadas.



## 2. QUEM SOMOS

### MODELO DE GOVERNO

#### Conselho Fiscal

A fiscalização da atividade social do Banco pertence ao Conselho Fiscal, composto por um Presidente, dois vogais efetivos e um vogal suplente. O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser consultado no sítio do Banco Interatlântico, em [www.bi.cv](http://www.bi.cv).

O Conselho Fiscal deve reunir-se ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada três meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente, sendo elaboradas atas das reuniões realizadas.

#### Comissão de Auditoria, Controlo e Conflito de Interesses (CACI)

A CACI tem como objetivo acompanhar a atividade da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BI, zelar pela observância das condições legais e regulamentares, dos Estatutos do Banco e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente, bem como, avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função, proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco e tomar conhecimento das situações de conflito de interesses e das medidas de gestão adotadas.

#### Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR)

Este órgão é responsável por atualizar e rever a Política de Remunerações, sempre que considerado adequado ou necessário, de forma a assegurar o cumprimento dos seus objetivos e requisitos.

Esta Comissão tem como outras responsabilidades, propor à Assembleia Geral os valores das remunerações e, bem assim, as componentes fixas e variáveis que as integrem, quando aplicável, assim como emitir parecer sobre a avaliação de desempenho dos Titulares de Funções Relevantes (TFR), podendo para o efeito consultar, se o entender, o TFR Corporativo.

#### Comissão Gestão de Riscos (CGR)

A CGR é responsável por apoiar e aconselhar o Conselho de Administração em matéria de gestão de riscos do BI, em perímetro individual e consolidado, avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de *Compliance*, monitorizar a estratégia e a apetência pelo risco do Banco, supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do Banco, avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BI e pronunciar-se sobre a nomeação de consultores externos que a função de fiscalização decida contratar para a prestação de aconselhamento ou apoio.

No âmbito das suas competências, a CGR é presidida pelo CRO do Grupo CGD e integra adicionalmente três Administradores não executivos e independentes.

## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Modelo de Governo da Função de Gestão de Riscos

No BI, a Função de Gestão de Risco (FGR) é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO), que integra a Comissão Executiva do Conselho de Administração e reporta tanto à FGR Corporativa (FGR-CGD) quanto ao CRO Corporativo (CRO-CGD) do Grupo CGD.

O CRO é responsável por acompanhar e supervisionar o quadro de gestão de risco do BI, garantindo a eficiência e o bom funcionamento da Função. Além disso, cabe a ele informar e esclarecer os órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos assumidos, o perfil global de risco do Banco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância ao risco previamente estabelecidos.

A Função de Gestão de Risco (FGR) local está sob a responsabilidade do *Head of Risk*, que conta com o suporte da Direção de Gestão de Risco (DGR). Essa estrutura é responsável pela avaliação e monitorização dos riscos financeiros (como crédito, mercado, liquidez e taxa de juro no balanço) e não financeiros (como estratégico, operacional, cibernético, tecnológico, climáticos e ambientais e reputacional) a que o Banco está exposto. A estrutura da gestão de risco local segue o princípio da segregação de funções, garantindo a distinção entre as áreas comerciais e a gestão de risco. A FGR local responde integralmente à FGR Corporativa, garantindo alinhamento e coerência nas suas operações.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é uma unidade de primeiro nível dentro da estrutura organizacional do BI e desempenha um papel essencial no controlo interno. A sua principal missão é proteger o capital do Banco, gerindo os riscos atrás mencionados. A DGR também se responsabiliza por analisar as inter-relações entre os diferentes tipos de risco, assegurando a sua gestão integrada e coerente.



A estrutura local da DGR conta com o suporte e segue as diretrizes da DGR Corporativa, garantindo alinhamento estratégico e operacional.

O *Head of Risk*, que no Banco Interatlântico acumula a função de Diretor da DGR, tem a responsabilidade de liderar e desenvolver uma Direção de referência. Além das atribuições definidas nos normativos internos do BI, a sua atuação segue os princípios estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), bem como outras regulamentações aplicáveis, alinhando-se também às melhores práticas e padrões internacionais.

O objetivo é assegurar a eficiência e eficácia do sistema de gestão de risco, promovendo a sua melhoria contínua e fortalecendo a cultura de risco no Banco Interatlântico. Isto, de forma coerente, consistente e alinhada às diretrizes do Grupo CGD, garantindo uma abordagem integrada e estratégica para a gestão de riscos.



## 2. QUEM SOMOS



### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco de Crédito

A metodologia de gestão do Risco de Crédito assenta numa abordagem transversal e contínua ao nível da concessão, do acompanhamento e da constituição de imparidades.

Na concessão, o BI garante o cumprimento da definição de Apetência pelo Risco de Crédito e da Política de Gestão de Risco de Crédito, nas componentes de tipo de cliente, tipo de crédito, valor, valor da exposição, colateral e prazo, entre outros, respeitando diferentes níveis de competência para a aprovação, conforme os limites obrigatórios definidos para a emissão de pareceres de risco de crédito.

No processo de acompanhamento e monitorização, garante-se o acompanhamento do crédito vencido e a verificação das recuperações registadas, com a produção de um conjunto de reportes sobre o crédito vencido e as recuperações, tendo desenvolvido uma rotina de produção de informação de gestão que tem permitido às diversas Unidades de Negócio e à Unidade de Recuperação de Crédito Vencido uma maior eficiência na sua actividade.

No âmbito do cálculo de imparidades, são considerados os activos financeiros classificados ao custo amortizado (AC) e mensurados pelo justo valor através do outro rendimento integral (FVTOCI), nomeadamente, crédito concedido a empresas e particulares incluindo Garantias Bancárias Prestadas, Compromissos Revogáveis e Irrevogáveis e Linhas de Crédito Revogáveis e Irrevogáveis bem como os Títulos.

São isentas do cálculo de imparidade do crédito as operações Intragrupo.

Para os créditos a empresas, procede-se ao apuramento da exposição total por cliente, enquanto no crédito a particulares o tratamento é efectuado ao nível da operação, não se procedendo à agregação do valor de exposição das respectivas operações.

As exposições mais significativas são sujeitas a análise individual de imparidade, efectuada pela Unidade Comercial Gestora do cliente, mediante o preenchimento de uma Ficha de Análise Individual, que pretende determinar a capacidade do mutuário em fazer face ao serviço da dívida, em linha com as orientações regulamentares e corporativas.

Para as exposições menos significativas ou, caso da análise individual resulte uma taxa de imparidade nula, é considerada a análise colectiva ou paramétrica, realizada com base numa desagregação da carteira em subsegmentos de risco homogéneos, que englobam activos com características de risco similares, de acordo com critérios específicos determinados automaticamente ou decorrentes do melhor conhecimento da exposição considerada.

O BI tem implementados modelos de rating de empresas que visam, primordialmente, a notação de toda a carteira de crédito, refletindo de forma adequada o risco de crédito dos clientes em cada momento, permitindo um tratamento objetivo e diferenciado de clientes/operações com base no seu perfil de risco e, também, apoiar na monitorização periódica da carteira de crédito.

Na análise do risco de crédito de particulares, o BI rege-se por modelos de *scoring*, que cumprem objectivos similares.

## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco de Mercado

O Risco de Mercado assume pequena relevância no contexto do BI, face às operações efetuadas, não existindo transações suficientes para assegurar liquidez e formação de preços no mercado financeiro em que se insere.

Em termos de Risco de Taxa de Câmbio, a existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados e são revisto anualmente com a Direcção de Gestão de Risco da CGD e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “*Value at Risk*” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o Grupo e para cada Filial e Sucursal.



##### Risco de Taxa de Juro do Balanço

A generalidade das operações de crédito contratadas são à taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

##### Risco de Liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash-flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o excedente de liquidez no exterior.

Relativamente ao Rácio de Cobertura de Responsabilidades mensalmente comunicado ao Banco de Cabo Verde, o seu valor esteve ao longo do ano sempre acima dos parâmetros regulamentares mínimos fixados.



## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco Operacional

Enquanto integrante do GCGD, o BI, em alinhamento com a gestão do risco operacional do mencionado Grupo, continuou a promover a implementação de medidas que permitam reforçar a gestão do risco operacional e a elaborar anualmente um relatório com as informações mais relevantes sobre a gestão dos diversos riscos, incluindo da gestão do risco operacional e o perfil de risco operacional do Banco.

De realçar que mensalmente é acompanhado no Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (CROCI), a gestão do risco operacional, com a apresentação/discussão entre outros temas, da apetência pelo risco operacional.

##### Risco Modelo

A gestão do risco de modelo do BI assenta num processo integrado que compreende as seguintes dimensões: (1) Identificação, documentação e registo dos modelos; (2) Classificação do nível de risco dos modelos (*risk tiering*); (3) Governo interno do desenvolvimento, implementação e monitorização dos modelos; (4) Validação dos modelos; (5) Monitorização e comunicação do risco de modelo; e (6) Utilização de recursos externos.

Compete ao Gabinete de Validação de Modelos (GVM) do GCGD propor à aprovação do Comité de Validação de Modelos da CGD (CVM) uma metodologia de avaliação do risco inerente dos modelos do BI, baseada numa estrutura de *“risk tiering”*. Compete igualmente ao GVM do GCGD, em cooperação com a DGR/CGD, a preparação das orientações e recomendações específicas relativas à gestão dos modelos, aplicáveis ao BI. Por sua vez o BI deve verificar a implementação dessas orientações e recomendações.

##### Riscos Climáticos e Ambientais (C&E):

A gestão de riscos climáticos e ambientais em Cabo Verde, onde os desafios ambientais, como a desertificação, escassez de recursos hídricos e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos podem ter relevância no negócio, exigem atenção especial por parte do BI.

O Banco vem assumindo o seu papel na transição para uma economia mais sustentável, integrando critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas suas estratégias e processos de gestão de risco. Isso envolve a avaliação do impacto ambiental e climático de suas carteiras de crédito e investimentos, evitando a exposição a setores de alto risco climático e incentivando o financiamento sustentável.

##### Outros Riscos não Financeiros

A gestão dos riscos não financeiros no BI incorpora as seguintes categorias de risco: estratégia e negócio, cibernético e de tecnologias de informação (IT), reputacional e climáticos e ambientais:

- Risco de estratégia e negócio: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de riscos macroeconómico, geopolítico, de modelo de negócio, de execução de investimento, de participações em bancos e não bancos e de alterações climáticas;
- Risco cibernético e de tecnologias de informação (IT): probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas que advêm de risco de mudança, integridade de dados, falha nos sistemas de IT, risco de acesso e risco de entrega de sistemas de IT; e
- Risco Reputacional: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas originadas pela perceção negativa da imagem pública da instituição (atividade bancária, bancassurance, gestão de ativos e risco de proteção de dados confidenciais).

O controlo e a gestão de riscos não financeiros do BI passa essencialmente pela identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, mitigação e reporte dos mesmos, em particular, no âmbito da Taxonomia de Riscos do Grupo CGD.

A modern office lounge area featuring a curved wall of vertical blinds. In the foreground, there are four blue armchairs arranged around a small wooden coffee table. The floor is light-colored tile, and the ceiling has recessed lighting and air vents. A glass-walled office is visible in the background.

# CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO (\*)

##### Economia Global

Desaceleração do crescimento económico mundial, embora de forma menos acentuada do que o previsto nas projeções de abril de 2025. Os riscos em torno das projeções permanecem inclinados para o lado negativo intensificando-se os fatores adversos ao crescimento no curto prazo, principalmente pelo abrandamento do comércio mundial.

O crescimento da economia mundial deverá ser de 3,3 por cento em 2024, para 3,2 por cento em 2025 e 3,1 por cento em 2026, mantendo-se em torno dos 3,2 por cento em 2027, à medida que as tarifas e a incerteza em torno das políticas pesam sobre o consumo e reduzem as perspectivas de investimento, superiores às projeções do WEO de abril de 2025 em 0,4 pontos percentuais e em 0,1 pontos percentuais em 2026. A revisão em alta para 2025 resulta, em grande parte, de uma antecipação do comércio internacional mais forte do que o esperado face ao aumento previsto das tarifas, da redução da incerteza da política comercial, da melhoria das condições financeiras globais.

Crescimento moderado das economias da Área do Euro e do Reino Unido e desaceleração da economia dos EUA.

\*Fonte: Relatório da Política Monetária Out./2025.

*“Espera-se um crescimento do rendimento real disponível (auxiliado pelo crescimento dos salários reais e emprego), bem como, ao aumento de novos gastos governamentais com infraestruturas e defesas.”*



Nos EUA, projeta-se uma desaceleração no crescimento económico devido à maior incerteza política, às barreiras comerciais (tarifas), à fraca confiança e ao menor crescimento tanto da força de trabalho quanto do emprego. Na Área do Euro e no Reino Unido, espera-se um fortalecimento moderado do crescimento económico ao longo de todo o horizonte de projeção, apoiada pelo aumento do rendimento real disponível.

Espera-se um crescimento do rendimento real disponível (auxiliado pelo crescimento dos salários reais e do emprego e pela redução da inflação), bem como, à novos gastos governamentais em infraestruturas e defesa, refletindo decisões recentes de política monetária, a redução da incerteza da política comercial e uma recuperação da procura externa mais também sustentarão as perspectivas de crescimento.

Em 2027, espera-se uma recuperação do comércio mundial, crescendo 3,1 por cento, embora a um ritmo mais lento do que o crescimento real do PIB mundial. De realçar que, embora as tarifas possam gerar desafios logísticos, as pressões sobre as cadeias de oferta mundial permanecem contidas.

Quanto ao investimento, espera-se uma redução, devido ao abrandamento do comércio mundial, com tarifas mais altas e incerteza persistente em torno da política comercial.

Em 2026, a orientação orçamental deverá afrouxar, sobretudo devido ao aumento do investimento público em economias avançadas para atender a vários objetivos políticos urgentes, desde gastos com defesa e infraestrutura ao aumento do investimento em financiado pelos fundos do NextGenerationEU (NGEU).

	2022	2023	2024	2025 <sup>a</sup>		2026 <sup>a</sup>		2027 <sup>a</sup>	
				abr/25	out/25	abr/25	out/25	abr/25	out/25
<b>Produto Interno Bruto em volume (t.v., %)</b>									
Mundo	3,5	3,5	3,3	2,8	3,2	3,0	3,1	3,2	
Área do Euro	3,4	0,4	0,8	0,8	1,2	1,2	1,1	1,4	
EUA	1,9	2,9	2,8	1,8	2,0	1,7	2,1	2,1	
Reino Unido	4,3	0,4	1,1	1,1	1,3	1,4	1,3	1,5	
<b>Comércio Volume (t.v.a., %)</b>									
Comércio mundial de bens e serviços	5,2	1,0	3,5	1,7	3,6	2,5	2,3	3,1	
Importações da Área do Euro	8,4	-1,7	-0,2	1,9	2,8	2,6	2,0	2,7	
Importações do Reino Unido	13,0	-1,3	2,8	1,8	5,0	1,2	1,3	2,8	
<b>Mercado de Trabalho (Taxa de Desemprego)</b>									
Área do Euro	6,7	6,5	6,4	6,4	6,4	6,3	6,3	6,2	
EUA	3,6	3,6	4,0	4,2	4,2	4,2	4,1	4,0	
Reino Unido	3,8	3,8	4,5	4,5	4,7	4,4	4,7	4,6	
<b>Preço das Matérias-Primas (t.v.,%)</b>									
Energéticas	39,2	-16,4	-1,8	-15,5	-12,9	-6,8	-4,5	0,5	
Não energéticas	7,9	-5,7	3,7	4,4	7,4	0,2	4,1	0,2	
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.,%)</b>									
Área do Euro	8,4	5,4	2,4	2,1	2,1	1,9	1,9	2,1	
EUA	8,0	4,1	3,0	3,0	2,7	2,5	2,4	2,2	
Reino Unido	9,1	4,3	2,5	3,1	3,4	2,2	2,5	2,0	
Portugal	8,1	5,3	2,7	2,1	2,2	2,2	2,1	2,2	
<b>Taxa de Câmbio do Euro</b>									
Efectiva do Euro (t.v.a. em %)	-3,6	4,9	1,9	-1,5	2,9	0,0	1,7	0,0	
Euro - Dólar (v.m.a. em dólares)	1,05	1,08	1,08	1,04	1,13	1,04	1,16	1,16	
<b>Taxa de Juro (%)</b>									
Curto Prazo (Euribor 3 meses)	0,3	3,4	3,6	2,2	2,2	2,0	1,9	2,1	

Fonte: World Economic Outlook; Fundo Monetário Internacional; Banco Central Europeu; Banco de Inglaterra; Federal Reserve Board



### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO (\*)

##### Economia Nacional

Manutenção da política monetária restritiva, com a estabilidade da taxa de juro diretora no nível atual. **O Banco Central deverá manter a sua atual orientação restritiva da política monetária, com a estabilidade da taxa de juro diretora no nível atual, considerando a evolução recente do diferencial entre as taxas de juro internas e as da Área do Euro favorável às taxas nacionais,** o crescimento robusto das reservas internacionais líquidas do país, a expectativa de manutenção da política monetária do BCE, com as taxas de juro estáveis em torno dos 2 por cento e o aumento da taxa de inflação no país.

De realçar que, a partir de julho de 2022, a taxa de juro diretora do BCE ultrapassou a taxa de juro do BCV, o que se tem mantido até à data atual. O diferencial entre as duas taxas de juro de referência registou um alargamento significativo, passando a ser favorável à taxa europeia.

O BCV deu início à normalização da sua política monetária em maio de 2023, data em que procedeu à subida da taxa de juro diretora em 75 pontos base, de 0,25 por cento para 1 por cento.

\*Fonte: Relatório da Política Monetária Out./2025.

*De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB registou um crescimento em volume de 4,9 por cento em termos homólogos, valor que compara com os 9,3 por cento observados em igual período do ano anterior. Os dados indicados pelo BCV, projetam um crescimento do PIB em volume em torno de 5,5 por cento em 2025, 4,8 por cento em 2026 e 5,0 por cento em 2027. A maior parte desta moderação deverá refletir um menor contributo da procura externa líquida.*

Posteriormente, em novembro de 2023 e maio de 2024 foram efetuadas mais duas subidas em 50 pontos base, passando a taxa diretora para os atuais 1,50 por cento, enquanto a taxa de facilidade de depósito se situa em 0,95 por cento. Considerando o corte das taxas de juro realizado pelo BCE em junho e, em setembro e outubro de 2024, as taxas diretoras do BCE e do BCV foram revistas novamente, situando-se em 3,40 e 1,50 por cento, respetivamente, apresentando um spread de 190 pontos base. Mais recentemente, em fevereiro de 2025, O BCV fez uma nova revisão das principais taxas, com uma variação de 25 p.p com efeitos a março de 2025. A taxa diretora passou então para 2,5 por cento.

##### **Condições de financiamento para os agentes económicos menos favoráveis em todo o horizonte de projeção.**

Antecipam-se condições de financiamento menos favoráveis para as famílias e as empresas em 2024 e 2025, com as taxas de juro mantendo-se inalteradas, e para 2026, o Orçamento Geral do Estado (OGE), além de perspetivar algumas medidas de política com impacto nas projeções macroeconómicas, aprova o plano de intervenções para a reabilitação e reconstrução das infraestruturas nas ilhas afetadas pela tempestade tropical em agosto de 2025.

Para 2026 e 2027, perante o atual contexto marcado por sucessivos choques externos, que incluem tensões comerciais e geopolíticas e uma incerteza persistente em torno da política comercial, as perspetivas atualizadas do BCV apontam para um abrandamento do crescimento da economia nacional. A desaceleração do crescimento da atividade económica nacional será determinada essencialmente pela redução do contributo da procura externa líquida devido ao aumento que se espera das importações.

No que respeita à inflação, perspetiva-se que a taxa de inflação média anual aumente para 2,4 por cento em 2025 e que reduza gradualmente para 1,7 por cento em 2026 e 1,0 por cento em 2027.

**Projeta-se que a atividade económica nacional desacelere em 2025, devido ao menor contributo da procura interna; no entanto, em 2026 e 2027 será devido à queda do contributo da procura externa líquida, sendo que o consumo privado continuará a ser a componente com maior contributo para o crescimento do PIB apesar da sua desaceleração,** em consequência da moderação esperada nos rendimentos reais das famílias, decorrente do aumento da inflação e do menor crescimento das prestações sociais e de outras transferências, bem como da baixa confiança dos consumidores. Por seu turno, o investimento após queda em 2024, deverá registar uma recuperação, mantendo, contudo, um contributo fraco no crescimento do produto.



# O BANCO EM 2025

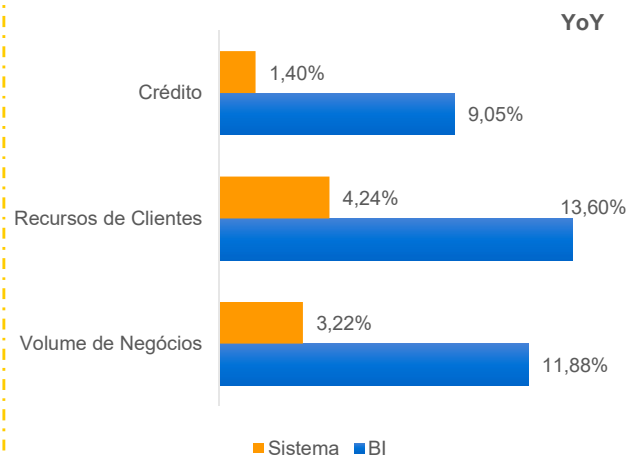


## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025



### ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL <sup>(1)</sup>

#### Posicionamento Competitivo



Fonte Banco de Cabo Verde Set 2025 Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

#### Volume de Negócios



O **volume de negócios** do **sistema bancário** nacional registou, em 2025, um crescimento de **3,22%** face ao exercício anterior. O **Banco Interatlântico** registou um crescimento superior, de **11,88%**, aumentando a sua quota de mercado para **12,22%** (0,95 p.p.).

#### Recursos de Clientes <sup>(2)</sup>



Em 2025, os **recursos totais de clientes** do **Banco Interatlântico** registaram um crescimento de **13,60%** face a dezembro de 2024, **um crescimento muito superior a evolução do mercado, de 4,24%**, atingindo o montante de **CVE 34.916 mil**. No que respeita à carteira de depósitos, observou-se uma evolução favorável, com destaque para o aumento dos depósitos à ordem de **15,5%** e um crescimento nos depósitos à prazo em **7,1%**.

#### Crédito Bruto a clientes não titulado



Em relação ao **crédito bruto**, o mercado registou uma variação positiva, de **1,40%**, e o **Banco Interatlântico** de **9,05%**, com a **quota** de mercado situando-se em **12,71%** (0,89p.p) em dezembro de 2025. O **crédito vencido** diminuiu **0,50%** em 2025, representando um **rácio de incumprimento** de **2,77%**, muito inferior ao Sistema Bancário, que registou um **rácio de incumprimento** de **6,74%**.

(1) Com base nos dados do BI de Dez25 e dados do Sistema de Set25

(2) Inclui Juros e outros débitos de clientes. Inclui depósitos de seguradoras.



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

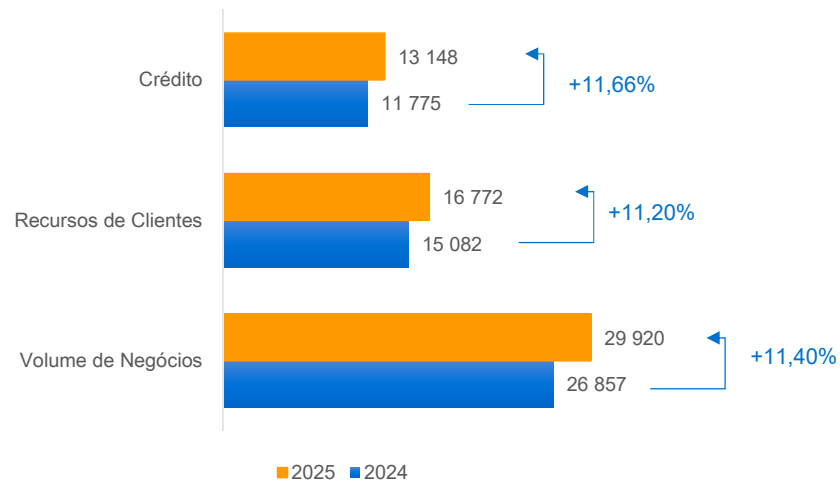
#### Posicionamento Competitivo



##### Volume de Negócios \*

O volume de negócios na **Banca de Retalho** situou-se nos CVE 29.920 milhões em Dezembro de 2025, registando um aumento de 11,40% face ao período homólogo, com um registo de crescimento a nível de crédito de 11,66%.

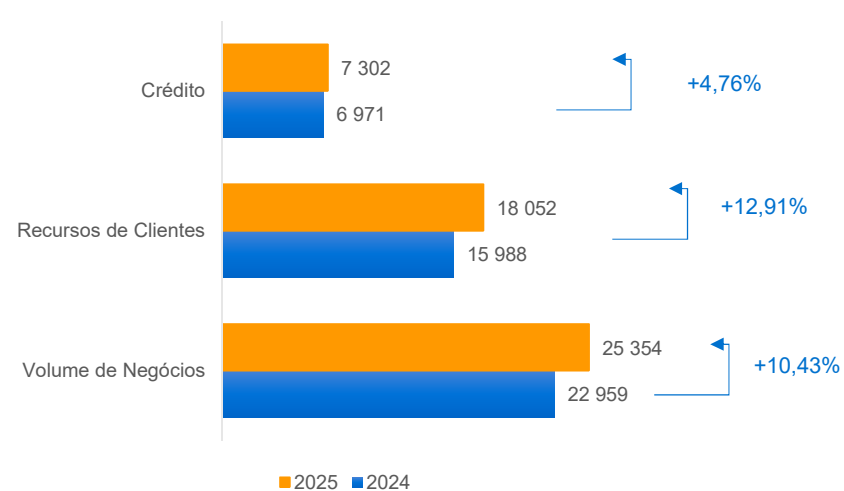
##### Particulares e Pequenos Negócios



\* Sem os títulos

O volume de negócios da **Banca Corporativa e Sector Público** alcançou o montante de CVE 25.354 milhões em 2025, representando um aumento de 10,43% face ao período homólogo, impulsionado pelo crescimento dos Depósitos (12,91%) e o crescimento do crédito em 4,76%.

##### Banca Corporativa e Sector Público





## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### CARTEIRA DE CRÉDITO A CLIENTES <sup>(1)</sup>

A carteira de crédito (bruto) vincendo do Banco Interatlântico registou um aumento de **8,99%** face ao período homólogo, correspondendo a **CVE 1.695,8 milhões**, totalizando **CVE 20.564,1 milhões**. Este crescimento foi impulsionado pelo aumento do **crédito às empresas (CVE +326 Mio, +5,18%)**, do **segmento do consumo (CVE +829 Mio, +28,36%)** e do **crédito à habitação (CVE +544 Mio, +6,37%)**, refletindo a forte dinâmica comercial alcançada ao longo do ano 2025.

O crédito e juros vencidos atingiu, em 2025, o montante de **CVE 564,5 milhões**, registando uma diminuição **CVE 2,8 milhões** face a Dezembro de 2025, resultado do esforço do Banco em resolver os incumprimentos.

As **imparidades** de crédito a clientes situaram-se em **CVE 480,9 milhões**, refletindo o esforço da instituição em assegurar uma adequada cobertura do risco de crédito e em reforçar a qualidade da carteira.

Em termos líquidos, o **crédito a clientes** registou um aumento de CVE **1.674,7 milhões (8,83%)**, fixando nos **CVE 20.647,6 milhões** (excluindo os títulos de dívida pública).

Os 50 maiores clientes de crédito representaram **26,46%** do total da carteira. Os 50 maiores clientes NPL representaram **86,68%** do total carteira NPL.

(1) Crédito a clientes inclui as obrigações *corporate*

Qualidade de crédito e Cobertura	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.	Notas
Rácio de NPL (Non-performing loans)	3.29%	2.27%	-1.02 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2.03%	1.15%	-0.88 p.p	
Rácio de NPE (Non-performing exposure)	2.54%	1.87%	-0.67 p.p	
Rácio de NPE Líquido	1.57%	0.96%	-0.61 p.p	
Cobertura NPL	39.59%	50.15%	10.56 p.p	
Cobertura NPE	39.31%	49.49%	10.17 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0.09%	-0.10%	-0.19 p.p	(5)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	3.04%	2.67%	-0.37 p.p	(6)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 199/DSF/2018)	2.43%	2.70%	0.27 p.p	(6) (11)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	80.10%	83.66%	3.56 p.p	(6)

(5) Custo de Risco de Crédito líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

(6) Crédito não titulado

(11) Alteração de critério pelo BCV, correção efetuada no exercício de 2024

Os rácios de NPE e NPL situaram-se nos **1,87%** e **2,27%**, com variações negativas de 0,7 p.p e 1,0 p.p, respetivamente.



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

#### Resultados, Rendibilidade e Solvabilidade

Em 2025, o Banco Interatlântico registou um **lucro líquido de CVE 571,6 milhões**, representando uma redução de cerca de 6% face ao exercício anterior. Esta variação decorreu essencialmente do aumento dos custos de estrutura e do reforço das imparidades, cujo impacto não foi integralmente compensado pelo crescimento do produto bancário.

O **Produto Global da Atividade** aumentou **10,2% (CVE 161,3 milhões)**, alcançando o montante de **CVE 1.736,3 milhões**, impulsionado pelo acréscimo dos proveitos do crédito, das aplicações e das comissões recebidas refletindo a evolução favorável da atividade operacional e a capacidade da instituição em expandir as suas fontes de rendimento.

Em Dezembro de 2025, a **Margem Financeira** registou um aumento em **CVE 157,4 milhões (13,6%)** relativamente ao período homólogo, situando-se em **CVE 1.310,6 milhões**, justificado essencialmente por:

1. Aumento dos **juros e rendimentos similares** em **CVE 198,4 milhões (14,2%)** face ao período homólogo, justificado essencialmente:
  - Pelo aumento dos **juros de crédito a clientes** em **20,43% (CVE 213,3 milhões)**, devido ao aumento do volume de crédito performing em **CVE 1.696 milhões (8,99%)** e melhoria da remuneração média da carteira.
  - Em sentido contrário, pela diminuição dos **juros dos títulos de dívida** no montante de **CVE 14,9 milhões (11,38%)**, justificada pelas amortizações de obrigações de tesouro registadas ao longo do ano, com Taxa Média Ponderada (TMP) superior às novas aquisições.

Valores em mil CVE	31 Dez 24	31 Dez 25	Var.
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	1 153 193	1 310 555	13,6%
Juros e Rendimentos Similares	1 401 368	1 599 756	14,2%
Juros e Encargos Similares	248 175	289 200	16,5%
<b>MARGEM COMPLEMENTAR</b>	421 900	425 789	0,9%
Rendimentos de instrumentos de capital	79 592	86 883	9,2%
Comissões Liquidadas	140 070	183 036	30,7%
Resultados de reavaliação cambial	57 657	53 654	-6,9%
Resultados de alienação de outros activos	2 133	1 797	-15,8%
Outros resultados de exploração	142 448	100 420	-29,5%
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	1 575 093	1 736 344	10,2%
Custos com pessoal	346 992	383 416	10,5%
Gastos gerais administrativos	333 831	451 815	35,3%
Amortizações do exercício	84 949	122 475	44,2%
<b>CUSTO DE ESTRUTURA</b>	765 773	957 706	25,1%
<b>RESULTADOS BRUTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	809 320	778 638	-3,8%
Imparidades e Provisões	95 237	159 186	67,1%
Resultados em empresas associadas	0	0	
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	714 083	619 453	-13,3%
Impostos Correntes	111 197	72 502	-34,8%
Impostos Diferidos	-4 590	-24 673	437,5%
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	607 476	571 624	-5,9%



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

#### Resultados, Rendibilidade e Solvabilidade

2. Verificou-se um aumento dos **custos financeiros CVE 41,0 milhões** (16,53%) face ao período homólogo. Este acréscimo resultou essencialmente do crescimento dos **juros dos depósitos a prazo em 16,26% (CVE 38,9 milhões)**, em consequência do aumento dos depósitos a prazo em **9,19%**.

Ao nível da **Margem Complementar**, registou-se um acréscimo de CVE 3,9 milhões face ao período homólogo, alcançando o montante de CVE 425,8 milhões, justificado maioritariamente pela evolução favorável do comissionamento, refletindo a capacidade da instituição em potenciar receitas através da sua atividade operacional.

As **Comissões líquidas** aumentaram em **CVE 42,9 milhões**, o que representa um acréscimo de **30,67%** face ao período homólogo. Este desempenho foi maioritariamente justificado por pelo crescimento nas operações internacionais, transferências nacionais, comissões de seguros e comissões relacionadas com as transações VISA.

Os **Custos De Estrutura** totalizaram os **CVE 957,7 milhões**, registando um aumento em **CVE 191,9 milhões (25,06%)** face ao período homólogo, justificado, essencialmente, pelas seguintes variações:

- Pelo aumento dos **custos com pessoal** no montante de CVE 36,4 milhões (10,50%), melhorando as remunerações dos colaboradores e premiando o mérito;
- Pelo aumento nos **gastos gerais administrativos** no montante de CVE 118 milhões;
- Pelo aumento das **depreciações e amortizações** em CVE 37,5 milhões (44,17%) justificado maioritariamente pelos projectos informáticos em curso e concluídos no decorrer do ano.

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido. O **rácio de solvabilidade** a 31 de Dezembro foi de **18,7%**, representando um aumento de 1,5 p.p.



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### CAPITAL HUMANO

O BI, em alinhamento com a Caixa Geral de Depósitos, baseia a sua conduta relativamente aos seus empregados no respeito pela:

- **Diversidade;**
- **Igualdade de oportunidades;** e
- **Não-discriminação,**

Pautando, igualmente, a sua ação por um integral e rigoroso cumprimento da lei e por elevados padrões éticos.

Na relação com, e entre, empregados são proibidas quaisquer formas de discriminação individual incompatíveis com a dignidade da pessoa, nomeadamente em relação à sua origem, etnia, género, orientação sexual, opinião política e/ou religião, constituindo princípio fundamental do Banco proporcionar oportunidades de acesso ao trabalho e promoção profissional iguais e sem qualquer discriminação.

Paralelamente, o BI promove um ambiente de trabalho em que cada um pode colaborar na deteção e comunicação destas práticas indesejadas, assegurando a não retaliação e disponibilizando um canal interno para o efeito ([gaica@bi.cv](mailto:gaica@bi.cv) (GAI – Comunicação Assédio)).

Nos processos de contratação, seleção e/ou promoção profissional, é proibida qualquer forma de discriminação, devendo todos os intervenientes, independentemente da sua posição, atuar com objetividade e promover a igualdade de oportunidades tendo como único propósito identificar os candidatos mais adequados ao perfil e necessidades da função e os mais alinhados com a cultura e os valores do Banco.

Todos os empregados, especialmente os que desempenham funções de chefia ou de direção, devem promover relações baseadas no respeito pela dignidade, participação, equidade e colaboração recíproca, contribuindo para a criação e manutenção de um bom ambiente de trabalho.

No que se refere aos riscos laborais, o BI considera a segurança e a saúde no trabalho fundamentais, sendo a melhoria permanente das condições de trabalho um objetivo prioritário.

No cumprimento da legislação em vigor, o Banco assegura um ambiente de trabalho seguro e saudável com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025



### CAPITAL HUMANO

#### Principais Indicadores



175 empregados\*

64% Mulheres

39 Anos

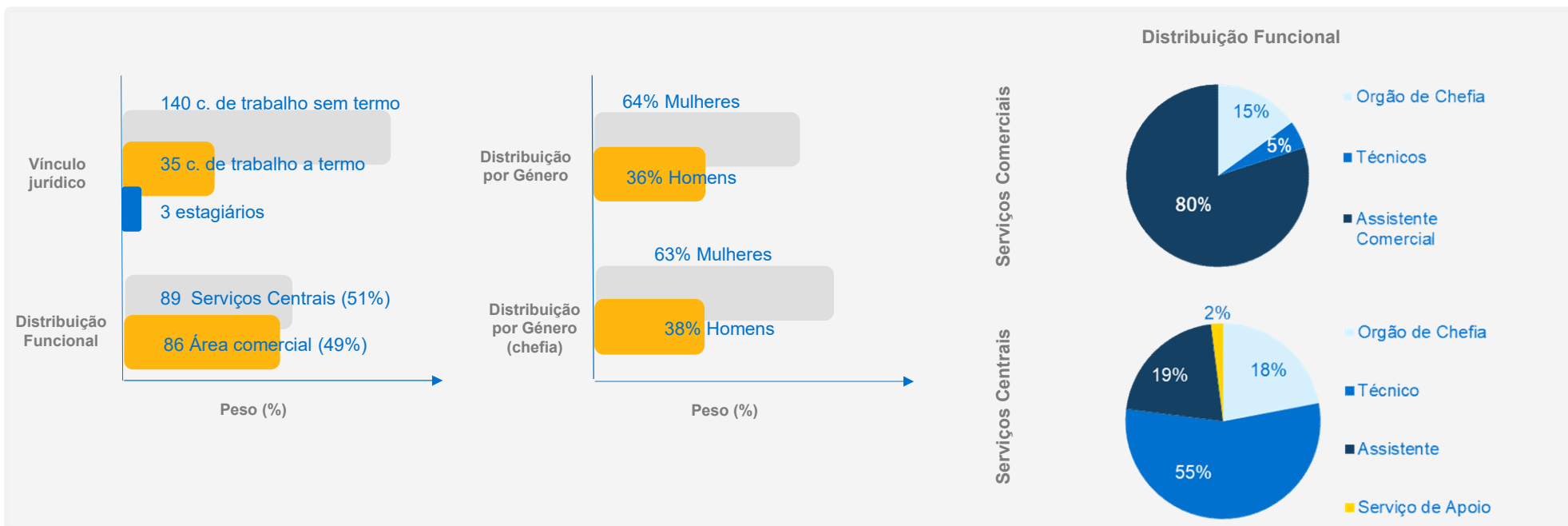
Média de idades



80% efetivos



5.334 Horas de Formação



\* Uma empregada encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada) e uma outra em situação de pré-reforma. A estes 172 empregados acrescem 3 estagiários profissionais. 37



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### CAPITAL HUMANO

O Banco terminou o ano de 2025 com um quadro de pessoal de 175 elementos (dos quais 64% são mulheres), verificando-se um aumento de 3 elementos face a 2024. Do total, 2 elementos encontram-se a exercer cargo no próprio Banco (Comissão Executiva), um outro elemento encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada) e um outro elemento encontra-se em situação de pré-reforma.

Da globalidade dos empregados, 140 são efetivos (mais 6 em relação ao ano anterior) e os restantes 35 possuem contrato por tempo determinado (mais 5 em relação ao ano anterior).

Em 2025 verificou-se uma distribuição igualitária (aproximadamente) entre à área comercial e os serviços centrais, com 86 e 89 empregados, respetivamente.

A média de idades dos empregados do Banco é de 39 anos, com predominância a idade superior aos 40 anos.

Relativamente à antiguidade, 57% do quadro de pessoal, 100 empregados, tem antiguidade superior a 6 anos e, destes, 72 empregados têm antiguidade superior a 10 anos.

Ao nível das habilitações literárias, verificou-se mais 9 empregados com formação superior de licenciatura, fixando-se em 128.

Acrescendo-se o número de estagiários, o total do quadro de pessoal cifrou-se em 175, sendo 172 com contrato de trabalho e 3 beneficiaram de acordo de estágio profissional.

### Distribuição por Escolaridade

	2024		2025	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	2	1%	2	1%
Ensino Secundário	38	23%	40	23%
Bacharel	6	4%	6	3%
Licenciatura	108	65%	116	67%
Pós - Graduação/Mestrado	11	7%	11	6%
Total	165	100%	175	100%



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### CAPITAL HUMANO

#### Investimento contínuo na capacitação e no desenvolvimento dos empregados

A aprendizagem e formação no BI assenta na dinamização de um modelo formal e informal. Foram realizadas 128 ações de formações, equivalentes a 5.334 horas, mantendo-se, as formações presenciais, não descurando a dinâmica das formações por via remota.

As formações abrangeram 175 participantes (correspondendo a 100% do total dos empregados). No que se refere ao indicador hora por empregado, verifica-se uma média de 30 horas. As formações ministradas visaram principalmente capacitar, difundir e incentivar a cultura de gestão de risco na instituição e participaram nestas formações não só quadros com funções de controlo (2ª e 3ª linhas de defesa), mas também quadros pertencentes aos órgãos de estrutura de suporte e rede.

O BI tem apostado de igual modo no desenvolvimento dos seus colaboradores através de ações de formações, valorizando e incentivando o crescimento profissional. Atualmente, o BI oferece um programa de comparticipação de custos para cursos de especialização, beneficiando três colaboradores, um Diretor Adjunto e dois Técnicos. Colocando em prática a política de sustentabilidade, foram igualmente ministradas formações relativas a finanças sustentáveis, tendo igualmente quadros do Banco participado em programa de certificação, conferências e workshops sobre ESG e ODS.

Elencam-se as principais formações realizadas durante o ano:

#### Desenvolvimento de Competências Pessoais e Profissionais

- Modelo de Avaliação de Desempenho

#### Cultura de Controlo e Gestão de Risco

- Controlo Interno
- Sistema de Controlo Interno
- Análise de Risco de Crédito
- Funções de Gestão de Risco e Compliance
- Risco Operacional
- Gestão do Risco de Taxa de Juro
- Gestão do Risco de Taxa de Liquidez
- Modelo *Scoring* e PARC
- PBC/CFT
- Sistema de Gestão de Risco de IT

#### Sustentabilidade

- Esg, Riscos Climáticos e Ambientais
- Rating ESG BI
- Auditoria à ESG
- 2ª Conferência de ESG do Banco Interatlântico
- Regulamentação e Conformidade ESG
- ESG Developments Interactive Workshop
- ESG for senior Executive Bankers

#### Outros temas relevantes

- Excel - Introdução ao VBA
- Introdução em *Python*
- *Crypto - Assents and tokenisations*
- *Credibox*
- Contabilidade Bancária

#### Estadística Formação

2024			2025		
Nº de Ações	Nº part.	Horas For.	Nº de Ações	Nº part.	Horas For.
148	163	6976	128	176	5334



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2025

### RECONHECIMENTO E REPUTAÇÃO



**The Banker** atribui ao Banco Interatlântico, pelo **oitavo ano consecutivo**, o prémio do “Bank of the Year” Cabo Verde. Reconhecendo deste modo o empenho e a dedicação do Banco e dos seus colaboradores na elevada qualidade de serviço aos clientes.



### Capital Finance Internacional (CFI.co)

distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio “Banking Awards 2025 – Visionary in Regional Economic Empowerment – Cape Verde 2025”.

Reconhecendo o Banco como uma instituição visionária que muito contribui para o desenvolvimento da economia regional em Cabo Verde.

**Global Banking & Finance Review** distinguiu o Banco Interatlântico com **seis** prémios:

- Best Bank for Auto Loans Cape Verde 2025
- Best Corporate Bank Cape Verde 2025
- Best Digital Bank Cape Verde 2025
- Best Green Bank (Caixa Group ESG) Cape Verde 2025
- Most Innovative Retail Banking App Cape Verde 2025
- Best Corporate Sustainability Strategy Cape Verde 2025



**Global Finance** distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio “Best Banks 2025”. Reconhecendo o Banco como o melhor do país em 2025, destacando o desempenho, solidez financeiro e qualidade dos serviços.



Estas distinções materializam o compromisso do Banco Interatlântico em elevar cada vez mais os seus padrões de serviço e reflectem a preferência e confiança dos nossos Clientes.



**BANCO SOCIALMENTE  
RESPONSÁVEL**



### Principais marcos da Sustentabilidade

#### Destaques 2025



175 colaboradores



Diversidade colaboradores:  
36% género masculino e 64% género feminino



5334 horas de formação



Não se verificaram incidentes de corrupção.

Verificou-se uma redução no consumo de eletricidade.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O Banco Interatlântico tem vindo a reforçar o seu compromisso com o desenvolvimento económico e social sustentável da comunidade onde se insere.

Esse compromisso encontra-se refletido no comportamento íntegro, responsável e sustentável; numa forte cultura empresarial e financeira; na prossecução da eficiência económica e criação segura de valor, orientada por uma visão de longo prazo.

Assim, a atuação do BI como “Banco Socialmente Responsável” desenvolve -se ao longo de três eixos:

- Governação;
- Sociedade; e
- Ambiente.





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.



O BI dispõe de um modelo de governo que procura replicar as melhores práticas do sector, dentro do quadro legal aplicável. No quadro da governação, são definidas responsabilidades orgânicas e padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa e garantem a comercialização responsável e adaptada às necessidades dos Clientes.

Incluem-se neste modelo de governo um conjunto de políticas de governação e conduta e códigos de atuação, que refletem o compromisso do Banco com os Clientes, Empregados, Fornecedores e Sociedade em geral.

#### Código de Conduta

O BI dispõe de um Código de Conduta atualizado que formaliza e operacionaliza a gestão da ética no contexto empresarial, o qual se encontra de acordo com o Aviso nº 4/2017, de 7 de Setembro do Banco de Cabo Verde.

Este Código consagra princípios de atuação (artigo 10.º- “Independência dos interesses”) e normas de conduta profissional (artigo 27.º- “Conflitos de interesses”) sobre as situações de conflitos de interesses que possam ocorrer no exercício da sua atividade, bem como um meio de comunicação interna de práticas irregulares (artigo 38.º- “Comunicação de Práticas Irregulares”) que poderá vir a consubstanciar um efetivo mecanismo de gestão de situações de conflitos de interesses. Ainda institui o dever de não envolvimento dos empregados em situações propiciadoras ou susceptíveis de associação com o fenómeno da corrupção (artigo 34.º- “Corrupção”).

#### Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

No BI a prevenção da corrupção e infracções conexas encontra-se regulamentada em uma Política específica - Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

Esta Política estabelece os princípios orientadores para a detecção e prevenção da corrupção e infracções conexas, enumera as áreas potencialmente mais expostas ao fenómeno e descreve medidas de prevenção e respectivos responsáveis e regras aplicáveis à monitorização, avaliação e actualização da própria política.

Importa ainda referir que a PPCIC estabelece a disponibilização de formação a todos os empregados em temas relacionados com a prevenção da corrupção e infracções conexas

Este documento encontra-se disponível para consulta em [www.bi.cv](http://www.bi.cv)



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL



### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

A **Política de Transações com Partes Relacionadas** foi emitida no âmbito das melhores práticas corporativas nos termos e para os efeitos do artigo 33.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, com materialidade de impacto no BI por ser entidade do Grupo CGD e não prejudica o disposto no Código das Sociedades Comerciais, na Lei da atividade das Instituições Financeiras (“LAIF”), designadamente nos respetivos artigos 80º e 52º, no Aviso nº 3/2019 artigo 16º do Banco de Cabo Verde, no Código de Conduta do BI e na Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses do BI, nem em qualquer outro normativo interno que preveja proibições, limitações ou especificidades nas operações que envolvam Partes Relacionadas.

Esta política, define os critérios de classificação de Partes Relacionadas, os processos da respetiva identificação e de análise das transações com Partes Relacionadas, assim como a sua publicitação e atualização. Adicionalmente, destaca-se a norma relativa à implementação desta Política que:

- (i) identifica os procedimentos de identificação dos Órgãos de Estrutura responsáveis pela elaboração da lista de partes relacionadas,
- (ii) define a atribuição de poderes para a solicitação da informação necessária à elaboração da lista de partes relacionadas, identificando os Órgãos de Estrutura que disporão da informação em causa,
- (iii) concretiza a definição de canais e procedimentos de troca de informação prévios à aprovação de transações, permitindo assim identificar atempadamente os casos de participação de partes relacionadas em transações com o BI,
- (iv) e define o mecanismo de confirmação da adequação da publicitação interna e externa da Política de Transações com Partes Relacionadas.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### Participação de Irregularidades

A adopção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIP) no BI está em consonância com as orientações emanadas por autoridades internacionais e nacionais.

Em 2016, foi aprovado e publicado o primeiro normativo interno que regula a comunicação de práticas irregulares, indo de encontro ao disposto no artigo 74º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de Abril. Com a introdução do novo regime jurídico surge a necessidade de revisão e alteração do normativo interno, passando a adoptar as novas regras estabelecidas.

#### Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses

A Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses (PGPGCI) define como situações de conflitos de interesse, sempre que o BI e/ou os seus empregados no exercício das suas actividades e/ou funções, tenham interesses próprios que possam interferir, ou sejam susceptíveis de interferir, com os deveres de lealdade, diligência, neutralidade, independência de espírito e respeito dos interesses que lhe são confiados e possam resultar de situações de conflitos entre estes, o BI, os seus clientes, seus empregados, accionistas, fornecedores e partes relacionadas.

Ainda prevê que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem fazer as declarações relativamente às participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente no BI ou em empresas que detenham participações, relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras, ou quaisquer outros parceiros de negócio do BI.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

A prevenção da lavagem de capitais e o combate ao financiamento ao terrorismo constituem objectivos prioritários para o Banco Interatlântico, pois são factores indispensáveis para preservar a sua integridade e a confiança que nele depositam os clientes e todos aqueles que com ele diariamente se relacionam.

Esta política, define as orientações e os procedimentos que garantam o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor em Cabo Verde e as corporativas no âmbito da prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, designadamente, os dispostos nas Leis nº 119/VIII/2016 e nº 120/VIII/2016, de 24 de Março, bem como a regulamentação do Banco de Cabo Verde nesta matéria, constante no Aviso nº 05/2017 de 07 de Setembro de 2017, considerando-se ainda os requisitos previstos no Aviso nº 04/2017 do Banco de Cabo Verde quanto ao acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

#### Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos

A Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos (PGAMP), estabelece os princípios, estratégias, funções e processos internos destinados à criação e/ou distribuição dos produtos no mercado, com o objectivo de assegurar que:

- 1) Se enquadra na estratégia do Banco Interatlântico e do Grupo CGD e respeita a apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração, e
- 2) Os interesses, objetivos e características dos clientes são tidos em conta, evitando o seu potencial detrimento, assim como a minimização de potenciais conflitos de interesse.

A PGAMP estabelece os princípios de atuação que norteiam o processo de aprovação interna de produtos em observância das orientações de governação e monitorização, assim como a política formal de aprovação de Novos Produtos/ Serviços estabelecendo, nomeadamente, as etapas, funções e responsabilidades que devem ser observadas no processo de aprovação de produtos.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### Norma sobre a Gestão e Tratamento de Reclamações

Uma eficaz gestão e tratamento das reclamações e das sugestões dos clientes (ou não clientes) constituem um meio privilegiado para melhorar a qualidade do serviço prestado, reforçando a imagem do Banco Interatlântico, S.A. no mercado em que opera.

Uma nova visão do papel das reclamações, como meio privilegiado de interacção com o Banco Interatlântico, S.A., é o primeiro passo para o aumento sustentado da qualidade do serviço prestado, estimulando a adopção de procedimentos futuros mais adequados, com vista a mitigar ineficiências e potenciar a eficiência operativa.

#### Política de Protecção de Dados

Estabelece os princípios, as regras legais e regulamentares, as normas e actuação e as boas práticas observadas pelo BI, no âmbito dos procedimentos corporativos e da legislação nacional, no tratamento de dados pessoais a que procedem, na esfera da sua actividade.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### **Política de remuneração dos colaboradores e dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BI**

A Política de Remuneração dos colaboradores procura contribuir para que os objectivos e valores de longo prazo sejam alcançados pelo BI, tendo em conta a sua apetência pelo risco, através da adoção de práticas remuneratórias sãs e prudentes, promovendo uma gestão sólida e eficaz do risco no âmbito da estratégia empresarial do BI e em linha com a estratégia corporativa do Grupo CGD.

Por sua vez, a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BI estabelece os princípios, regras e procedimentos destinados a fixar e implementar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do BI.

#### **Política de Sustentabilidade**

Define o modelo de governação, princípios orientadores e actividades específicas, bem como os principais intervenientes e respectivas responsabilidades na gestão da sustentabilidade do BI.

É essencial a definição para o BI do quadro geral de desenvolvimento das actividades de gestão da Sustentabilidade, fornecendo diretrizes para a tomada de decisão sobre negócio e processos que se relacionem de alguma forma com as matérias ambientais, sociais e de governação.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### AMBIENTE

Contribuir para o progresso e o bem-estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis



O Banco Interatlântico reconhece que a adopção de práticas de desenvolvimento sustentável na sua gestão corrente constitui parte integrante da sua missão tendo assumido:

- **A integração de critérios ambientais** como factores determinantes na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, a marca e os valores corporativos;
- **A responsabilidade na preservação do ambiente**, gerindo e monitorizando os impactes directos e indirectos das suas actividades, produtos e serviços; e
- **A promoção e a participação das partes interessadas**, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### AMBIENTE



Contribuir para o progresso e o bem-estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis

O Banco, alinhado com a Política de Ambiente da Caixa Geral de Depósitos, assume os seguintes compromissos fundamentais

- Adoção de uma atitude e medidas proactivas de prevenção da poluição; e
- A melhoria contínua do desempenho ambiental.

É igualmente compromisso do banco:

- Definir e implementar uma Política do Ambiente e envolver activamente os empregados na sua implementação, em particular através da sua sensibilização e formação ambiental;
- Promover a ecoeficiência nas operações, minimizando o consumo de materiais, energia e de outros recursos naturais, e respeitando a hierarquia da gestão de resíduos;
- Definir e implementar um Programa de Baixo Carbono, alinhado com a estratégia da CGD para as Alterações Climáticas;
- Disponibilizar e promover produtos e serviços financeiros com impacto positivo no ambiente;
- Promover a incorporação de critérios ambientais na análise de risco da concessão de crédito;
- Integrar critérios ambientais no processo de seleção de fornecedores e subcontratados, assumindo o papel de agente de mudança na cadeia de valor, e colaborando com os clientes empresariais e fornecedores na gestão de riscos e na melhoria do seu desempenho ambiental;
- Ser parte activa na resposta da sociedade a problemas ambientais como as alterações climáticas, a escassez de recursos e a conservação da biodiversidade, procurando dinamizar colaborações com parceiros que partilhem os mesmos valores; e
- Promover a literacia ambiental da sociedade, nomeadamente através da sensibilização e envolvimento das partes interessadas, do incentivo à investigação científica e da divulgação de boas práticas ambientais e de sustentabilidade.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### SOCIEDADE

Assentar a gestão do negócio, projectos, produtos e serviços no respeito e na proteção do ambiente, através de práticas empresariais orientadas para a utilização racional, eficiente e sustentada dos recursos.



Reconhecendo que o envolvimento com a sociedade é um dos pilares que identifica a sua atuação, e alinhado com a Política de Envolvimento com a Comunidade da CGD, o Banco tem como objetivo:

- Integrar a sociedade como factor determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, marca e valores;
- Responder às necessidades da comunidade garantindo princípios de ética, transparência, subscrição de códigos de conduta, respeito pelos colaboradores e o apoio contínuo e empenhado às atividades sociais e culturais;
- Promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa através de três eixos estratégicos: Inclusão Social e Financeira; Educação e Literacia Financeira e Suporte à Economia Social; e
- Promover a participação das partes interessadas, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.

Trata-se de um compromisso assumido ao mais alto nível de gestão, tendo a Comissão Executiva renovado ao longo dos anos, consciente de que um desenvolvimento sustentável da instituição contribui para uma sociedade melhor.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o maior compromisso voluntário global, formalizado entre 193 países dos cinco Continentes, e ambicionam melhorar a qualidade de vida da população mundial em todos os aspetos: social, ambiental e económico, até 2030.

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), Cabo Verde tem trabalhado no sentido de impulsionar a redução das suas vulnerabilidades, construção da sua resiliência às mudanças climáticas, colmatando assim as distâncias geográficas entre as suas ilhas; redução das disparidades regionais, custo de energia, água e transporte; aumento da sua produtividade; investimento no seu capital humano; promoção do uso sustentável e da conservação de seus recursos naturais - recursos terrestres e marinhos; e de impulsionamento da sua integração dinâmica no sistema económico global.

Sendo motor do crescimento económico, emprego e inovação, o setor financeiro assume um papel crítico no contributo para a concretização dos 17 ODS, e das suas 169 metas, uma vez que são os Bancos que fornecem a maior quota de financiamento às empresas e projetos de investimento nos diversos setores de atividade.

Neste contexto, o Banco Interatlântico promove a incorporação dos ODS na sua actividade e assume o compromisso de trabalhar de forma ativa para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável de Cabo Verde.





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atendendo às especificidades do setor financeiro, bem como da comunidade onde se insere e tendo em conta os temas materiais identificados no exercício de análise de materialidade, o BI destaca nove ODS prioritários, que são dinamizados em alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CGD: 1,5,8,10,11,13,14 e 16.

Não obstante as nove ODS evidenciadas acima, o banco tem vindo a direcionar a sua conduta no sentido de alcançar os 17 objectivos de desenvolvimento sustentáveis. Para tal, e em linha com a ODS 17, tem estabelecido parcerias transparentes e responsáveis que visam apoiar a prossecução da sua estratégia de sustentabilidade através do encontro de sinergias entre parceiros de diferentes áreas da sociedade





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### Compromisso com as PESSOAS



- O Banco Interatlântico fomenta a diversidade e o respeito pelos direitos humanos e direciona a sua actuação social no apoio a projetos orientados para a mitigação da pobreza, promoção da inclusão social e na construção de sociedades mais justas.
- Já há alguns anos que o BI tem apadrinhado instituições com propósito alinhado com o Banco:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
  - Jardim Brincar e Crescer.



- Apoio ao Jardim Fundação Infância Feliz;
- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
  - Jardim Brincar e Crescer.



- Visando a promoção da saúde e bem-estar dos empregados e agregado familiar o BI tem assinado vários protocolos com clínicas médicas, de medicina dentária e de fisioterapia.
- Com vista à promoção da saúde de qualidade, o BI apoiou os seguintes projectos/associações: Jantar Beneficente da Fundação Dretu, 1º Congresso Internacional da USOG, donativo mensal à Associação Colmeia, donativo à Associação Nós Saúde, donativo ao Jardim & Creche Mundinho das Crianças, donativo ao Centro de Emergência Infantil do ICCA em São Vicente.



- O Banco Interatlântico actua sob princípios de gestão do seu capital humano, salvaguardando a igualdade de oportunidades, as condições de trabalho dignas e o respeito pelos Direitos Humanos, ao longo de toda a cadeia de valor;
- Patrocínio para as festas de Natal das crianças (um evento promovido pela CMP e outro pelo Hospital Agostinho Neto);
- Patrocínio para o Projeto Konektadas e para o 1º Fórum Mulher e os Desafios do Desenvolvimento;
- Donativo mensal dado à Associação Colmeia;
- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
  - Jardim Brincar e Crescer.
  - Patrocínio à Associação Apacemira para apoiar a equipa do Centro Educativo Miraflores a participar num intercâmbio em Braga.



- Formação e desenvolvimento de empregados;
- Patrocínio para a 5ª edição do Concurso “Mentes Brilhantes da Delegação Escolar da Ribeira Grande de Santiago”;
- Donativo ao Jardim & Creche Mundinho das Crianças, ao Jardim Fundação Infância Feliz, donativo Associação “Alt Bomba”, apoio escolar a um aluno no âmbito do “Projeto Escola para Todos 2025/2026”;
- Donativo à Ficase;



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### Compromisso com a SOCIEDADE



- Os princípios da igualdade e da não discriminação são vectores estruturantes da sociedade. São também cada vez mais relevantes na criação de valor numa organização empresarial, como realização de um compromisso civilizacional e também como elemento de crescimento, eficiência, rentabilidade e sustentabilidade da empresa. Neste contexto, o BI reconhece que o equilíbrio entre Mulheres e Homens em toda a estrutura da empresa representa uma evolução significativa para a sua actividade.
  - Em Dezembro de 2024, o BI contava com um total de 176 empregados, 64% do género feminino. Entre 32 cargos de Chefia 20 eram de Mulheres na liderança.
  - Em Dezembro de 2025, o Conselho de Administração era composto por 11 elementos, dos quais 4 são do género feminino.



- Protocolo de iniciativa do Banco conjuntamente com a Cooperação Portuguesa, que instituiu uma linha especial de microcrédito destinada a impulsionar atividades de micro-empendedorismo, financiamento sustentável para auto-emprego e empoderamento das mulheres.



- Inovação nos canais digitais;
- Eficiência operativa
- Automatização de processos e reportes manuais por soluções digitais integradas.



O BI rege-se por um modelo de governação eficiente que integra princípios de integridade, ética e transparência como valores fundamentais, bem como a adoção de práticas anticorrupção.

- Código de Conduta
- Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses
- Política de remuneração dos colaboradores
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Interatlântico
- Segurança da Informação
- Adoção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI)
- Transparência e reporte não financeiro



- Patrocínio para a Associação Lantuna, para a IVª Conferência sobre a Década do Oceano e para o Blue Alt Fest;
- O BI assume o compromisso de financiar a transição para uma economia de baixo carbono, através de produtos que promovam uma economia circular, a descarbonização e a eficiência energética, promovendo sociedades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes:
  - BI Sustentável- Crédito Energias Renováveis
  - Aquisição de viaturas eléctricas;
  - Instalação de lâmpadas led nos novos edifícios da Sede e da Agência Sede e sensores de presença nas casas de banho;
  - Uso de toners reciclados.





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### Compromisso com o PLANETA

12 PRODUÇÃO  
E CONSUMO  
SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO  
CLIMÁTICA



O BI assume o seu contributo direto e indireto no combate às alterações climáticas, quer através do financiamento, quer através de iniciativas que visam a redução de carbono ou pela melhoria da eficiência e resiliência climática das suas operações

- Difusão de uma cultura de desperdício zero;
- Sensibilização dos empregados para a redução do uso do papel e plástico;
- Desmaterialização, sempre que possível, de processos físicos;
- Consciencialização para a utilização racional de energia;
- Aquisição de viaturas elétricas;
- Uso de toners reciclados;
- Doação dos mobiliários da antiga Sede para reaproveitamento e disponibilização a entidades carenciadas
- Linha de financiamento com taxa de juros bonificada em 50%, ao abrigo do Protocolo celebrado com o Governo, destinada ao financiamento de unidades de microprodução de energia elétrica



EVENTOS  
SUBSECUENTES

## 6. EVENTOS SUBSEQUENTES



Em janeiro de 2026, a Caixa Geral de Depósitos formalizou a alienação de ações representativas de 59,81% do capital social do Banco Comercial do Atlântico (BCA), numa operação realizada em conjunto com o Banco Interatlântico, que detinha uma participação de 5,40%.

No que respeita ao Banco Interatlântico, a participação foi alienada pelo montante de CVE 817 488 mil, gerando uma mais-valia de CVE 588 753 mil, registada nos resultados transitados, no capital próprio.

A operação teve ainda um impacto positivo nos fundos próprios regulamentares do Banco, refletindo, por um lado, a anulação da dedução anteriormente efetuada aos fundos próprios relativa ao excedente do limite aplicável às participações financeiras e, por outro, a redução dos ativos ponderados pelo risco operacional.

A modern office hallway with glass partitions and blue sofas. The hallway is long and bright, with recessed ceiling lights. On the left, there are glass-walled offices and a lounge area with blue sofas and a coffee table. On the right, there are several doors and a wall with a large abstract painting. The floor is made of large, light-colored tiles.

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que o Banco atingiu um Resultado Líquido de 571.623.972 CVE no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;

Considerando que, nos termos do artigo 32.º do Código dos Benefícios fiscais – CBF, os lucros retidos pelas instituições bancárias para reforço dos Fundos Próprios podem ser deduzidos à coleta do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas - IRPC, não podendo, em cada exercício, exceder 20%, dependendo a sua aplicação da constituição de uma reserva especial não distribuível durante um período de 5 (cinco) anos, e considerando que o Banco pretende beneficiar da referida isenção;

Considerando ainda os indicadores do RAS – *Risk Appetite Statement*, bem como o princípio de assegurar um buffer de capital adicional de 3 pp face ao rácio de solvabilidade regulamentar, apresentou-se ao Conselho de Administração a seguinte proposta de distribuição dos resultados apurados no exercício de 2025.

Reserva legal (10%) – no montante de 57.162.397 CVE

Outras Reservas (41,8%) – Lucros Retidos (código benefício fiscal) – no montante de 238.799.075 CVE

Distribuição de Resultados (48,2%) – no montante de 275.662.500 CVE

Adicionalmente, considerando o benefício fiscal de que a instituição beneficiou no exercício de 2024, no abrigo do artigo 32.º do Código dos Benefícios Fiscais, propõe-se igualmente a constituição da respetiva reserva especial não distribuível pelo período de 5 (cinco) anos, com referência a esse exercício.

O Conselho de Administração entende que esta proposta é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos activos, contribuindo simultaneamente para o reforço dos fundos próprios da instituição e para assegurar uma remuneração equilibrada dos capitais investidos.

Praia, 17 de Março de 2026

Presidente do Conselho de Administração    Vice-Presidente do Conselho de Administração

  
Nuno Alexandre de Carvalho Martins

  
João Paulo Tudela Martins

Vogal do Conselho de Administração

  
Maria João Duarte Pacheco Novais

Vogal do Conselho de Administração

  
Maria Zenaida da Rocha Costa Neves Leite

Vogal do Conselho de Administração

  
Leonilda Rocha Semedo

Vogal do Conselho de Administração

  
Luis Manuel Monteiro Alves

Vogal do Conselho de Administração

  
Pedro Gomes Soares

Vogal do Conselho de Administração

  
Manuel Fernando Monteiro Pinto

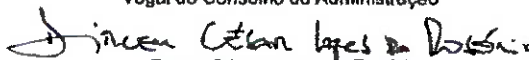
Vogal do Conselho de Administração

  
José Manuel dos Santos Afonso Serra

Vogal do Conselho de Administração

  
Eurisanda Venúlia Cardoso Tavares Rodrigues

Vogal do Conselho de Administração

  
Dirceu César Lopes do Rosário



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

# ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	9
3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS.....	36
4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO.....	37
5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL.....	38
6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO.....	39
7. CRÉDITO A CLIENTES.....	40
8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	47
9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS.....	48
10. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	50
11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS.....	51
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	53
13. OUTROS ACTIVOS.....	55
14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	60
15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS.....	61
16. PROVISÕES.....	62
17. IMPARIDADE.....	63
18. OUTROS PASSIVOS.....	64
19. CAPITAL.....	65
20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	66
21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	67
22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES.....	68
23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL.....	69
24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES.....	70
25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL.....	71
26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS.....	72
27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO.....	73
28. CUSTOS COM PESSOAL.....	74
29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS.....	75
30. RESULTADO POR ACÇÃO.....	76
31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS.....	77
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	78
33. ENTIDADES RELACIONADAS.....	79

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	80
35. GESTÃO DE CAPITAL .....	88
36. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	92

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


ATIVO	Notas	2025		2024		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
		Ativo Bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	4.392.708	-	4.392.708	4.731.983	Recursos de outras instituições financeiras	14	337.553	459.596
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	84.761	-	84.761	1.052.194	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	34.678.469	30.736.045
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	5	927.237	-	927.237	808.682	Provisões	16	44.894	12.734
Ativos financeiros ao custo amortizado:						Passivos por impostos correntes	12	6.518	106.752
Aplicações em instituições de crédito	6	8.501.875	-	8.501.875	4.844.495	Passivos por impostos diferidos	12	-	123.368
Crédito a clientes	7	21.128.573	( 480.976)	20.647.597	18.972.867	Outros passivos	18	631.125	739.094
Títulos de dívida pública	7	4.146.635	( 44.878)	4.101.757	3.850.615	Total do Passivo		35.698.559	32.177.589
Activos não correntes detidos para venda	8	300.798	( 8.445)	292.353	-	Capital	19	1.000.000	1.000.000
Propriedades de investimento	8	95.271	( 11.670)	83.601	98.856	Prémios de emissão	20	388	388
Outros ativos tangíveis	9	1.900.576	( 870.204)	1.030.372	965.893	Reservas de justo valor	20	687.084	445.161
Ativos intangíveis	10	419.623	( 246.015)	173.608	150.522	Outras reservas	20	3.011.969	2.434.866
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	165.425	-	165.425	168.569	Resultados transitados	20	-	-
Ativos por impostos correntes	12	-	-	-	9.989	Resultado do exercício	20	571.624	607.476
Ativos por impostos diferidos	12	29.263	-	29.263	-	Total do Capital próprio		5.271.065	4.487.891
Outros ativos	13	663.855	( 124.788)	539.067	1.010.815				
<b>Total do Ativo</b>		<b>42.756.601</b>	<b>( 1.786.977)</b>	<b>40.969.624</b>	<b>36.665.480</b>	<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>		<b>40.969.624</b>	<b>36.665.481</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

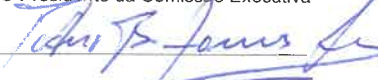
A Responsável da Contabilidade

  
Mónica Barreto

A Administradora com o pelouro da Contabilidade

  
Eurisanda Rodrigues

O Presidente da Comissão Executiva

  
Pedro Gomes Soares



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

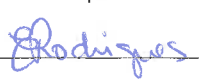
	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros e rendimentos similares	21	1.599.756	1.401.368
Juros e encargos similares	22	(289.201)	(248.175)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<u>1.310.555</u>	<u>1.153.193</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	86.883	79.592
Rendimentos de serviços e comissões	24	254.160	210.899
Encargos com serviços e comissões	24	(71.125)	(70.829)
Resultados de reavaliação cambial	25	53.654	57.657
Resultados de alienação de outros ativos	26	1.797	2.133
Outros resultados de exploração	27	100.420	142.448
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<u>1.736.344</u>	<u>1.575.093</u>
Custos com pessoal	28	(383.416)	(346.992)
Gastos gerais administrativos	29	(451.815)	(333.831)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(122.475)	(84.949)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(22.349)	78
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(71.664)	(96.632)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	17	(65.172)	1.317
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	11	-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<u>619.453</u>	<u>714.083</u>
Impostos			
Correntes	12	(72.502)	(111.197)
Diferidos	12	24.673	4.590
		<u>(47.829)</u>	<u>(106.606)</u>
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<u>571.624</u>	<u>607.476</u>
Número médio de ações ordinárias emitidas		100.000	100.000
Resultado por acção (CVE)	30	5.716	6.075

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

A Responsável da Contabilidade

  
Mónica Parreto

A Administrador com o pelouro da Contabilidade

  
Eurisanda Rodrigues

O Presidente da Comissão Executiva

  
Pedro Gomes Soares

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

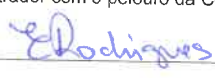
	Notas	2025	2024
Resultado líquido do exercício		571.624	607.476
Rubricas que não poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados			
Instrumentos de capital ao justo valor através de Outro Rendimento Integral			
Variação no exercício	20	118.555	18.183
Efeito fiscal	20	123.368	130
Outro rendimento integral do exercício		<u>241.923</u>	<u>18.313</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u>813.547</u>	<u>625.789</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

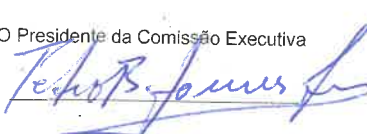
A Responsável da Contabilidade

  
 Mónica Barreto

A Administrador com o pelouro da Contabilidade

  
 Eurisanda Rodrigues

O Presidente da Comissão Executiva

  
 Pedro Gomes Soares

## BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados		Total	Lucro do exercício	Total
					Outras reservas	Resultados transitados			
<u>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</u>	1.000.000	388	426.849	302.853	1.754.504	-	3.484.593	397.378	3.881.971
Distribuição do resultado do exercício de 2023:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				39.738	337.771	-	377.509	(377.509)	-
Distribuição de Dividendos								(19.869)	(19.869)
Rendimento integral do Exercício			18.313		-		18.313	-	18.313
Resultado líquido do Exercício								607.476	607.476
<u>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</u>	1.000.000	388	445.161	342.591	2.092.275	-	3.880.415	607.476	4.487.891
Distribuição do resultado do exercício de 2024:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				60.747	496.038	-	556.785	(556.785)	-
Distribuição dos Dividendos								(30.373)	(30.373)
Rendimento integral do exercício			241.923		-		241.923	-	241.923
Reserva de Lucro Retido					20.318		20.318	(20.318)	-
Resultado líquido do Exercício								571.624	571.624
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2025</u>	1.000.000	388	687.084	403.338	2.608.631	-	4.699.441	571.624	5.271.065

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

A Responsável da Contabilidade

  
 Mónica Barreto

A Administradora com o pelouro da Contabilidade

  
 Eurisanda Rodrigues

O Presidente da Comissão Executiva

  
 Pedro Gomes Soares



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

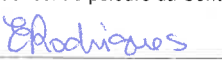
	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimento de juros e comissões	1.853.916	1.612.266
Pagamento de juros e comissões	(360.325)	(319.004)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(835.231)	(680.824)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	102.216	144.581
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(192.009)	(28.632)
Outros Resultados	41.266	57.657
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>609.833</u>	<u>786.045</u>
<b>(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:</b>		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(118.555)	-
Aplicações em instituições de crédito	(3.657.380)	(1.470.790)
Créditos sobre clientes	(1.835.468)	(1.938.207)
Titulos de dívida pública	(258.588)	593.964
Outros ativos	394.128	(84.608)
	<u>(5.475.863)</u>	<u>(2.899.642)</u>
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições Financeiras	(122.043)	218.263
Recursos de clientes	3.942.424	3.571.047
Outros passivos	(107.969)	434.193
	<u>3.712.412</u>	<u>4.223.503</u>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>(1.153.618)</u>	<u>2.109.905</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(65.733)	(44.438)
Outros ativos tangíveis	(143.866)	(116.684)
Dividendos recebidos	86.883	79.592
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<u>(122.716)</u>	<u>(81.529)</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos distribuídos	(30.373)	(19.869)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>(30.373)</u>	<u>(19.869)</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<u>(1.306.707)</u>	<u>2.008.507</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.784.176	3.775.669
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4.477.469	5.784.176

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

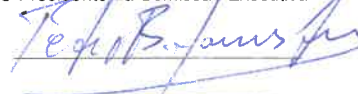
A Responsável da Contabilidade

  
Mónica Barreto

A Administrador com o pelouro da Contabilidade

  
Eurisanda Rodrigues

O Presidente da Comissão Executiva

  
Pedro Gomes Soares

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (doravante BI ou Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD ou Grupo CGD) em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

Todos os montantes apresentados foram arredondados para milhares de Escudos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2026 e serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, que tem o poder de as alterar. O Conselho de Administração está convicto que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

No contexto do presente relato financeiro, as políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

### 2.2 Políticas contabilísticas

#### 2.2.1 Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025, não se registaram modificações voluntárias nas políticas contabilísticas adotadas, face às consideradas na preparação da informação financeira do exercício anterior apresentada para efeitos comparativos.

#### 2.2.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia foram adotadas pelo Banco Interatlântico, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade</li> </ul>	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e, quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, desempenho financeiro e posição patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos materiais na preparação das demonstrações financeiras do BI no exercício de 2025.

### 2.2.3. Novas normas e interpretações não aplicadas no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros</li> </ul>	<p>Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.</p>	1 de janeiro de 2026
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza</li> </ul>	<p>Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia relativos a eletricidade dependente da natureza, no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de 'uso próprio'; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de aquisição de eletricidade sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à introdução de novos requisitos de divulgação sobre os impactos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.</p>	1 de janeiro de 2026
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias anuais – volume 11</li> </ul>	<p>Clarificações ao texto de várias normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7</p>	1 de janeiro de 2026

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária</li> </ul>	Procedimentos de conversão cambial, para o período corrente e para o comparativo, da informação financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária, quando a moeda funcional da entidade ou de uma operação estrangeira seja a moeda de uma economia não hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras</li> </ul>	Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação de uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em: i) operacionais, ii) investimento e iii) financiamento, e a introdução de novos subtópicos relevantes, considerando a existência de atividades empresariais específicas. Requisitos de divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação da informação financeira.	1 de janeiro de 2027
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</li> </ul>	Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.	1 de janeiro de 2027
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</li> </ul>	Alteração que define a redução dos requisitos de divulgações de novas normas e alterações às normas publicadas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, aplicáveis às entidades abrangidas pela IFRS 19.	1 de janeiro de 2027

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo BI no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção, à exceção da adoção da IFRS 18, para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2027, e que se esperam alterações relevantes ao nível da apresentação da demonstração de resultados.

#### 2.2.4. Políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**a) Especialização de exercícios**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

**b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respetivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (“mCVE”), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Nessas mesmas datas, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

Câmbio	2025	2024
USDCVE	93,787	105,668

### c) Ativos e passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial de ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num portefólio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, como é o caso das operações de crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito.

Por outro lado, o BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”) quando este é incluído num portefólio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos *cash flows* contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados (“FVTPL”) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial, o BI pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constituía uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual

se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”, que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, o BI define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BI considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, o BI tem em consideração:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BI;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Assim, conforme foi referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência qualifica para desreconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* desse ativo financeiro, ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* mas o BI assumiu uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o BI trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas: (i) o BI não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original; (ii) o BI encontra-se impedido pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e, (iii) o BI tem a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento.

Quando os *cash flows* contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do ativo financeiro, o BI recalcula o valor de balanço bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do ativo é determinado como o valor atual dos *cash flows* renegociados ou modificados, descontado à taxa efetiva original do ativo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados com imparidade) ou, quando aplicável, a taxa de juros efetiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridos são incluídos no novo valor de balanço bruto e amortizados durante o período de vida remanescente do ativo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- a) Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do ativo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- b) Registo do novo ativo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do ativo anterior registada em resultados;
- c) Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um ativo por dificuldades financeiras do devedor, o novo ativo é considerado POCI (*Purchased or originated credit impaired financial asset*) sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas com base na PD *lifetime*, ou seja, o novo ativo nunca poderá ser classificado como *stage 1*;
- d) O custo amortizado do novo ativo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- e) O novo ativo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um ativo financeiro anteriormente marcado como *forbearance* (de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227 da Comissão de 9 de janeiro de 2015 e em conformidade com a política interna definida pelo BI) continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e,
- f) Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pelo BI para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

#### Reclassificação de ativos financeiros

Se o BI alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excecional, reclassifica todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

### Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do BI independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,

iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*Stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros encontram-se registados nas rubricas de recursos de outras instituições de crédito, de recursos de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa

efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

#### Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Conforme o normativo interno OS202031, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s). As eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na rubrica de Outros Resultados de Exploração da Demonstração dos Resultados.

Relativamente a operações abatidas ao ativo (pela antiguidade, considerando o Aviso 4/2006), mas que em conclusão de processos, resulte vinda a posse de imóveis, o valor afecta outros resultados de exploração e o imóvel é contabilizado pelo valor recuperável estimado da alienação futura do mesmo.

#### Política de abates

A política de abate de crédito (*write-off*) do Banco Interatlântico visa garantir a precisão das suas demonstrações financeiras. O abate ao ativo ocorre quando, após esgotados todos os esforços de recuperação, a expectativa de recuperação se torna nula, com base em evidências de incobrabilidade, como a falência do devedor ou a falta de património suficiente, ou ainda quando os custos de recuperação superam o valor recuperável ou os esforços adicionais se tornam economicamente inviáveis. São abatidos créditos com mais de seis meses de vencimento e provisões a 100%, bem como em casos como o falecimento do devedor sem património ou a insolvência, sendo todos os casos devidamente analisados pelos órgãos responsáveis.

Esta política pretende assegurar que as demonstrações financeiras do Banco reflitam apenas créditos recuperáveis e permite concentrar os esforços de recuperação nas dívidas com maior potencial, cumprindo as obrigações de reporte ao Banco de Cabo Verde e à Central de Risco de Crédito.

Em complemento à política de abate ao ativo e observando a política de modelo de governo de imparidade, no âmbito dos trabalhos anuais do orçamento e do plano estratégico e operacional para redução de NPL são realizadas estimativas sobre a potencial realização de abates ao ativo. Regularmente são identificadas as operações classificadas em stage 3, sem colateral e com atrasos significativos nos pagamentos que poderão reunir condições para a concretização futura do abate ao ativo, sendo nessas situações determinado o valor de imparidade adicional que será necessário para atingir uma cobertura de 100%.

### Imparidade de ativos financeiros

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);

- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – “Réditos de contratos com clientes”, nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”;
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- *Stage 1* - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- *Stage 2* - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- *Stage 3* - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

Dependendo da classificação do *Stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *Stage 1*; e,
- Perdas Esperadas *Lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *Stage 2 e 3*.

A norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” não define um conceito de *default*, no entanto, o BI, à semelhança da CGD, aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, nomeadamente:

- a) o devedor (ou a facilidade de crédito) apresenta um atraso superior a 90 dias relativamente a uma obrigação de crédito significativa (i.e., acima dos limites de materialidade absoluta e relativa) perante o BI ou Grupo CGD, em conformidade com o Art. 178.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 575/2013; ou
- b) o devedor (ou a facilidade de crédito) apresenta uma reduzida probabilidade de cumprimento integral da(s) obrigação(ões) de crédito, se não recorrer a medidas de recuperação, em conformidade com o Artigo 178.º, n.º 3 do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e com a Secção 5 das EBA/GL/2016/07 – Orientações relativas à aplicação da definição de incumprimento.

São considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *Stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

Especificamente, os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

O Banco efetua uma análise individual:

Stage	Exposição	Critério
Stage 1	>= CVE 220.530.000	Todos os clientes empresa sem <i>rating de investment grade</i> (1) nos segmentos verde ou amarelo
	>= CVE 110.265.000	Cliente empresa no “segmento amarelo ou pior” ou “Rating>7” Exclui clientes investment grade em verde ou amarelo(1)
Stage 2	>= CVE 110.265.000	Todos os clientes
	>= CVE 44.106.000	Cliente empresa no “segmento amarelo ou pior” ou “Rating>7”
Stage 3	>= CVE 44.106.000	Todos os clientes empresa

Em termos de metodologia de análise individual de imparidade, o BI aplica as seguintes dimensões:

- Abordagem *going concern* (empresa em atividade, não sendo previsível a sua liquidação) – assenta no pressuposto que o devedor irá continuar a gerar cash-flows operacionais que podem ser utilizados para o reembolso da dívida a

todos os credores. Adicionalmente, o colateral pode ser considerado na medida em que não influencie os cash-flows operacionais;

- Abordagem *gone concern* (empresa em liquidação ou com risco de liquidação) - assenta no pressuposto que o colateral é executado e cessam os cash-flows operacionais da entidade.

No contexto da avaliação individual de imparidade dos clientes, a análise está centrada, essencialmente, nas seguintes dimensões:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Banco;
- Avaliação da situação económico-financeira atual e prospetiva;
- Perspetivas sobre a evolução da atividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos no Banco e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento do cliente.

No caso das exposições significativas avaliadas individualmente em que não foram identificadas situações objetivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma imparidade coletiva em conformidade com os fatores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (crédito titulado e não titulado). Em síntese, apresentamos em seguida os principais pressupostos do modelo de imparidade da dívida soberana:

- Parâmetros de risco externo (fonte: *Moody's* – probabilidade de *default* (PD));
- Para exposições diretas a risco soberano (obrigações do tesouro e crédito) e no *Stage 1*, aplica-se a PD correspondente ao nível de *rating* actual;
- Para exposições indiretas ao risco soberano em *Stage 1* (exposições com aval do Estado) será aplicada a PD 12 meses do *rating* do país;
- Operações classificadas em *Stage 2* e 3, aplica-se a PD *Lifetime* ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas *default rates* acumuladas de uma agência de *rating*;
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar).

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em relação aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor”. Caso seja determinada uma perda objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que as mesmas são refletidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são revertíveis por resultados do exercício, sempre que o justo valor destes instrumentos aumente no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

d) Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”). São classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado, sendo necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda.

e) Ativos recebidos por recuperação de créditos

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

São classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado, sendo necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

No BI, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em Outros Ativos, atendendo a que a expectativa é que a venda venha a concretizar-se num prazo superior a 12 meses.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

### Reconhecimento Inicial

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s). Pretende-se com a adoção deste procedimento assegurar que não ocorrerão reversões de imparidades originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades desenvolvido pela DGR conforme requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, terão tido em consideração a existência deste colateral.

Os imóveis por recuperação de créditos são sujeitos a análise de imparidade base individual.

### Modelo de imparidade

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de

investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

Para os imóveis com contrato promessa de compra e venda (CPCV) ou em processo de venda imediata (VIME), o valor recuperável corresponde ao valor negociado para a sua alienação.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores, deve ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu desreconhecimento do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

Para o efeito, sempre que o valor líquido contabilístico do crédito recuperado através de dação em cumprimento ou execução judicial for inferior ao respetivo valor de transmissão do imóvel, o registo inicial deste ativo será reduzido pelo diferencial assim apurado.

### Hierarquia de Justo Valor

Os ativos e passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

#### Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais. Nos casos em que exista mais do que um mercado oficial, a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

#### Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

#### Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

#### f) Propriedades de Investimento

Propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente sujeitas a teste de imparidade anual, tendo por base avaliações de peritos avaliadores externos.

#### g) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

Em 31 de dezembro de 2025, as depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos até 2014	Adquiridos a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33
obras em edificios arrendados	10	10
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	5
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e depreciadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

O cálculo das depreciações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os ativos tangíveis.

#### h) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto do exercício em que são incursas.

i) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Os dividendos são registados no exercício em que é decidida a sua distribuição.

j) Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco está sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 21%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,42% de acordo Art.º 84º da Lei 82/VIII/2015, de 8 de Janeiro que aprova o Código de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com revisão no Art.º 17.º OE 2019) publicado em 31 de Dezembro de 2018.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de

gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de

ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

#### k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Banco.

Em 2025, o Banco manteve a metodologia de tratamento e reconhecimento das Provisões Judiciais, alterada em 2020, calculando e revendo, anualmente, de acordo com o critério da probabilidade de pagamento (assunção de perdas) por parte do Banco. Assim, foi estabelecido o seguinte: processos com probabilidade: (1) Remota foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75% e (5) Certa: 100%.

#### l) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

#### m) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### n) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

#### o) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

p) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

i) Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.4. c) - Imparidade de ativos financeiros. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual, o Banco considera as suas expectativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias reais subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

ii) Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as variações do justo valor são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral. Sempre que, em resultado das análises efetuadas (Nota 2.2.4 c)), seja determinada a existência de imparidade, o valor da perda estimada é reclassificado de outro rendimento integral para custos do período.

Esta avaliação é realizada com recurso a informação disponível no mercado e inclui a utilização de pressupostos e julgamentos na sua modelização cuja alteração poderia determinar diferentes resultados. No entanto, é entendimento do Grupo que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado a estes ativos, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

iii) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

iv) Valorização dos Imóveis

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "*Ativos recebidos por recuperação de créditos*" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros

poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

v) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto suscetível, de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2015, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS 9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2025 (ver Nota 13).

q) Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

#### r) Segmentos operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito.
- Banca comercial – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho – Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

#### s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Caso existam, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de Capital Próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banco no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-25	dez-24
Caixa		
. Moeda nacional	343 515	276 879
. Moeda estrangeira	1 283 894	1 415 798
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	2 765 299	3 039 306
	<u>4 392 708</u>	<u>4 731 983</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC). De acordo com as disposições do Banco de

Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

As reservas mínimas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 ascenderam a 2.598.721 mCVE e 2.307.809 mCVE, respetivamente.

#### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito</u>	<u>dez-25</u>	<u>dez-24</u>
Depósitos à ordem:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	18 291	904 121
. Em outras instituições no estrangeiro	4 294	21 773
. Em instituições no país	954	954
	<u>23 539</u>	<u>926 848</u>
Cheques a cobrar:		
. Sobre o estrangeiro	1 201	799
. Sobre o país	60 021	124 547
	<u>61 222</u>	<u>125 345</u>
	<u>84 761</u>	<u>1 052 194</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros classificados na categoria de Ativos financeiros ao Justo valor através de outro Rendimento Integral apresentam a seguinte composição:

		2025					
<b>De ativos financeiros ao justo valor através de outros Rendimento Integral</b>		Valor de					
Título	Valor de aquisição	% de participação	balanço (Líquido)	Reembolso Capital	Reserva Justo Valor (Nota 20)	Impostos Diferidos (Nota 20)	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	817.488		588.753	-	588.753
Visa International Service Association	1.323	n.d.	89.948		88.625	-	88.625
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	19.801		9.706	-	9.706
	<u>250.164</u>		<u>927.237</u>	-	<u>687.084</u>	-	<u>687.084</u>
		2024					
<b>De ativos financeiros ao justo valor através de outros Rendimento Integral</b>		Valor de					
Título	Valor de aquisição	% de participação	balanço (Líquido)	Reembolso Capital	Reserva Justo Valor (Nota 20)	Impostos Diferidos (Nota 20)	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	701.776		473.041	(102.089)	370.952
Visa International Service Association	1.323	n.d.	90.910		89.587	(19.951)	69.635
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	-	12.356	-	-	-
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	15.996		5.901	(1.327)	4.574
	<u>250.164</u>		<u>808.682</u>	-	<u>568.529</u>	<u>(123.368)</u>	<u>445.161</u>

### Instrumentos de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral

Em 2025, o Banco procedeu à correção dos impostos diferidos registados ao longo dos anos relativamente aos ganhos futuros associados às participações financeiras, tendo sido anulada a totalidade do valor registado em 2024, no montante de 123.368 mCVE, considerando o benefício fiscal previsto no artigo 30.º do Código dos Benefícios Fiscais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco detém uma participação correspondente a 5,40% do capital social do Banco Comercial do Atlântico (BCA), correspondente a 71.519 ações.

À data de 31 de dezembro de 2025, esta participação encontra-se mensurada ao justo valor, determinado tendo por base o preço acordado no âmbito da operação de alienação da participação do Caixa Geral de Depósitos no capital do BCA.

O preço da referida transação constitui a melhor evidência de valor observável disponível à data de reporte, tendo sido utilizado como referência para a determinação do justo valor da participação detida pelo Banco.

A operação de alienação foi posteriormente concluída em 15 de janeiro de 2026, conforme descrito na nota 36 - Eventos Subsequentes, confirmando os pressupostos considerados na mensuração do justo valor à data de 31 de dezembro de 2025.

O justo valor das ações da Visa Internacional Service Association foi atualizado de acordo com a cotação de 31 de dezembro de 2025.

Com relação à participação na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, em 31 de dezembro de 2025 manteve-se o número de ações detidas em 2024, com a variação do valor de balanço a ser explicada pela atualização da sua valorização face ao ano de 2024.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b><u>Aplicações em Instituições de Crédito</u></b>	<u>Dec-25</u>	<u>Dec-24</u>
Aplicações de crédito no país:		
Banco de Cabo Verde:		
- Aplicações a muito curto prazo	7.600.000	-
	<u>7.600.000</u>	<u>-</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Caixa Geral de Depositos	866.580	4.805.870
Outras instituições de crédito	35.290	38.094
	<u>901.870</u>	<u>4.843.964</u>
Juros a receber	6	531
	<u>8.501.875</u>	<u>4.844.495</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos de aplicações em outras instituições de crédito ascendiam a 8.501.875 mCVE e 4.844.495 mCVE, respetivamente.

Estes montantes referem-se à caução associada ao sistema Visa e a aplicações de curto prazo efetuadas junto da Caixa Geral de Depósitos (Nota 33), correspondendo essencialmente a aplicações overnight denominadas em EUR e USD.

As referidas aplicações foram realizadas considerando as taxas praticadas na Zona Euro, tendo-se registado remunerações médias de 1,85% para aplicações em EUR e 3,49% para aplicações em USD. A diminuição do saldo das aplicações na CGD é justificada pela decisão de transferência desses montantes para o Banco Central, em resultado das melhores taxas oferecidas. Com efeito, a partir de maio de 2025, a taxa

overnight do BCV passou a situar-se acima da taxa overnight da CGD, na sequência das subidas de taxas efetuadas pelo Banco Central.

## 7. CRÉDITO A CLIENTES E TÍTULOS DE DÍVIDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b><u>Crédito a clientes</u></b>	<b><u>31-dez-25</u></b>	<b><u>31-dez-24</u></b>
Crédito interno a curto prazo:		
. Descobertos em depósitos à ordem	32.810	42.199
. Empréstimos	965.127	890.623
. Descontos comerciais	32.977	7.725
. Outros créditos	112.875	111.357
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	16.469.220	15.029.114
. Créditos em conta corrente	797.258	806.101
. Descobertos em depósitos à ordem	2.242	1.954
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	875.687	842.543
. Créditos em conta corrente	215	0
Crédito ao pessoal	495.920	452.207
Juros a receber	44.638	39.316
Comissões e outros proveitos diferidos	(145.209)	(126.009)
Obrigações emitidas por Empresas	770.103	769.179
Juros a receber de obrigações emitidas por Empresas	4.393	2.043
Créditos vencidos	564.461	567.297
<b>Total de crédito a clientes</b>	<b>21.128.573</b>	<b>19.435.649</b>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(480.976)	(462.782)
<b>Total de crédito a clientes líquido</b>	<b>20.647.597</b>	<b>18.972.867</b>
<b>Títulos de dívida pública</b>		
Títulos de dívida pública	4.115.322	3.855.256
Juros a receber de título de dívida pública	31.313	32.791
<b>Total de títulos de dívida pública bruto</b>	<b>4.146.635</b>	<b>3.888.047</b>
Imparidade Títulos dívida pública (Nota 17)	(44.878)	(37.431)
<b>Total de títulos de dívida pública líquido</b>	<b>4.101.757</b>	<b>3.850.616</b>
<b>Total de crédito a clientes e títulos de dívida pública</b>	<b>24.749.354</b>	<b>22.823.483</b>

O crédito e juros vencidos totalizavam 564.461 mCVE, evidenciando uma redução de 2.835 mCVE comparativamente ao exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. A taxa média de remuneração dessas obrigações, em Dezembro de 2025 foi de 3.4295% (2024: a 3,6685%), redução explicada pela maturação em 2025 de um conjunto de obrigações que apresentavam taxas superiores face às obrigações emitidas e subscritas durante o ano.

Esta evolução resulta das medidas implementadas ao longo de 2025 com vista à contenção da entrada de novos créditos em incumprimento e à recuperação da carteira histórica de crédito vencido, incluindo operações de reestruturação de crédito e de abates ao ativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica “obrigações emitidas por empresas” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais.

Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	Dez-25	Dez-24
<b>Títulos de Dívida Pública</b>		
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
Valor Nominal	4.115.322	3.855.256
Juros a receber	31.313	32.791
Imparidade	(44.878)	(37.431)
a)	<u>4.101.757</u>	<u>3.850.616</u>
<b>Obrigações Empresas</b>		
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	20.415	34.025
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche G	99.000	-
Câmara Municipal da Boavista	65.000	-
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	-	100.000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie D	14.925	22.388
ANMCV - Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos- Série A	9.109	18.218
A.C.E. PRRA_O - Agrupamento Complementar de Empresas	7.865	13.108
MASEYKA SÉRIE A MHI	521.590	549.242
<b>Total bruto</b>	<u>770.103</u>	<u>769.179</u>
<b>Imparidade</b>	<u>(8.765)</u>	<u>(8.385)</u>
<b>Juros a receber</b>	<u>4.393</u>	<u>2.043</u>
<b>Total bruto</b>	<u>765.730</u>	<u>762.837</u>
<b>Outros créditos e valores a receber - titulados a)- b)</b>	<u>4.867.487</u>	<u>4.613.453</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira de créditos da dívida pública registou um aumento de 254.034 mCVE, devido às subscrições em novos títulos.

A evolução da carteira de obrigações de empresas em 2025 reflete movimentos de gestão da carteira, incluindo a subscrição de novas emissões, com destaque para as Obrigações da Câmara Municipal da Boavista e da Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche G (Electra), bem como a redução de determinadas posições em resultado da amortização parcial de capital.

As variações registadas nas obrigações emitidas pela Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L.,(Electra); pela Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. (ASA),

pela Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos (ANMCV) e pelo Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E. PRRA\_O) decorrem essencialmente de amortizações parciais de capital ao longo do exercício.

As obrigações emitidas pela Electra beneficiam de aval do Estado de Cabo Verde.

As Obrigações A.C.E. PRRA\_O foram adquiridas em 2022, no montante de 23.594 mCVE, por um período de 5 anos e com taxa fixa de 3,5%, sendo garantidas exclusivamente por consignação de recebíveis do Estado, através da Direção Geral do Tesouro (DGT).

O Banco detém igualmente obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela Sociedade de Gestão e Investimentos, Lda., que se encontram abatidas ao ativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – “titulados”, juros corridos associados e comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2025		Total
	Crédito vincendo*	Crédito vencido	
<b>Setor Público Administrativo</b>	120 637	251	120 887
<b>Empresas</b>	120 637	251	120 887
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	37 564	1 304	38 868
Pesca	10 909	21 681	32 590
<b>Indústrias extractivas</b>	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
<b>Indústrias transformadoras</b>	431 553	5 382	436 935
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	218 482	103	218 586
Indústria têxtil	34 584	18	34 602
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	994	-	994
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	46 499	4 068	50 567
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais	63 804	-	63 804
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	22 097	1 123	23 220
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	34 724	-	34 724
Outras indústrias transformadoras	10 367	70	10 438
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	81 411	-	81 411
Construção	1 402 760	38 906	1 441 666
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	1 243 609	69 112	1 312 721
Transportes, armazenagem e comunicações	734 373	8 795	743 168
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	990 122	7 563	997 685
Actividades de informação e de comunicação	226 685	-	226 685
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	641 928	100 400	742 328
Actividades imobiliárias	502 256	100 026	602 282
Outras actividades	139 672	373	140 046
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	228 057	151	228 208
Saúde e segurança social	53 511	62	53 573
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	836 621	10 178	846 798
	6 919 103	263 534	7 182 637
<b>Particulares</b>			
Habituação	9 183 827	121 747	9 305 574
Habituação Própria	4 845 879	65 756	4 911 635
Habituação de Rendimento	4 337 948	55 991	4 393 939
Outros fins	3 666 621	178 930	3 845 550
	12 850 448	300 677	13 151 124
	19 890 187	564 461	20 454 649

	2024		Total
	Crédito vincendo*	Crédito vencido	
<b>Setor Público Administrativo</b>	115 239	-	115 239
	115 239	-	115 239
<b>Empresas</b>			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	25 156	8 021	33 177
Pesca	33 748	-	33 748
<b>Indústrias extractivas</b>	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
<b>Indústrias transformadoras</b>	385 851	11 199	397 050
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	204 161	6 736	210 897
Indústria têxtil	14 285	105	14 390
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	1 500	-	1 500
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	27 002	4 067	31 069
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	65 907	-	65 907
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	26 099	292	26 391
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	38 711	-	38 711
Outras indústrias transformadoras	8 186	-	8 186
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	58 028	-	58 028
Construção	1 385 059	40 110	1 425 168
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	1 169 993	73 114	1 243 106
Transportes, armazenagem e comunicações	596 085	13 531	609 615
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	979 383	15 644	995 027
Actividades de informação e de comunicação	316 623	-	316 623
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	635 995	100 027	736 022
Actividades imobiliárias	495 935	100 027	595 962
Outras actividades	140 060	-	140 060
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	248 277	686	248 964
Saúde e segurança social	53 168	4 784	57 953
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	690 732	12 450	703 182
	6 578 098	279 566	6 857 664
<b>Particulares</b>			
Habitação	8 634 037	118 881	8 752 919
Habitação Própria	4 738 002	73 844	4 811 845
Habitação de Rendimento	3 896 036	45 038	3 941 073
Outros fins	2 856 450	168 850	3 025 300
	11 490 487	287 731	11 778 219
<b>Total</b>	18 183 824	567 297	18 751 121

\*Os saldos apresentados em crédito vincendo não incluem juros corridos

Detalhe das exposições incluindo juros e imparidade constituída por segmento (em mCVE):

Segmento	Exposição 31.12.2025						Imparidade 31.12.2025					
	Exposição total	Exp. Com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo de risco	Exposições em situação de imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)	3.843.692	3.321.932	488	11.244	346.737	11.497	175.023	31.066	186.586	63.262	36.624	86.700
Construção e CRE	3.365.698	2.818.665	5.222	-	370.565	51.278	176.469	29.935	141.493	42.273	43.752	55.468
Habitação	9.308.280	8.800.949	-	10.062	368.995	42.026	138.337	16.782	31.105	4.113	4.078	22.914
Consumo e outros part.	3.836.408	3.507.902	3.344	11.075	125.497	12.822	203.008	94.531	132.369	36.858	8.659	86.852
C.Titulado	4.921.131	4.921.131	-	-	-	-	-	-	53.644	53.644	-	-
<b>Total</b>	<b>25.275.209</b>	<b>23.370.578</b>	<b>9.054</b>	<b>32.380</b>	<b>1.211.794</b>	<b>117.622</b>	<b>692.837</b>	<b>172.315</b>	<b>545.197</b>	<b>200.149</b>	<b>93.113</b>	<b>251.934</b>

Segmento	Exposição 31.12.2024						Imparidade 31.12.2024					
	Exposição total	Exp. Com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo de risco	Exposições em situação de imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)	3.007.196	2.427.010	1.356	4.758	471.350	39.535	108.835	49.500	148.423	38.866	54.079	55.478
Construção e CRE	3.886.432	3.371.093	5.693	55.193	220.918	47.850	294.421	145.338	173.318	74.352	21.665	77.301
Habitação	8.760.363	8.332.711	21.607	9.583	307.947	42.694	119.705	16.251	24.284	4.426	4.347	15.512
Consumo e outros part.	3.010.437	2.711.528	7.854	11.420	103.740	16.639	195.170	95.997	108.371	27.575	7.917	72.880
C.Titulado	4.659.269	4.659.269	-	-	-	-	-	-	45.817	45.817	-	-
<b>Total</b>	<b>23.323.697</b>	<b>21.501.611</b>	<b>36.510</b>	<b>80.954</b>	<b>1.103.955</b>	<b>146.719</b>	<b>718.131</b>	<b>307.087</b>	<b>500.214</b>	<b>191.036</b>	<b>88.008</b>	<b>221.170</b>

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor em 31 de dezembro de 2025 (em mCVE):

		Avaliação		
		Individual	Colectiva	Total
<b>G-Comércio por grosso e a retalho</b>	Exposição	477.785	825.502	<b>1.303.286</b>
	Imparidade	26.409	67.985	<b>94.394</b>
<b>F-Construção</b>	Exposição	956.406	497.005	<b>1.453.410</b>
	Imparidade	24.641	21.786	<b>46.427</b>
<b>R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas</b>	Exposição	-	58.607	<b>58.607</b>
	Imparidade	-	906	<b>906</b>
<b>I-Atividades de alojamento e restauração</b>	Exposição	316.480	677.622	<b>994.102</b>
	Imparidade	26.856	20.970	<b>47.826</b>
<b>Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social</b>	Exposição	-	53.475	<b>53.475</b>
	Imparidade	-	1.804	<b>1.804</b>
<b>C-Indústrias transformadoras</b>	Exposição	-	435.740	<b>435.740</b>
	Imparidade	-	13.830	<b>13.830</b>
<b>P-Educação</b>	Exposição	153.388	62.173	<b>215.560</b>
	Imparidade	1.009	493	<b>1.503</b>
<b>H-Transportes e armazenagem</b>	Exposição	-	740.781	<b>740.781</b>
	Imparidade	-	23.025	<b>23.025</b>
<b>A-Agricultura, silvicultura e pesca</b>	Exposição	-	71.328	<b>71.328</b>
	Imparidade	-	16.997	<b>16.997</b>
<b>J-Informação e comunicação</b>	Exposição	210.319	15.971	<b>226.289</b>
	Imparidade	2.336	731	<b>3.066</b>
<b>E-Abastecimento de água</b>	Exposição	-	81.103	<b>81.103</b>
	Imparidade	-	1.555	<b>1.555</b>
<b>L-Atividades imobiliárias</b>	Exposição	258.986	342.069	<b>601.055</b>
	Imparidade	38.902	4.422	<b>43.324</b>
<b>O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória</b>	Exposição	113.826	5.546	<b>119.373</b>
	Imparidade	1.315	64	<b>1.379</b>
<b>B-Indústrias extrativas</b>	Exposição	-	-	-
	Imparidade	-	-	-
<b>S-Outros serviços</b>	Exposição	203.340	651.940	<b>855.280</b>
	Imparidade	16.131	15.911	<b>32.042</b>
<b>Total (Empresas e Coletivas)</b>	Exposição	2.690.529	4.518.861	<b>7.209.390</b>
	Imparidade	137.599	190.479	<b>328.078</b>

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

Segmento	Exposição Total 31-12-2025	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31-12-2025	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo do risco de crédito								
Empresas (exc. Const e CRE)	3.843.692	3.321.932	346.601	175.159	87.370	87.790	186.586	126.039	0	703	59.843
Construção e CRE	3.365.698	2.818.665	370.553	176.481	6.635	169.846	141.493	87.158	-	-	54.335
Habitação	9.308.280	8.800.949	368.994	138.337	41.439	96.898	31.105	13.484	132	889	16.600
Consumo e outros part.	3.836.408	3.507.902	124.003	204.502	49.149	155.353	132.369	57.202	285	1.593	73.290
C.Titulado	4.921.131	4.921.131	-	-	-	-	53.644	53.644	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25.275.209</b>	<b>23.370.578</b>	<b>1.210.151</b>	<b>694.480</b>	<b>184.594</b>	<b>509.886</b>	<b>545.197</b>	<b>337.526</b>	<b>418</b>	<b>3.186</b>	<b>204.068</b>

\*Não inclui as exposições com menos de 90 dias em atraso apresentadas nas colunas anteriores.

Segmento	Exposição Total 31-12-2024	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31-12-2024	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo do risco de crédito								
Empresas (exc. Const e CRE)	3 007 196	2 427 010	471 317	108 868	45 065	63 803	148 423	108 528	1 476	501	37 918
Construção e CRE	3 886 432	3 371 093	220 910	294 430	108 447	185 982	173 318	124 991	617	0	47 710
Habitação	8 760 363	8 332 711	307 946	119 705	0	119 705	24 284	8 670	102	0	15 512
Consumo e outros part.	3 010 437	2 711 528	102 293	196 617	81 173	115 444	108 371	45 967	315	7 291	54 799
C.Titulado	4 659 269	4 659 269	0	0	0	0	45 817	45 817	0	0	0
<b>Total</b>	<b>23 323 697</b>	<b>21 501 611</b>	<b>1 102 466</b>	<b>719 620</b>	<b>234 685</b>	<b>484 935</b>	<b>500 214</b>	<b>333 974</b>	<b>2 510</b>	<b>7 792</b>	<b>155 938</b>

A totalidade da exposição ao segmento “Crédito Titulado” é sujeito à avaliação coletiva, tendo por base o risco país (títulos emitidos pelo Estado de Cabo Verde ou com o Aval do Estado de Cabo Verde).

Detalhe da carteira por segmento e por ano de produção (em mCVE)

31 de dezembro de 2025

Ano de produção	Nº op. Emp.	Montante Emp.	Imparidade Emp.	Nº op. Const/CRE	Montante Const/CRE	Imparidade Const/CRE	Nº op. Habitação	Montante Habitação	Imparidade Habitação	Nº op. Consumo	Montante Consumo	Imparidade Consumo	Montante Total	Imparidade Total
2010 e anteriores	97	127.521	7.303	22	9.495	4.898	73	260.709	2.988	611	54.552	1.365	452.277	16.554
2011	10	922	4.168	0	0	0	28	66.024	134	69	6.282	148	73.227	4.450
2012	6	1.418	42	0	0	0	20	60.514	16	66	2.899	54	64.830	112
2013	17	52.120	4.610	2	7.206	66	19	53.814	16	114	7.637	198	120.777	4.890
2014	16	95.639	9.384	6	28.684	45	31	143.236	122	72	9.078	162	276.637	9.713
2015	31	15.739	90	12	31.358	594	24	127.332	40	139	33.685	271	208.113	994
2016	69	152.027	12.408	16	27.485	8.629	37	152.677	50	170	42.539	911	374.729	21.998
2017	67	510.315	12.780	17	92.168	825	86	354.099	3.181	251	43.820	2.300	1.000.402	19.086
2018	68	70.889	5.171	18	448.164	31.170	124	629.939	1.358	229	76.459	3.576	1.225.451	41.275
2019	92	251.822	6.812	34	221.361	2.185	186	1.043.774	1.491	506	108.495	5.924	1.625.452	16.413
2020	70	93.801	4.873	29	120.362	4.985	132	700.617	3.413	208	73.374	1.930	988.153	15.201
2021	120	290.465	36.559	47	234.712	25.723	212	1.279.272	10.051	1.386	213.269	35.262	2.017.717	107.595
2022	137	997.853	35.389	37	183.419	15.993	214	1.372.770	2.310	976	309.042	21.350	2.863.083	75.041
2023	126	1.016.823	25.681	34	252.778	3.220	131	906.431	1.122	883	424.889	17.988	2.600.921	48.011
2024	173	2.830.737	40.657	34	1.214.853	34.513	133	1.042.501	3.634	1.445	696.409	13.539	5.784.500	92.342
2025	365	2.256.734	34.303	68	493.655	8.648	135	1.114.571	1.180	2.631	1.733.978	27.391	5.598.938	71.521
<b>Total</b>	<b>1.464</b>	<b>8.764.823</b>	<b>240.229</b>	<b>376</b>	<b>3.365.698</b>	<b>141.493</b>	<b>1.585</b>	<b>9.308.280</b>	<b>31.105</b>	<b>9.756</b>	<b>3.836.408</b>	<b>132.369</b>	<b>25.275.209</b>	<b>545.197</b>

31 de dezembro de 2024

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Montante	Imparidade Constituída
2010 e anteriores	96	111.715	5.683	31	25.681	4.507	79	294.630	3.751	621	63.935	1.619	495.961	15.559
2011	10	881	667	2	803	21	29	79.012	205	78	14.544	162	95.240	1.055
2012	6	284	12	2	18.029	230	23	72.437	920	67	2.467	78	93.218	1.241
2013	15	44.807	10.868	2	18.916	129	23	80.938	87	110	12.164	472	156.825	11.556
2014	17	118.651	10.906	6	15.520	43	32	156.544	207	81	10.980	369	301.695	11.525
2015	36	2.520	71	14	57.468	192	28	140.859	58	145	41.949	214	242.796	535
2016	69	433.721	13.273	20	72.730	5.063	37	167.472	78	182	55.015	1.501	728.939	19.916
2017	80	889.840	17.672	23	176.399	3.952	88	382.976	2.634	255	55.641	891	1.504.857	25.149
2018	76	278.702	7.965	21	317.505	22.209	126	671.649	1.231	250	95.452	4.114	1.363.307	35.519
2019	112	193.856	6.930	40	376.144	5.199	197	1.143.004	900	600	145.503	7.929	1.858.506	20.957
2020	102	160.509	6.683	38	139.105	3.451	140	767.001	2.051	325	113.854	1.874	1.180.469	14.059
2021	140	437.103	23.594	64	389.717	32.717	219	1.367.586	7.217	1.680	317.897	37.637	2.512.303	101.165
2022	154	991.831	28.492	50	331.963	17.088	222	1.508.301	1.654	1.232	457.484	20.128	3.289.578	67.362
2023	150	1.209.586	23.613	44	476.353	9.437	136	980.843	1.278	1.138	615.337	16.682	3.282.119	51.011
2024	233	2.792.459	37.810	63	1.470.099	69.081	137	947.110	2.013	1.818	1.008.215	14.701	6.217.883	123.606
<b>Total</b>	<b>1.296</b>	<b>7.666.465</b>	<b>194.240</b>	<b>420</b>	<b>3.886.432</b>	<b>173.318</b>	<b>1.516</b>	<b>8.760.363</b>	<b>24.284</b>	<b>8.582</b>	<b>3.010.437</b>	<b>108.371</b>	<b>23.323.697</b>	<b>500.214</b>

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada (em mCVE)

31.12.2025

Medida	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
<b>Extensão de prazo</b>	14	29.095	185	22	83.825	6.731	48	90.200	41.933	84	203.120	48.848
Periodo de carência	1	3.285	0	7	33.797	2.422	11	82.114	41.719	19	119.197	44.142
Redução da taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>32.380</b>	<b>185</b>	<b>29</b>	<b>117.622</b>	<b>9.153</b>	<b>59</b>	<b>172.315</b>	<b>83.652</b>	<b>103</b>	<b>322.317</b>	<b>92.990</b>

31/12/2024

Medida	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
<b>Extensão de prazo</b>	22	80 307	958	29	141 020	11 920	67	192 220	73 416	118	413 547	86 294
Periodo de carência	0	0	0	1	941	148	5	108 993	30 892	6	109 935	31 040
Redução da taxa de juro	1	647	12	3	4 757	786	3	5 874	2 518	7	11 278	3 316
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>80 954</b>	<b>970</b>	<b>33</b>	<b>146 719</b>	<b>12 855</b>	<b>75</b>	<b>307 087</b>	<b>106 826</b>	<b>131</b>	<b>534 760</b>	<b>120 650</b>

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado (em mCVE):

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	534.760	1.054.288
Créditos reestruturados no período	48.981	283.264
Juros corridos da carteira reestruturada	-558	-631
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-13.371	-12.536
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-213.574	-775.876
Outros	0	0
Abate	-33.920	-13.749
<b>Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>322.317</b>	<b>534.760</b>

Detalhes do Justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de Crédito, dos segmentos de *Corporate*, Construção, Habitação em 31 de dezembro de 2025 (em mCVE)

31 de Dezembro 2025

Justo valor	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação				TOTAL			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	75	963 321	6	37 831	110	1 944 340	0	0	1 406	8 470 395	20	170 728	1 591	11 378 055	26	208 559
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	1	3 173	1	52	5	12 489	0	0	22	43 690	1	680	28	59 352	2	733
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	3	13 632	0	0	2	6 779	0	0	62	245 511	0	0	67	265 922	0	0
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	4	11 738	0	0	5	38 563	0	0	33	224 061	0	0	42	274 361	0	0
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	0	0	0	0	11	954 233	0	0	8	90 983	0	0	19	1 045 216	0	0
>= 50 MCVE	3	97 330	0	0	2	24 320	0	0	0	0	0	0	5	121 650	0	0
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>1 089 193</b>	<b>7</b>	<b>37 883</b>	<b>135</b>	<b>2 980 724</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 531</b>	<b>9 074 639</b>	<b>21</b>	<b>171 408</b>	<b>1 752</b>	<b>13 144 556</b>	<b>28</b>	<b>209 291</b>

31 de Dezembro 2024

Justo valor	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação				TOTAL			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6 307	0	0	1	6 307	0	0
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	0	0	0	0	0	0	0	0	3	888	0	0	3	888	0	0
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	8	8 991	2	3 762	19	39 541	0	0	389	1 132 065	1	2 437	416	1 180 597	3	6 199
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	9	30 783	2	5 041	34	130 986	0	0	691	3 711 360	14	74 687	734	3 873 129	16	79 728
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	8	50 904	7	39 024	41	323 764	0	0	303	2 679 317	13	123 546	352	3 053 985	20	162 570
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	4	58 436	1	2 129	63	980 935	0	0	66	930 079	0	0	133	1 969 451	1	2 129
>= 50 MCVE	6	347 543	1	31 947	32	2 072 815	0	0	2	34 525	0	0	40	2 454 882	1	31 947
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>496 658</b>	<b>13</b>	<b>81 901</b>	<b>189</b>	<b>3 548 040</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 455</b>	<b>8 494 541</b>	<b>28</b>	<b>200 671</b>	<b>1 679</b>	<b>12 539 239</b>	<b>41</b>	<b>282 572</b>

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de *Corporate*,  
 Construção, Habitação (em mCVE))

Segmento / Rácio	Número de imóveis	31.12.2025				Total	
		Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas (exc. Const e C)</b>							
Sem colateral associado	384	167.978	35.420	25.809	15.975	229.207	15.975
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	6	19.382	0	0	169	19.382	169
<= 125% e > 100%	13	59.395	983	6.012	4.207	66.390	4.207
< 100%	1027	3.075.177	310.334	143.201	166.235	3.528.713	166.235
<b>Construção e CRE</b>							
Sem colateral associado	88	2.809	477	401	680	3.687	680
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	2	8.916	0	0	892	8.916	892
<= 125% e > 100%	6	36.095	0	0	228	36.095	228
< 100%	280	2.770.844	370.088	176.068	139.693	3.317.000	139.693
<b>Habitação</b>							
Sem colateral associado	2	2.080	0	0	6	2.080	6
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	31	163.186	680	4.529	2.933	168.396	2.933
<= 125% e > 100%	27	156.087	29.615	13.636	1.850	199.337	1.850
< 100%	1525	8.479.596	338.700	120.172	26.316	8.938.468	26.316
<b>TOTAL</b>	<b>3.391</b>	<b>14.941.545</b>	<b>1.086.297</b>	<b>489.828</b>	<b>359.183</b>	<b>16.517.670</b>	<b>359.183</b>

Segmento / Rácio	Número de imóveis	31.12.2024				Total	
		Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas (exc. Const e CRE)</b>							
Sem colateral associado	364	107.986	92.411	22.567	23.308	222.964	23.308
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	61	90.836	18.895	1.111	4.953	110.842	4.953
<= 125% e > 100%	173	578.517	237.158	42.102	60.725	857.777	60.725
< 100%	657	1.649.671	122.887	43.055	53.378	1.815.612	53.378
<b>Construção e CRE</b>							
Sem colateral associado	88	21.333	147	808	479	22.288	479
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	30	387.193	41.816	3.055	8.197	432.065	8.197
<= 125% e > 100%	74	1.002.762	76.103	54.969	58.620	1.133.833	58.620
< 100%	228	1.959.805	102.852	235.589	105.003	2.298.246	105.003
<b>Habitação</b>							
Sem colateral associado	2	2.211	0	0	6	2.211	6
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	192	1.161.491	49.560	10.583	766	1.221.635	766
<= 125% e > 100%	869	5.763.316	137.872	69.043	13.915	5.970.232	13.915
< 100%	453	1.405.694	120.514	40.078	9.597	1.566.286	9.597
<b>TOTAL</b>	<b>3.191</b>	<b>14.130.814</b>	<b>1.000.215</b>	<b>522.961</b>	<b>338.948</b>	<b>15.653.990</b>	<b>338.948</b>

## 8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025, os imóveis classificados como ativos correntes detidos para venda e em propriedades de investimento pelo Banco encontram-se registados ao custo, com revisão de imparidade anual. As imparidades registadas durante o ano para estes imóveis encontram-se detalhadas na nota 17.

Continua sem alteração a estratégia do Banco no que respeita a sua venda futura, a qual ocorrerá logo que existam ofertas alinhadas as condições determinadas pela gestão para venda. Em 2025, foram transferidos para a rubrica de Ativos recebidos em recuperação de crédito próprio dois imóveis, resultantes de processos de recuperação.

2025 - Propriedades de Investimento															
Saldo em 31-12-2024			Outras		Imparidade do período		Transferências		Utilização		Perdas por imparidade	Saldo em 31-12-2025			
			Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Imparidade	Transferências							
Valor bruto	Liquido	Regularização saldo inicial	Imparidade	Alienações	Despesas						(Nota 17)		Valor bruto	Imparidade	Liquido
13.374	(158)	13.216	(3.320)	-	3.385	-	-	-	3.478	-	-	(16.759)	-	-	-
2.063	(24)	2.038	(512)	-	531	-	-	-	536	-	-	(2.594)	-	-	-
<u>88.807</u>	<u>(5.206)</u>	<u>83.601</u>	<u>(5.925)</u>		<u>6.464</u>	<u>(539)</u>	-	-	-	-	<u>(539)</u>		<u>95.271</u>	<u>(11.670)</u>	<u>83.601</u>
<u>104.244</u>	<u>(5.388)</u>	<u>98.856</u>	<u>(9.757)</u>	-	<u>10.380</u>	<u>(539)</u>	-	-	<u>4.014</u>	-	<u>(539)</u>	<u>(19.353)</u>	<u>95.271</u>	<u>(11.670)</u>	<u>83.601</u>

	2024 - Propriedades de Investimento												
	Saldo em 31-12-2023			Recuper ações	Imparidade do período				Perdas por imparidade (Nota 17)	Saldo em 31-12-2024			
	Valor bruto	Imparidade	Liquido		Outras		Reversão	Utilização Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Liquido	
				Alienações	Despesas	Constituição							
Prédio Urbano - Praia	34 167	-	34 167	-	(34 167)	-	-	-	-	-	-	-	
Espaço Comercial - Praia	13 321	(158)	13 163	-	-	53	-	-	-	-	13 374	(158)	13 216
Estacionamento de um prédio - Praia	2 054	(24)	2 030	-	-	9	-	-	-	-	2 063	(24)	2 038
Edifício Achada Grande Frente - Praia	88 446	(5 206)	83 240	-	-	361	-	-	-	-	88 807	(5 206)	83 601
	<u>137 988</u>	<u>(5 389)</u>	<u>132 601</u>	<u>-</u>	<u>(34 167)</u>	<u>423</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104 244</u>	<u>(5 388)</u>	<u>98 856</u>

	2025 - Ativo não corrente detido para venda							
	Saldo em 31-12- 2024	Imparidade do período		Transferências		Saldo em 31-12-2025		
		Liquido	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Imovel								
Terreno Palha Sé	-			115.877	(7.091)	115.877	(7.091)	108.787
Edifício Turístico - Praia de Chavez - Boavista	-			184.321	(1.355)	184.321	(1.355)	183.566
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300.738</u>	<u>(8.445)</u>	<u>300.738</u>	<u>(8.445)</u>	<u>292.353</u>

Apresenta-se o saldo por antiguidade no balanço:

31/12/2025

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e	=> 2,5	>= 5 anos	Total
		<= 2,5	Anos e <=		
		Anos	5 Anos		
<b>Edifícios construídos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>83 601</b>	<b>83 601</b>
Comerciais	0	0	0	83 601	83 601
Habitação	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0

## 9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial					Abates				Saldo no Final do Exercício			
	Saldo bruto	Depreciação		Valor Líquido	Adições	Abates		Transferência	Amortizações do exercício	Saldo bruto	Depreciação		Valor líquido em 12/31/2025
		acumuladas	Imparidades			Valor Bruto	Depreciação				acumuladas	Imparidades acumuladas	
<b>Imóveis de serviço próprio</b>													
· Terrenos	52.911	-	-	52.911	-	-	-	-	-	52.911	-	-	52.911
· Edifícios	780.573	(100.103)	(12.377)	668.094	13.284	-	-	2.130	(21.922)	795.988	(122.024)	(12.377)	661.587
· Outros	11.854	(7.702)	-	4.152	482	-	-	25.396	(2.045)	37.732	(9.747)	-	27.985
Obras em imóveis arrendados	194.528	(163.054)	-	31.473	1.174	(39.075)	-	30.631	(6.382)	187.258	(132.024)	-	56.122
	<u>1.039.866</u>	<u>(321.159)</u>	<u>(12.377)</u>	<u>756.630</u>	<u>14.940</u>	<u>(39.075)</u>	<u>-</u>	<u>58.157</u>	<u>(30.349)</u>	<u>1.073.888</u>	<u>(263.795)</u>	<u>(12.377)</u>	<u>798.604</u>
<b>Equipamento</b>													
· Mobiliário e material	57.230	(53.897)	-	3.333	110	-	-	-	(1.137)	57.340	(55.034)	-	2.306
· Máquinas e ferramentas	35.447	(33.712)	-	1.736	270	-	-	-	(868)	35.718	(34.579)	-	1.138
· Equipamento informático	361.899	(330.215)	-	31.684	31.152	(19.172)	19.063	7.869	(18.116)	381.749	(329.268)	-	52.481
· Instalações interiores	13.395	(12.693)	-	702	-	-	-	-	(242)	13.395	(12.936)	-	459
· Material de transporte	94.599	(41.954)	-	52.645	10.489	(5.834)	4.454	-	(9.578)	99.255	(47.078)	-	52.177
· Equipamento de segurança	30.784	(26.379)	-	4.405	6.138	-	-	9.949	(3.202)	46.871	(29.581)	-	17.290
· Outro equipamento	66.564	(61.305)	-	5.258	666	-	-	-	(903)	67.230	(62.208)	-	5.021
Outros ativos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	-	-	157	(157)	-	-
	<u>660.076</u>	<u>(560.312)</u>	<u>-</u>	<u>99.764</u>	<u>48.825</u>	<u>(25.005)</u>	<u>23.517</u>	<u>17.818</u>	<u>(34.047)</u>	<u>701.715</u>	<u>(570.842)</u>	<u>-</u>	<u>130.873</u>
Imóveis	47.836	(11.734)	-	36.101	12.539	(4.244)	3.977	-	(15.433)	56.131	(23.190)	-	32.940
Activos em Locação Financeira	47.836	(11.734)	-	36.101	12.539	(4.244)	3.977	-	(15.433)	56.131	(23.190)	-	32.940
<b>Ativos tangíveis em curso</b>													
· Despesas em edifícios arrendados	53.590	-	-	53.590	20.217	-	-	(30.631)	-	43.176	-	-	43.176
· De serviço próprio	-	-	-	-	888	-	-	-	-	888	-	-	-
· Equipamento	19.808	-	-	19.808	50.702	(385)	-	(45.345)	-	24.779	-	-	24.779
· Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>73.397</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.397</u>	<u>71.806</u>	<u>(385)</u>	<u>-</u>	<u>(75.975)</u>	<u>-</u>	<u>68.842</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.955</u>
<b>OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS</b>													
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>													
<b>Sistemas de tratamento automático de dados (Software)</b>													
· Adquirido a terceiros	11.428	(15.247)	-	(3.820)	26.822	-	-	86.009	(42.647)	124.258	(57.894)	-	66.364
Ativos intangíveis em curso	33.010	-	-	-	42.295	(3.383)	-	(86.009)	-	(14.088)	-	-	(14.088)
	<u>44.437</u>	<u>(15.247)</u>	<u>-</u>	<u>(3.820)</u>	<u>69.116</u>	<u>(3.383)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.647)</u>	<u>110.170</u>	<u>(57.894)</u>	<u>-</u>	<u>52.276</u>
	<u>1.821.175</u>	<u>(842.905)</u>	<u>(12.377)</u>	<u>965.893</u>	<u>148.110</u>	<u>(68.709)</u>	<u>27.454</u>	<u>-</u>	<u>(79.828)</u>	<u>1.900.576</u>	<u>(857.827)</u>	<u>(12.377)</u>	<u>1.030.372</u>

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

2024

Descrição	Saldo Inicial					Abates				Saldo no Final do Exercício			
	Saldo bruto	Depreciação acumuladas	Imparidades	Valor Líquido	Adições	Valor Bruto	Depreciação	Transferência Entre os activos do exercício	amortizações do exercício	Saldo bruto	Depreciação acumuladas	Imparidades acumuladas	Valor líquido em
													12/31/2024
<b>Imóveis de serviço próprio</b>													
. Terrenos	52.911	-	-	52.911	-	-	-	-	-	52.911	-	-	52.911
. Edifícios	768.645	(78.761)	(12.377)	677.507	11.928	-	-	-	(21.341)	780.573	(100.103)	(12.377)	668.094
. Outros	11.456	(6.539)	-	4.918	398	-	-	-	(1.163)	11.854	(7.702)	-	4.152
Obras em imóveis arrendados	237.868	(235.859)	-	2.008	3.599	(76.366)	76.307	29.427	(3.502)	194.528	(163.054)	-	31.473
	1.070.880	(321.159)	(12.377)	737.343	15.924	(76.366)	76.307	29.427	(26.007)	1.039.866	(270.859)	(12.377)	756.630
<b>Equipamento</b>													
. Mobiliário e material	57.230	(52.523)	-	4.708	-	-	-	-	(1.375)	57.230	(53.897)	-	3.333
. Máquinas e ferramentas	35.213	(32.910)	-	2.303	567	(332)	332	-	(1.134)	35.447	(33.712)	-	1.736
. Equipamento informático	339.888	(319.357)	-	20.530	16.534	(312)	312	5.791	(11.170)	361.899	(330.215)	-	31.684
. Instalações interiores	12.955	(12.384)	-	572	440	-	-	-	(310)	13.395	(12.693)	-	702
. Material de transporte	89.478	(49.012)	-	40.466	37.134	(32.013)	18.354	-	(11.296)	94.599	(41.954)	-	52.645
. Equipamento de segurança	28.375	(24.884)	-	3.491	2.409	-	-	-	(1.495)	30.784	(26.379)	-	4.405
. Outro equipamento	64.744	(59.751)	-	4.993	1.698	-	-	122	(1.554)	66.564	(61.305)	-	5.258
Outros ativos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	-	-	157	(157)	-	-
	628.040	(550.977)	-	77.063	58.781	(32.657)	18.998	5.912	(28.334)	660.076	(560.312)	-	99.764
Imoveis	76.610	(41.036)	-	35.574	27.231	(56.005)	44.663	-	(15.361)	47.836	(11.734)	-	36.101
Activos em Locação Financeira	76.610	(41.036)	-	35.574	27.231	(56.005)	44.663	-	(15.361)	47.836	(11.734)	-	36.101
<b>Ativos tangíveis em curso</b>													
. Despesas em edificios arrendados	22.336	-	-	22.336	60.681	-	-	(29.427)	-	53.590	-	-	53.590
. De serviço próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Equipamento	13.641	-	-	13.641	12.080	-	-	(5.912)	-	19.808	-	-	19.808
. Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	35.977	-	-	35.977	72.760	-	-	(35.340)	-	73.397	-	-	73.397
<b>OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS</b>													
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>													
<b>Sistemas de tratamento automático de dados (Software)</b>													
. Adquirido a terceiros	-	-	-	-	8.103	-	-	3.324	(15.247)	11.428	(15.247)	-	(3.820)
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	36.334	-	-	(3.324)	-	33.010	-	-	-
	-	-	-	-	44.437	-	-	-	(15.247)	44.437	(15.247)	-	(3.820)
	1.811.506	(913.171)	(12.377)	885.957	174.697	(165.029)	139.968	(0)	(69.702)	1.821.175	(842.905)	(12.377)	965.893

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.



As variações registadas nos ativos tangíveis ao longo de 2025 refletem essencialmente os investimentos realizados no âmbito da modernização da infraestrutura operacional e tecnológica do Banco, incluindo a aquisição de novos equipamentos informáticos, reforço da capacidade de armazenamento, atualização da infraestrutura de rede e instalação de novos ATMs. Adicionalmente, foram efetuados investimentos em benfeitorias em imóveis, designadamente na implementação de sistemas de energia solar, bem como na renovação da frota com viaturas elétricas e no reforço dos sistemas de segurança e monitorização.

No período registaram-se igualmente transferências de ativos tangíveis em curso para as respetivas rubricas definitivas, na sequência da conclusão de projetos de investimento iniciados em exercícios anteriores, bem como abates de determinados ativos decorrentes de substituição ou obsolescência tecnológica.

As variações associadas a ativos em locação financeira resultam essencialmente do cancelamento de contratos de locação de algumas agências e da celebração ou atualização de novos contratos, em alinhamento com as necessidades operacionais do Banco.

As depreciações e amortizações registadas no exercício refletem a aplicação das políticas contabilísticas definidas para estas classes de ativos.

A imparidade relativa a perdas em outros ativos tangíveis manteve-se em 12.377 mCVE (Nota 17), equivalente ao valor registado no exercício de 2024.

## 10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Ativos intangíveis” em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi o seguinte:

Descrição	SalDOS em 31.12.2024					Amortizações do exercício	SalDOS em 31.12.2025		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	Adições	Valor bruto		Amortizações acumuladas	Valor Líquido	
Software	353.890	(203.368)	150.522	65.733	(42.647)	419.623	(246.015)	173.608	
Dos quais: Imobilizado em curso	131.624	-	131.624	(47.098)	-	84.526	-	84.526	
Dos quais: Imobilizado firme	222.266	(203.368)	18.898	112.830	(42.647)	335.097	(246.014)	89.083	

Descrição	SalDOS em 31.12.2023					Amortizações do exercício	SalDOS em 31.12.2024		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	Adições	Valor bruto		Amortizações acumuladas	Valor Líquido	
Software	309.452	(188.120)	121.332	44.437	(15.247)	353.890	(203.368)	150.522	
Dos quais: Imobilizado em curso	98.614	-	98.614	33.010	-	131.624	-	131.624	
Dos quais: Imobilizado firme	210.838	(188.120)	22.718	11.428	(15.247)	222.266	(203.368)	18.898	

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de 84.526 mCVE em 2025 (e de 131.624 mCVE em 2024) encontrava-se em curso à data do Balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, assim como ocorrido em 31 de dezembro de 2024, os ativos intangíveis em curso são explicados globalmente por investimentos em aplicações informáticas, ainda em fase de desenvolvimento.

## 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2025				
				Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. (*)		9,52%	10.000	165.425	12/31/2025	2.652.615	252.734	1.736.965
				<u>165.425</u>				

(\*) Demonstrações Financeiras provisórias Dezembro 2025

	Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2024				
				Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. (*)		9,52%	10.000	168.569	12/31/2024	2.376.691	352.527	1.766.252
				<u>168.569</u>				

(\*) Demonstrações Financeiras auditadas de Dezembro de 2024

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

Tendo em consideração que o Banco faz parte do órgão de Direção da SISP, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade desta instituição, o Banco classificou a participação que detém na mesma como Investimento em Associadas ao abrigo da Norma IAS 28, apesar da referida participação ser de apenas 9,52%.

Desde 2023, a participação do Banco passou de 10% para 9,52% em resultado da entrada de um novo acionista no capital social da SISP, o Banco BAI CV.

	<u>SISP</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<u>166.336</u>
Resultados em Associadas	33.928
Dividendos recebidos	(31.695)
	<hr/>
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	<u>168.569</u>
Resultados em Associadas	23.716
Dividendos recebidos	(26.859)
	<hr/>
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	<u>165.425</u>

## 12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). Em 31 de dezembro de 2025, ao lucro tributável é aplicada a taxa de 21% e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,42%. É de salientar que a taxa dos impostos foi alterada em 2024, e passou de 22% para 21%, de acordo com Lei de Orçamento do Estado.

Em 2025 o IRPC apurado encontra-se deduzido de um crédito fiscal relativo à correção da Modelo 1B referente ao exercício de 2024, no montante de 19.212 mCVE, uma vez que não foi considerada, em 2024, a dedução dos rendimentos obtidos relativos aos juros de obrigações do Tesouro, conforme previsto no Artigo 23.º do Código do IRPC. A dedução deste crédito no IRPC de 2025 foi feito de acordo com instruções da Administração Fiscal.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

<u>Impostos sobre o rendimento</u>	<u>Dez-25</u>	<u>Dez-24</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta e retenções na fonte	-	9.989
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias de imóveis	29.263	-
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto Corrente	-6.518	-106.752
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias em instrumentos financeiros	-	-123.368

O valor referente aos passivos por impostos correntes diz respeito ao imposto apurado no exercício de 2025, já deduzido dos pagamentos fracionados e da retenção na fonte com natureza de pagamento por conta suportada no exercício.

Relativamente aos passivos por impostos diferidos, em 2025, procedeu-se à anulação do passivo relativo justo valor dos Ativos Financeiros reconhecido através de outro Rendimento Integral, considerando o benefício fiscal referido no Artigo 30.º do Código dos Benefícios Fiscais.

Adicionalmente, foi registado em 2025 a constituição de um ativo por imposto diferido no montante de 24.673 mCVE referente à imparidade sobre créditos e imóveis, uma vez que a dedução fiscal apenas ocorrerá com a perda efetiva.

	Resultado líquido do exercício	Capital		Total
		Reavaliação por outro resultado integral	Outros resultados transitados	
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Saldo a 31/12/2024	-	-123.368	-	- 123.368
Diminuição	-	123.368	-	123.368
VISA	-	1.464	-	1.464
SCT	-	19.815	-	19.815
BCA	-	102.089	-	102.089
Saldo a 31/12/2025	-	-	-	-

O lucro tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 21,42%.

	Dez-25	Dez-24
<b>Resultado antes de impostos</b>	619 453	714 083
<b>A adicionar</b>	<b>122.278</b>	<b>30.425</b>
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais (art. 29º, nº 1, al. d), 39º e 42º CIRPC)	59.208	21.857
Provisões não aceites ou para além dos limites legais (art. 29º, nº 1, al. d) e 53º CIRPC	55.216	-
IRPC, as tributações autónomas, e quaisquer outros impostos que incidam sobre os lucros (art. 29, nº 1, al. e) CIRPC	-	1.755
Prémios e Seguros de doença e de acidentes pessoal, gastos com seguros ... (art. 29º, nº 1, al. j) CIRPC	-	5.039
Imposto Único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	1.953	1.774
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	4.572	-
50% dos gastos com despesas de representação	1.329	-
<b>A deduzir</b>	<b>247.290</b>	<b>260.748</b>
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	26.859	2.233
Depreciação e amortizações tributadas em períodos anteriores (art. 29, nº 1, al. c) e 51º CIRPC)	-	16.688
Benefícios fiscais (art. 30º e 31 CBF- apenas referente à majoração)	17.864	31.695
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa	-	-
Outras correções não previstas nos campos anteriores (0 a N)	202.567	210.132
Dos quais Juros das Obrigações Emitidas pelas Empresas de Bolsa de Valores	115.684	130.540
Dos quais dividendos recebidos	86.883	79.592
	<b>494 441</b>	<b>483 759</b>
<b>Taxa aplicável</b>	<b>21%</b>	<b>21%</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>11,70%</b>	<b>15,57%</b>
Apuramento do Exercício	84.583	101.589
Dos quais - Correção Modelo 1B2024	( 19 212)	-
Tributação à Taxa Liberatória	5.784	6.527
Tributação autónoma	824	918
Taxa de Incêndio	2.077	2.162
Benefício Fiscal s/retenção de Lucros para Fundos Próprios	20.767	-
Imposto Corrente final c/ BF	<u>72 502</u>	<u>111 197</u>
Imposto Diferido	( 24 673)	( 4 590)
Imposto final do Ano	<u>47 829</u>	<u>106 607</u>

Nos termos do Código Geral Tributário, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja

significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2025.

### 13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez/25</u>	<u>dez/24</u>
Devedores e outras aplicações		
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	8.731	8.965
. Outros devedores	65.170	39.859
Outros ativos		
. Património artístico	5.733	5.733
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	12.048	36.392
Outras contas de regularização		
Comissões de operações com estrangeiro por regularizar	12.666	12.590
. Outros	24.292	13.200
Compensação interbancárias	80.188	-
Economato	5.558	5.965
Falhas de Caixa/ATM	2.250	4.927
Total Outros ativos	<u>216.636</u>	<u>127.629</u>
Imparidade de outros activos (Nota 17)	<u>(11.461)</u>	<u>(6.873)</u>
	<u>205.174</u>	<u>120.757</u>
Imóveis Recebidos em Adjudicação	85.711	105.177
Imparidade Imóveis Recebidos em Adjudicação (Nota 17)	<u>(52.798)</u>	<u>(39.145)</u>
	<u>32.913</u>	<u>66.032</u>
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	361.509	882.993
Imparidade de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio (nota 17)	<u>(60.529)</u>	<u>(58.967)</u>
	<u>300.980</u>	<u>824.026</u>
	<u>539.067</u>	<u>1.010.815</u>

O saldo da rubrica Outros Ativos, registou uma diminuição de 471.748 mCVE no exercício de 2025 essencialmente decorrente da alienação de quatro imóveis recebidos em dação no âmbito de processos de recuperação de crédito no montante de 213.477 mCVE.

A entrada dos imóveis por recuperação de crédito abatido ao ativo observou as expectativas de alienação e de valorização dos mesmos (mínimo entre o valor da adjudicação e o valor da avaliação, sobre o qual recaem um haircut de 70% e um haircut da antiguidade da referida avaliação).

O saldo de 85.711 mCVE da rubrica Imóveis recebidos em adjudicação refere-se a seis imóveis que ainda não reúnem as condições necessárias para a respetiva alienação.

Para a totalidade da rubrica Imóveis recebidos em adjudicação, estão associadas imparidades no valor de 52.798 mCVE, com variação líquida no período de 13.653 mCVE face a 2024 (Nota 17).

A rubrica Ativos em recuperação de crédito próprio apresentou em 31 de dezembro de 2025, um saldo de 361.509 mCVE e uma imparidade de 60.529 mCVE. A variação homóloga de -521.484 mCVE é justificada, essencialmente, pela alienação de quatro imóveis e pela transferência para Ativos não correntes detidos para venda de dois imóveis, no valor líquido de 292.353 mCVE.

Foram recuperados dois imóveis, no montante total de 8.262 mCVE, por via de adjudicação, o que permitiu a reversão parcial de perdas anteriormente abatidas ao ativo.

A estes imóveis encontram-se associadas imparidades com variação no período de 1.562 mCVE (Nota 17).

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio decompõe-se como segue:

2025																	
Imparidade do período																	
Transferências																	
Saldo em 31-12-2024																	
Imovel	Valor bruto	Outras										Utilização	Perdas por	Transferências	Saldo em 31-12-2025		
		Imparidade	Liquido	Recuperações	Alienações	Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Imparidade				Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Terreno Palha Sé	115.403	(6.626)	108.777	-	-	475	(18.812)	18.148	-	7.091	-	(18.812)	(115.877)	-	(198)	(198)	
Terreno Palmarejo	3.211	(2.237)	974	-	-	130	(906)	-	-	-	-	(1.104)	3.342	(3.143)	198		
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	212.884	(17.677)	195.206	-	(215.181)	2.297	-	-	-	-	17.677	-	0	-	0		
Terreno em Boa vista Lacacamo	264.249	(9.848)	254.401	-	-	1.183	(35.662)	-	-	-	-	(35.662)	265.432	(45.510)	219.922		
Prédio Urbano em Maio - Morro	21.768	(56)	21.712	-	-	138	(7.311)	-	-	-	-	(7.311)	21.906	(7.367)	14.539		
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	183.566	-	183.566	-	-	1.355	(28.904)	27.549	-	1.355	-	-	(184.921)	-	0	0	
Prédio Urbano - Praia - Achada São Felipe	6.601	(3.883)	2.718	-	-	22	(22)	-	-	-	-	(22)	6.623	(3.905)	2.718		
Prédio Urbano - Praia Cabral - Boavista	4.726	(39)	4.687	-	-	37	(37)	-	-	-	-	(37)	4.763	(76)	4.687		
Prédio Urbano - Fonte Meio - São Vicente	2.493	(66)	2.428	-	(2.508)	14	(500)	-	-	-	566	(500)	(0)	-	(0)		
Prédio Urbano - composto por dois Apartamento T2 Boa Ventura R	7.112	(167)	6.944	-	(7.156)	45	-	-	-	-	167	-	0	-	0		
Terreno Urbano em Rabil -Boavista	2.148	(8)	2.140	-	-	30	(30)	-	-	-	-	(30)	2.178	(38)	2.140		
Diversos Equipamentos Oficina	20.860	(18.360)	2.500	-	(20.860)	-	-	-	-	-	18.360	(166)	-	-	-		
Prédio urbano - res do chao - Pensamento - Praia	1.654	-	1.654	-	-	49	(21)	-	-	-	-	(21)	1.703	(21)	1.682		
Prédio Urbano em Tira Chapéu	11.480	-	11.480	-	-	45	(45)	-	-	-	-	(45)	11.525	(45)	11.480		
Prédio Urbano em Terra Branca	24.838	-	24.838	-	-	166	(166)	-	-	-	-	-	25.004	(166)	24.838		
Prédio Urbano - Achada São Filipe	-	-	-	-	(8.697)	52	-	8.645	-	-	-	-	(0)	-	(0)		
Prédio urbano -Rua unidade africana mindelo - Beia Vista - São Vic	-	-	-	-	-	123	(60)	3.560	-	-	-	(60)	3.683	(60)	3.623		
Prédio urbano - Achada Grabde Frente - Praia	-	-	-	5.637	-	-	-	-	-	-	-	-	5.637	-	5.637		
Terreno Urbano - Achada de São Filipe - Praia	-	-	-	2.625	-	-	-	-	-	-	-	-	2.625	-	2.625		
Apartamento T3 - Santa Maria Ilha do Sal - Fraçãoi A- B2A- piso do	-	-	-	-	-	24	-	7.063	-	-	-	-	7.087	-	7.087		
	<b>882.993</b>	<b>(58.967)</b>	<b>824.026</b>	<b>8.262</b>	<b>(254.402)</b>	<b>6.186</b>	<b>(92.476)</b>	<b>45.698</b>	<b>19.268</b>	<b>8.445</b>	<b>36.770</b>	<b>(63.770)</b>	<b>(115.877)</b>	<b>361.509</b>	<b>(60.529)</b>	<b>300.978</b>	

2024

Imoveis	Saldo em 31-12-2023			Recuperações	Alienações	Transferências	Outros Despesas	Imparidade do período		Transferências Período	Utilização Imparidade Nota 17	Saldo em 31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido					Constituição	Reversão			Valor Bruto	Imparidade	Valor bruto
Terreno Palha Sé	1 14 939	(9 071)	105 868	-	-	-	464	-	2 445	-	-	115 403	(6 626)	108 777
Terreno Palha Sé	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Terreno Palmarejo	2 916	(1 113)	1 803	-	-	-	295	(1 124)	-	-	-	3 211	(2 237)	974
Habitação -São Vicente	19 612	(14 787)	4 825	-	(19 674)	-	62	-	1 113	-	13 674	0	(0)	0
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	211 256	(17 677)	193 579	-	-	-	1 627	-	-	-	-	212 884	(17 677)	195 206
Prédio Urbano - Praia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifício Achada Grande Frente - Praia**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terreno em Boa vista Lacacamo	263 124	(14 089)	249 035	-	-	-	1 125	-	4 241	-	-	264 249	(9 848)	254 401
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 737	(56)	21 681	-	-	-	31	-	-	-	-	21 768	(56)	21 712
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	182 385	(2 176)	180 209	-	-	-	1 182	(74)	2 249	-	-	183 566	-	183 566
Prédio Urbano - Praia - Palmarejo	(0)	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	(0)
Prédio Urbano - Praia - Achada São Felipe	6 578	(3 356)	3 222	-	-	-	22	(526)	-	-	-	6 601	(3 883)	2 718
Prédio Urbano - Praia Cabral - Boavista	4 701	(39)	4 662	-	-	-	25	-	-	-	-	4 726	(39)	4 687
Prédio Urbano - Fonte Meio - São Vicente	2 467	(66)	2 402	-	-	-	26	-	-	-	-	2 493	(66)	2 428
Prédio Urbano- composto por dois Apartamer	7 089	(1 218)	5 871	-	-	-	22	-	1 051	-	-	7 112	(167)	6 944
Terreno Urbano em Rabil -Boavista - Morro (I	2 140	(1 630)	511	-	-	-	8	-	1 622	-	-	2 148	(8)	2 140
Diversos Equipamentos Oficina	20 860	(5 215)	15 645	-	-	-	-	(15 645)	2 500	-	-	20 860	(18 360)	2 500
Prédio urbano - res do chao - Pensamento - F	-	-	-	1 654	-	-	-	-	-	-	-	1 654	-	1 654
Prédio Urbano em Tira Chapéu (200 Metros C	-	-	-	11 480	-	-	-	-	-	-	-	11 480	-	11 480
Prédio Urbano em Terra Branca (200 Metros	-	-	-	24 838	-	-	-	-	-	-	-	24 838	-	24 838
	859 806	(70 493)	789 313	37 972	(19 674)	-	4 889	(17 369)	15 221	-	-	882 993	(58 967)	824 026

A rubrica de Imóveis recebidos em adjudicação decompõe-se como segue:

	Saldo em 31-12-2024			Recuperações	Alienações	Imparidade do período			Transferências		Mais /menos valia	Perdas por	Reversão de	Trans-	Saldo em 31-12-2025							
	Valor bruto	Imparidade	Liquido			Outros Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade					Imparidade	Imparidade	Imparidade	ferências	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Liquido
Habitação na Praia - Fazenda - Praia	16 090	(14 586)	1 504	-	-	62	(1 842)	215	-	-	62	(1 842)	215	-	16 152	(16 152)	-					
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	11 654	(6 846)	4 808	-	-	62	(62)	-	-	-	-	(62)	-	-	11 715	(6 907)	4 808					
Apartamentos e Salão Comercial em Santa Maria Sal	25 494	(14 424)	11 070	-	-	147	(11 363)	-	-	-	147	(11 363)	-	-	25 640	(25 640)	-					
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	14 000	(560)	13 440	-	(14 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	560	-	-	-					
Prédio Urbano - Achada São Filipe	8 627	(2 729)	5 898	-	(8 627)	-	-	-	-	-	-	-	-	2 729	-	-	-					
Prédio Urbano - Santa Maria	5 900	-	5 900	-	(5 900)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Predio urbano - achada grande - praia	12 850	-	12 850	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	12 851	-	12 851					
Apartamento T3 - Santa Maria Ilha do Sal - Fração A- B2A- piso do Bloco II	7 063	-	7 063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7 063)	-	-	-					
Predio urbano -Rua unidade africana mindelo - Bela Vista - São Vicente	3 500	-	3 500	-	-	60	-	-	-	-	-	-	-	(3 560)	-	-	-					
Edifício - Praia	-	-	-	-	-	(65)	-	16 760	(3 478)	-	(65)	-	-	-	16 760	(3 543)	13 216					
Edifício - Praia	-	-	-	-	-	(19)	-	2 594	(536)	-	(19)	-	-	-	2 594	(555)	2 039					
	<u>105 177</u>	<u>(39 145)</u>	<u>66 032</u>	<u>-</u>	<u>(28 527)</u>	<u>331</u>	<u>(13 351)</u>	<u>215</u>	<u>19 353</u>	<u>(4 014)</u>	<u>208</u>	<u>(13 351)</u>	<u>215</u>	<u>(10 623)</u>	<u>3 289</u>	<u>85 711</u>	<u>(52 798)</u>	<u>32 913</u>				

## 2024 - Devedores

	Imparidade do período											
	Saldo em 31-12-2023			Recuperações	Outros		Constituição	Reversão	Utilização	Saldo em 31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido		Alienações	Despesas				Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Habitação na Praia - Fazenda - Praia	15 908	(14 586)	1 322	-	-	182	-	-	-	16 090	(14 586)	1 504
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	11 633	(3 963)	7 670	-	-	20	(2 883)	-	-	11 654	(6 846)	4 808
Apartamentos e Salão Comercial em Santa Maria Sal	25 347	(20 517)	4 830	-	-	147	-	6 093	-	25 494	(14 424)	11 070
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	14 000	(560)	13 440	-	-	-	-	-	-	14 000	(560)	13 440
Prédio Urbano - Achada São Filipe	8 395	(2 729)	5 666	-	-	232	-	-	-	8 627	(2 729)	5 898
Prédio Urbano - Santa Maria	6 323	(863)	5 460	-	-	145	-	295	569	5 900	-	5 900
Predio urbano - achada grande - praia	-	-	-	12 850	-	-	-	-	-	12 850	-	12 850
Apartamento T3 - Santa Maria ilha do Sal - Fraçãoi A- B2A	-	-	-	7 063	-	-	-	-	-	7 063	-	7 063
Predio urbano -Rua unidade africana mindelo - Bela Vista	-	-	-	3 500	-	-	-	-	-	3 500	-	3 500
	<b>81 607</b>	<b>(43 219)</b>	<b>38 388</b>	<b>23 413</b>	<b>-</b>	<b>726</b>	<b>(2 883)</b>	<b>6 388</b>	<b>569</b>	<b>105 177</b>	<b>(39 145)</b>	<b>66 032</b>

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em adjudicação, por tipo de ativo e por antiguidade, decompõe-se como segue:

31/12/2025

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
<b>Edifícios Construídos</b>	<b>0</b>	<b>12 850</b>	<b>15 255</b>	<b>4 808</b>	<b>32 913</b>
Comerciais	0	12 850	15 255		23 920
Habitação	0	0	0	4 808	36 213
Outros	0	0	0	0	0
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Total	0	12 850	15 255	4 808	32 913

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo, decompõe-se como segue:

31/12/25

Ativo	Número de imóveis	Valor da Avaliação	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
<b>Terreno</b>	<b>5</b>	<b>649.502</b>	<b>295.482</b>	<b>56.256</b>	<b>239.226</b>
Urbano	5	649.502	295.482	56.256	239.226
Rural	-	-	-	-	-
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>1</b>	<b>2.271</b>	<b>6.623</b>	<b>3.905</b>	<b>2.718</b>
Comerciais	-	-	-	-	-
Habitação	1	2.271	6.623	3.905	2.718
Outros	-	-	-	-	-
<b>Edifícios construídos</b>	<b>7</b>	<b>902.771</b>	<b>59.404</b>	<b>368</b>	<b>59.035</b>
Comerciais	1	40.000	25.004	166	24.838
Habitação	6	862.771	34.399	202	34.197
Outros	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>1.554.544</b>	<b>361.509</b>	<b>60.529</b>	<b>300.980</b>

31/12/24

Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
<b>Terreno</b>	<b>5</b>	<b>406.779</b>	<b>18.775</b>	<b>388.004</b>
Urbano	5	406.779	18.775	388.004
Rural	-	-	-	-
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>2</b>	<b>219.484</b>	<b>21.560</b>	<b>197.924</b>
Comerciais	1	212.884	17.677	195.206
Habitação	1	6.601	3.883	2.718
Outros	-	-	-	-
<b>Edifícios construídos</b>	<b>7</b>	<b>235.869</b>	<b>272</b>	<b>235.597</b>
Comerciais	2	208.405	0	208.405
Habitação	5	27.465	272	27.193
Outros	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>862.133</b>	<b>40.607</b>	<b>821.526</b>

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Outros Equipamentos	67	20.860	18.360	2.500

92

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade em balanço, decompõe-se como segue:

31/12/2024

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>	<b>0</b>	<b>2 140</b>	<b>276 113</b>	<b>109 751</b>	<b>388 004</b>
Urbano	0	2 140	276 113	109 751	388 004
Rural	0	0	0	0	0
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>197 924</b>	<b>0</b>	<b>197 924</b>
Comerciais	0	0	195 206	0	195 206
Habitação	0	0	2 718	0	2 718
Outros	0	0	0	0	0
<b>Edifícios construídos</b>	<b>40 400</b>	<b>11 631</b>	<b>183 566</b>	<b>0</b>	<b>235 597</b>
Comerciais	24 838	0	183 566	0	208 405
Habitação	15 561	11 631	0	0	27 193
Outros	0	0	0	0	0
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>40 400</b>	<b>13 771</b>	<b>657 604</b>	<b>109 751</b>	<b>821 526</b>

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>
Outros Equipamentos	0	0	2 500	0	2 500

Os imóveis registados em “Outros ativos” encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco realiza avaliações

periódicas destes ativos e, sempre que o valor recuperável estimado seja inferior ao respetivo valor líquido contabilístico, é reconhecido o correspondente ajustamento por imparidade.

#### 14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

##### **Recursos de Outras Instituições Financeiras**

	Valor	
	<u>dez/25</u>	<u>dez/24</u>
Recursos de instituições de crédito nacionais	57.437	67.172
Recursos de empresas seguradoras	236.901	390.831
	<u>294.338</u>	<u>458.003</u>
Recursos de instituições no estrangeiro	42.168	-
	<u>42.168</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	1.047	1.592
	<u>337.553</u>	<u>459.596</u>

Os saldos nos Recursos de IC's no estrangeiro correspondem à utilização da Linha de Trade Finance da CGD.

## 15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

### Recursos de clientes e outros empréstimos

	<u>dez/25</u>	<u>dez/24</u>
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	<u>2.947.245</u>	<u>2.824.550</u>
Depósitos à ordem		
. De residentes	17.008.950	14.680.004
. De não residentes	2.914.331	2.548.123
. De emigrantes	<u>1.455.800</u>	<u>1.239.714</u>
	<u>21.379.082</u>	<u>18.467.841</u>
Depósitos a prazo		
. De residentes	6.988.748	6.385.529
. De emigrantes	1.426.143	1.294.205
. De não residentes	<u>1.696.027</u>	<u>1.547.684</u>
	<u>10.110.919</u>	<u>9.227.418</u>
Outros débitos		
. Outros depósitos à ordem	91.975	92.326
. Cheques e ordens a pagar	<u>22.114</u>	<u>14.491</u>
	<u>34.551.335</u>	<u>30.626.628</u>
Juros a pagar	<u>127.134</u>	<u>109.417</u>
	<u>34.678.469</u>	<u>30.736.045</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os depósitos à ordem não eram remunerados.

## 16. PROVISÕES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025						Saldos em 31-12-2025
	Saldos em 12/31/2024	Provisão				Transferência	
		Constituição	Anulação/ Reposição	Provisão Líquida	Utilização		
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	2.455	72.823	(50.474)	22.349	-	9.811	34.616
Provisões - Processos judiciais	10.278	-	-	-	-	-	10.278
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	-
	12.734	72.823	(50.474)	22.349	-	-	44.894

	2024						Saldos em 31-12-2024
	Saldos em 12/31/2023	Provisão				Utilização	
		Constituição	Anulação/ Reposição	Provisão Líquida	Utilização		
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	1.198	4.324	(3.067)	1.258	-	-	2.455
Provisões - Processos judiciais	11.614	543	(1.879)	-1.336	-	-	10.278
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	-
	12.812	4.868	(4.946)	(78)	-	-	12.734

Para efeitos de registo, o critério utilizado na revisão do montante de provisão constituída, resulta da probabilidade de pagamento/assunção de perda por parte do Banco, sendo que, para os processos com probabilidade: (1) Remota, foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75% e (5) Certa: 100%.

## 17. IMPARIDADE

O movimento na imparidade/provisões do Banco durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Imparidade	2025								
	Saldos em 12/31/2024	Regularização Saldo Inicial	Transferências ano 2025	Dotações resultados	Recuperações			Saldo 12/31/2025	
					Anulação de imparidade	Imparidade Líquida	Mais Valla Alienações		Utilizações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)									
Crédito a clientes	462.783	-	(10.673)	404.527	(340.311)	64.216	-	(35.351)	480.976
Títulos de dívida pública	37.431	-	-	13.589	(6.142)	7.447	-	-	44.878
	500.214	-	(10.673)	418.116	(346.453)	71.664	-	(35.351)	525.854
Propriedades de investimento (Nota 8)	5.389	9.756	(4.014)	539	-	539	-	-	11.670
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9)	12.377	-	-	-	-	-	-	-	12.377
Outros Dev - Imóveis Receb. em Adjudicação penderes de Resolução (Nota 13)	39.145	-	4.014	13.481	(215)	13.267	(208)	(3.289)	52.929
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	6.873	-	-	4.589	-	4.589	-	-	11.461
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de credito próprio (Nota 13)	58.967	(132)	(8.445)	92.476	(45.698)	46.778	-	(36.770)	60.398
Imparidade de Ativo Ativo não corrente detido para venda (Nota 8)	-	-	8.445	-	-	-	-	-	8.445
	122.750	9.624	-	111.084	(45.913)	65.172	(208)	(40.060)	157.280
	622.964	9.624	(10.673)	529.201	(392.365)	136.835	(208)	(75.410)	683.134

Imparidade	2024						
	Saldos em 31/12/2023	Transferências ano 2024	Dotações resultados	Recuperações			Saldo 31/12/2024
				Anulação de imparidade	Imparidade Líquida	Utilizações	
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)							
Crédito titulado	35 785	-	27 349	(17 317)	10 032	-	45 817
Crédito não titulado	510 341	-	431 596	(344 909)	86 687	(142 631)	454 397
	546 126	-	458 945	(362 226)	96 719	(142 631)	500 214
Propriedades de investimento (Nota 8)	5 389	-	-	-	-	-	5 389
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9)	12 377	-	-	-	-	-	12 377
Outros Dev - Imóveis Receb. em Adjudicação penderes de Resolução (Nota 13)	43 219	-	2 883	(7 526)	(4 643)	569	39 145
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	6 873	-	-	-	-	-	6 873
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de credito próprio (Nota 13)	70 493	-	17 369	(15 221)	2 148	(13 674)	58 967
	138 351	-	20 252	(22 747)	(2 495)	(13 105)	122 750
	684 477	-	479 197	(384 973)	94 224	(155 736)	622 964

A imparidade do período apresenta-se conforme apresentado no quadro acima, sendo desagregado o valor de imparidade associada a imóveis para cada uma das rubricas do ativo e impactos relacionados com as transferências que ocorreram no período.

## 18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Outros passivos</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	31.999	33.474
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	13.961	17.815
. Previdência social	4.984	4.433
. Imposto sobre o valor acrescentado	5.580	3.813
Recursos diversos		
. Conta caução	57.671	21.301
	<u>114.194</u>	<u>80.836</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	95.803	35.002
Férias por gozar	18.374	18.374
Subsídio de férias	13.426	11.829
Prémio de Produtividade	14.621	7.800
Assistencia Médica - Consultas	100	50
Abonos Para deslocação	18	7
Loações Financeira	36.644	39.028
	<u>178.985</u>	<u>112.090</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	1.493	1.450
Anuidades de cartões	11.965	10.784
	<u>13.458</u>	<u>12.235</u>
Outras contas de regularização		
Cartões Visa	-	2.146
OP - ATM - Multibanco	23.137	11.711
Compensação - Transferências Interbancárias	270.032	502.428
Outras contas de Regularização	31.319	17.649
	<u>324.488</u>	<u>533.934</u>
<b>Total Outros Passivos</b>	<u>631.125</u>	<u>739.094</u>

O saldo da rubrica Outros Passivos registou uma diminuição de 107.968 mCVE, essencialmente explicada pela compensação de saldo de transferências interbancárias ocorridas no último dia de 2025.

## 19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a estrutura acionista apresenta-se como segue:

Entidade	Número		Valor
	de ações	%	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81 687	81,69%	816 870
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%	67 320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5 089	5,09%	50 890
Outros	6 492	6,49%	64 920
	<u>100 000</u>	<u>100,00%</u>	<u>1 000 000</u>

Não houve alteração na estrutura acionista no ano de 2025.

## 20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	31-dez-25	31-dez-24
Prémios de emissão	388	388
Reservas de justo valor		
. De ativos financeiros Ao justo valor através de outros Rendimento Integral (Nota 5)	687.084	568.529
. De impostos diferidos (Nota 12)	0	(123.368)
Outros		
	687.084	445.161
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	403.338	342590
. Outras reservas	2.608.631	2.092.275
. Resultados transitados	-	-
	3.011.969	2.434.866
Resultado do exercício	571.624	607.476
	4.271.065	3.487.891

A variação das reservas de justo valor, face ao Dezembro de 2024, reflete essencialmente as revalorizações do justo valor das participações da Visa e do BCA (Nota 5), bem como a anulação dos ativos por impostos diferidos associados às participações financeiras considerando o benefício fiscal nos termos do artigo 30º do Código dos Benefícios Fiscais.

No que tange à Reserva legal, nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço desse tipo de reserva. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar

o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

No saldo das Outras Reservas, inclui-se o valor de 20.313 m CVE referente ao benefício fiscal nos termos do artigo 32.º do Código dos Benefícios fiscais (CBF) relativo aos lucros retidos do exercício de 2024.

O referido artigo determina que os bancos para reforço dos Fundos Próprios podem deduzir à coleta do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRPC) os lucros retidos não podendo em cada exercício exceder 20%.

Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada no dia 29 de Maio de 2025, foi aprovada a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 607.476 mCVE tendo sido deliberada a sua distribuição da seguinte forma: 60.748 mCVE para reforço da reserva legal, 516.355 mCVE para outras reservas, e 30.373 mCVE para dividendos, conforme consta da respetiva ata da referida Assembleia Geral.

<b>Reservas Legais (10%RL)</b>	60.748 mCVE
<b>Outras Reservas ( 85%)</b>	516.355 mCVE
<b>Distribuição de Dividendos (5%)</b>	30.373 mCVE

## 21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

### Juros e rendimentos similares

	dez-25	dez-24
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	1 085 479	895 967
. Crédito vencido	4 285	3 697
. Crédito ao exterior	111 548	104 320
. Crédito ao pessoal	13 600	11 162
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	115 684	130 540
De outros residentes	42 717	29 151
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	92 255	3 216
. No estrangeiro	78 702	176 768
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	55 485	46 546
	<u>1 599 756</u>	<u>1 401 368</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, destaca-se o incremento dos juros e rendimentos similares no montante de 198.388 mCVE, essencialmente justificado pelos juros de crédito a clientes.

Relativamente aos juros de aplicações em instituições de crédito, a evolução reflete a estratégia de realocação de saldos da CGD para o BCV em função de melhores taxas oferecidas pela última (Nota 6).

## 22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>Dez-25</u>	<u>Dez-24</u>
Juros de depósitos		
· Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	1.355	1.432
· Depósitos a prazo		
De residentes	189.026	174.720
De emigrantes	42.617	34.083
De não residentes	45.209	29.067
Juros Locações Financeira	3.290	3.161
Juros de empréstimos		
· De residentes	4.950	3.791
· De não residentes	8	125
Outros juros e encargos similares	2.746	1.795
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	-	-
	<u>289.201</u>	<u>248.175</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, destaca-se o incremento dos juros de depósitos a prazo, explicados pelo aumento de depósitos durante o ano de 2025 quando comparado com o ano de 2024 e pelas negociações com os clientes para a retenção dos depósitos.

### 23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	85.252	78.102
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.423	1.294
. VISA International Service Association	208	197
	<u>86.883</u>	<u>79.592</u>

Durante o ano de 2025, o Banco Comercial do Atlântico procedeu à distribuição de dividendos, cabendo ao BI o montante de 85.252 mCVE.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-25	31-dez-24
<b><u>Rendimentos de serviços e comissões</u></b>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	94.714	77.897
Por serviços prestados		
. Comissões Visa	59.995	51.442
. Anuidades de Cartões	26.059	24.447
. Operações de Crédito	4.853	3.998
Comissões		
. Emissão Cheque	2.869	2.954
. Envio de extrato por Swift	422	241
. Devolução Cheques	35	56
. Seguro	7.620	6.160
. Cobrança De Imposto	3.657	3.305
. Cobrança do INPS	239	264
. Cobrança Gestão Contas Inativas	3.797	261
. Outras Comissões	38.973	31.046
	<u>148.518</u>	<u>124.172</u>
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	10.928	8.829
. Créditos documentários	-	-
	<u>10.928</u>	<u>8.829</u>
	<u>254.160</u>	<u>210.899</u>
<b><u>Encargos com serviços e comissões</u></b>		
Por garantias recebidas		
. Garantias e Avales	360	729
. Créditos documentários abertos	-	-
	<u>360</u>	<u>729</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	51.442	54.250
. Linha BEI	-	1.967
. Outras comissões	19.323	13.883
	<u>70.765</u>	<u>70.101</u>
	<u>71.125</u>	<u>70.829</u>

## 25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-25			dez-24		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	46 417	(1 679)	44 738	42 552	(3 267)	39 285
Resultados em notas e moedas	18 501	(9 585)	8 916	20 072	(1 700)	18 372
	<u>64 918</u>	<u>(11 264)</u>	<u>53 654</u>	<u>62 624</u>	<u>(4 966)</u>	<u>57 657</u>

Os Resultados de reavaliação cambial ascenderam a 53.654 mCVE em 2025, registando uuma diminuição de 4.003 mCVE (-7%) face a 2024, justificado essencialmente pelos resultados de reavaliação cambial em notas e moedas.

## 26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em outros ativos, conforme segue:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Outros Ativos	<u>1.797</u>	<u>2.133</u>
	<u>1.797</u>	<u>2.133</u>

## 27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
· Taxa de serviço	235	188
· Prestação Serviços - R24 - SISP	3.402	4.856
· Despesas Swift	15.887	14.542
· Despesas com a Comunicação	2	72
· Outros	86	69
Investimentos em Associadas	26.859	33.928
Reembolso de despesas	1	1
Recuperação de crédito	91.760	80.013
Ganhos em ativos não financeiros	3.137	2.736
Outros	18.061	30.420
	<u>159.430</u>	<u>166.825</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(3.517)	(2.369)
Donativos e quotizações	(4.268)	(2.888)
Contribuição de Fundo de Garantia de Depósitos	(1.352)	(1.092)
Ganhos com as Despesas OURS	(6.460)	(5.310)
Despesas de Manutenção da conta	(4.685)	(6.169)
Investimentos em Associadas	(3.144)	-
Outros	(35.586)	(6.549)
	<u>(59.010)</u>	<u>(24.378)</u>
	<u>100.420</u>	<u>142.448</u>

Foram reclassificados os resultados de empresas associadas (MEP) no ano de 2025 de resultados de empresas associadas para outros resultados de exploração (ver Nota 11).

Os resultados associados às recuperações do crédito abatido ao ativo justificam-se, essencialmente, pela recuperação de um conjunto de imóveis e refinanciamento de operações de crédito anteriormente abatidas ao ativo.

Relativamente às recuperações por via de bens imóveis, trata-se de seis imóveis recuperados no valor total de 32.913 mCVE, através de adjudicação (Nota 13).

## 28. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-25</u>	<u>dez-24</u>
Remunerações dos empregados	285 173	252 654
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	44 172	44 279
Encargos sociais obrigatórios	41 463	35 018
Indemnizações contratuais	-	1 828
Outros	12 608	13 213
	<u>383 416</u>	<u>346 992</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>dez-25</u>	<u>dez-24</u>
Administração	2	2
Direção	7	5
Coordenadores	10	9
Responsáveis / Gerentes	14	19
Administrativos	138	117
Auxiliares	1	3
Estagiários	3	3
	<u>175</u>	<u>158</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os números apresentados acima incluíam, respetivamente, 35 e 31 colaboradores com contrato a prazo.

## 29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Serviços especializados		
. Serviços de informática	93.052	73.851
. Serviços especializados - SISP	42.942	39.706
. Segurança e vigilância	12.603	11.796
. Honorários	6.648	4.260
. Serviços de limpeza	9.962	10.000
. Consultoria	9.551	7.748
. Serviços de auditoria	13.884	13.123
. Outros serviços especializados	104.939	33.445
Rendas e alugueres	15.089	13.228
Água, energia e combustíveis	19.050	25.015
Publicidade e edição de publicações	35.338	19.084
Comunicações e despesas de expedição	17.605	16.424
Impressos e material de consumo corrente	7.926	8.564
Transportes	21.986	22.838
Seguros	16.257	15.147
Deslocações, estadas e representação	12.432	10.425
Conservação e reparação	5.212	3.603
Formação de pessoal	4.709	4.614
Outros	2.631	960
	<u>451.815</u>	<u>333.831</u>

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Revisão Legal	5.149	4.411
Relatório sobre as Provisões Regulamentares Mínimas (Aviso n.º 4/2006 do BCV)	827	675
Revisão do Sistema de Controlo Interno (Aviso n.º 3/2020 do BdP)	2.663	3.661
<u>Relatório de Imparidade - Instrução n.º 5/2013 do BdP</u>	<u>662</u>	<u>1.623</u>
* Os valores acima não incluem as despesas de deslocação, nem o IVA, à taxa legal em vigor em Cabo Verde	<b>9.300</b>	<b>10.370</b>

### 30. RESULTADO POR ACÇÃO

	<u>dez-25</u>	<u>dez-24</u>
Resultado após imposto	571 624	607 476
Número de acções	100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	<u>5 716</u>	<u>6 075</u>

### 31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales prestados	824.615	532.210
. Créditos documentários abertos	33.434	-
	<u>858.050</u>	<u>532.210</u>
Compromissos Irrevogáveis	1.760.465	1.366.285
Depósito e guarda de valores	<u>12.428.223</u>	<u>10.481.847</u>
	<u>15.046.738</u>	<u>12.380.342</u>

## 32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2025				
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total	DF's
Juros e rendimentos similares	209.479	580.840	809.437	1.599.756	1.599.756
Juros e encargos similares	6.035	145.877	137.288	289.201	(289.201)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>215.515</b>	<b>726.717</b>	<b>946.724</b>	<b>1.310.554</b>	<b>1.310.554</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.630	85.252	-	86.883	86.883
Rendimentos com serviços e comissões	74.727	108.055	71.378	254.160	254.160
Encargos com serviços e comissões	-	(71.125)	-	(71.125)	(71.125)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	53.654	-	53.654	53.654
Resultados de alienação de outros ativos	1.797	-	-	1.797	1.797
Outros resultados de exploração	94.897	2.044	3.479	100.420	100.420
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>388.565</b>	<b>904.598</b>	<b>1.021.582</b>	<b>1.736.343</b>	<b>1.736.343</b>
Outros custos e proveitos	-	(258.309)	(906.411)	(1.164.720)	(1.164.720)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>571.623</b>	<b>571.623</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.392.708	-	-	4.392.708	4.392.708
Disponibilidades em outras instituições de crédito	62.524	22.237	-	84.761	84.761
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	927.237	-	-	927.237	927.237
Aplicações em instituições de crédito	35.290	8.466.585	-	8.501.875	8.501.875
Crédito a clientes	-	7.736.305	12.911.291	20.647.596	20.647.597
Titulos do Tesouro	4.101.757	-	-	4.101.757	4.101.757
Recursos de outras instituições Financeiras	99.605	237.948	-	337.553	337.553
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	17.867.020	16.811.449	34.678.469	34.678.469

	2024			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	310 524	397 888	692 955	1 401 368
Juros e encargos similares	(4 956)	(132 606)	(110 612)	(248 175)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>305 568</b>	<b>265 282</b>	<b>582 342</b>	<b>1 153 193</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1 491	78 102	-	79 592
Rendimentos com serviços e comissões	76 509	86 572	47 819	210 899
Encargos com serviços e comissões	-	(68 862)	(1 967)	(70 829)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	28 253	29 404	57 657
Resultados de alienação de outros ativos	2 133	-	-	2 133
Outros resultados de exploração	110 465	24 499	7 484	142 448
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>496 165</b>	<b>413 845</b>	<b>665 082</b>	<b>1 575 093</b>
Outros custos e proveitos	-	(519 632)	(447 985)	(967 617)
<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>607 476</b>	<b>607 476</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 731 983	-	-	4 731 983
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128 111	924 083	-	1 052 194
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	808 682	-	-	808 682
Aplicações em instituições de crédito	38 094	4 806 401	-	4 844 495
Títulos de dívida pública	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	7 399 576	15 423 907	22 823 483
Recursos de outras instituições Financeiras	67 172	392 424	-	459 596
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	15 619 562	15 116 483	30 736 045

### 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A e as empresas associadas, assim como acionistas locais e membros dos órgãos de gestão ou entidades relacionadas e familiares.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais.

	2025			
	Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	SISP
<b>Ativos:</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21 495	742	954	-
Aplicações em instituições de crédito	866 580	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	817 488	-
Crédito a clientes	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	165 425
Outros ativos	-	-	-	7 079
<b>Passivos:</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	(42 168)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(306 531)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-
Outros Passivos	(0)	-	-	(23 654)
<b>Extrapatrimoniais:</b>				
Garantias prestadas	171 823	-	-	79 719
<b>Rendimentos:</b>				
Juros e rendimentos similares	77 162	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	85 252	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	86 054
Outros Resultados de Exploração	-	-	-	31 695
<b>Gastos:</b>				
Juros e encargos similares	(8)	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(3 056)	(135)	-	(7 001)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(42 942)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-

	2024			
	Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	SISP
<b>Ativos:</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	909 619	13 510	954	-
Aplicações em instituições de crédito	4 805 870	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	701 776	-
Crédito a clientes	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	168 569
Outros ativos	-	-	-	6 063
<b>Passivos:</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(293 692)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-
Outros Passivos	(0)	-	(59 229)	(10 896)
<b>Extrapatrimoniais:</b>				
Garantias prestadas	182 081	-	-	89 818
<b>Rendimentos:</b>				
Juros e rendimentos similares	174 899	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	78 102	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	75 889
Outros Resultados de Exploração	-	-	-	33 928
<b>Gastos:</b>				
Juros e encargos similares	(125)	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(3 818)	(146)	-	(4 722)
Gastos gerais administrativos	(0)	-	-	(39 706)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-

## Órgãos de gestão

As transações com entidades relacionadas são realizadas, em regra, a preços e condições equivalentes às praticadas no mercado à data da sua concretização, em conformidade com o princípio da plena concorrência.

No exercício de 2025, os encargos incorridos com remunerações dos membros do Conselho de Administração totalizaram 44.172 mCVE, acrescidos de 12.555 mCVE relativos a outros benefícios atribuídos, totalizando um montante global de 56.727 mCVE.

## 34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110.265/1 Euros), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

### Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos, o qual é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública, por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentavam a seguinte composição:

2025									
Prazos residuais contratuais									
	Até 1 Mês	Até 3 Meses	Até 6 Meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Superior a 10 anos	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.392.708	-	-	-	-	-	-	-	4.392.708
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84.761	-	-	-	-	-	-	-	84.761
Aplicações em instituições de crédito	8.466.586	-	-	-	-	-	-	35.290	8.501.875
Crédito a clientes (saldo bruto)	361.752	371.126	316.759	612.071	2.008.821	4.215.012	5.967.171	11.422.495	25.275.209
	13.305.807	371.126	316.759	612.071	2.008.821	4.215.012	5.967.171	11.457.785	38.254.553
<b>Passivos</b>									
Recursos de outras instituições Financeiras	(337.553)	-	-	-	-	-	-	-	(337.553)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.786.693)	(3.018.119)	(998.558)	(14.397.296)	(5.477.804)	-	-	-	(34.678.469)
	(10.453.255)	(1.361.360)	(1.086.280)	(14.397.296)	(2.718.553)	(2.665.580)	-	-	(35.016.022)
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>2.852.552</b>	<b>(990.234)</b>	<b>(769.521)</b>	<b>(13.785.224)</b>	<b>(709.732)</b>	<b>1.549.432</b>	<b>5.967.171</b>	<b>11.457.785</b>	<b>3.238.531</b>

2024									
Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4 731 983	-	-	-	-	-	-	-	4 731 983
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 052 194	-	-	-	-	-	-	-	1 052 194
Aplicações em instituições de crédito	4 705 036	100 286	1 079	-	-	-	-	38 094	4 844 496
Crédito a clientes (saldo bruto)	653 207	729 417	877 892	172 080	1 764 528	3 701 862	4 615 589	10 809 121	23 323 696
	11 142 419	829 702	878 972	172 080	1 764 528	3 701 862	4 615 589	10 847 216	33 952 368
<b>Passivos</b>									
Recursos de outras instituições Financeiras	(459 596)	-	-	-	-	-	-	-	(459 596)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9 993 659)	(1 361 360)	(1 086 280)	(12 910 614)	(2 718 553)	(2 665 580)	-	-	(30 736 045)
	(10 453 255)	(1 361 360)	(1 086 280)	(12 910 614)	(2 718 553)	(2 665 580)	-	-	(31 195 641)
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>689 164</b>	<b>(531 658)</b>	<b>(207 308)</b>	<b>(12 738 533)</b>	<b>(954 025)</b>	<b>1 036 282</b>	<b>4 615 589</b>	<b>10 847 216</b>	<b>2 756 727</b>

### Risco de taxa de juro:

A maioria das operações de crédito (cerca de 69% do volume) encontram-se em taxa variável ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses , resultado de uma estratégia de redução do risco de taxa de juro no balanço que consistiu e consiste numa substituição de operações de médio e longo prazo em taxas fixas por, em implementação progressiva, novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base mensal, avalia o EVE (*Economic Value of equity at risk*) a uma variação de 50 pontos base, bem como o impacto nos resultados advenientes de uma variação de 50 pontos bases pelo *repricing* gap. Nestas duas métricas está assente a definição da apetência pelo risco de taxa de juro (constando as métricas no RAS *Dashboard* e acompanhado em fóruns como o Comité de Ativos e Passivos, a Comissão de Gestão de Riscos e o Conselho de Administração).

### Risco de mercado

O Risco de Mercado Core assume pequena relevância dado que a dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida, não existindo transações suficientes no mercado secundário para assegurar liquidez e formação de preços.

### Risco Cambial (Fx risk)

A existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados com a Direção de Gestão de Risco da CGD (DGR) e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a

mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “*Value at Risk*” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o BI.

Os limites atualmente estabelecidos para o Banco Interatlântico são os seguintes:

Valor de Mercado (VM)	8.880.220.000
Valor de Mercado em Euros	80.220.000
VaR	2.800.000

Limite de VM (valores em CVE)

CAD	8 100 000
CHF	20 000 000
DKK	3 000 000
EUR	8 800 000 000
GBP	20 000 000
JPY	3 000 000
NOK	3 000 000
SEK	3 000 000
USD	20 000 000
ZAR	120 000

Risco de crédito

A Direção de Gestão de Riscos (DGR) é responsável propor e implementar metodologias de determinação de imparidade coletiva e individual, promovendo o desenvolvimento de modelos em conformidade com as normas em vigor, assegurando a atualização dos parâmetros de risco numa base anual.

Ainda no âmbito do risco de crédito, monitoriza a qualidade da carteira de crédito da nova produção por forma a contribuir para a melhoria contínua dos processos de concessão e de recuperação de crédito.

Os aspetos supramencionados fazem parte da definição da apetência pelo risco, existindo para o efeito métricas e limites definidos (nomeadamente o rácio de NPE, rácio de cobertura de imparidade e o acompanhamento do *cost of risk*) e são reportados, além do *Chief Risk Officer (CRO)*, a diferentes fóruns (Comité de Ativos e Passivos, Comissão de Gestão de Riscos e Conselho de Administração).

Numa base individual (operações e clientes), o Gabinete de Risco de Crédito (GRC) emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, o Gabinete de Contencioso e Recuperação de Crédito (GCR), apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

#### Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima a risco de crédito do Banco (incluindo saldos contratados mas ainda por utilizar), apresenta a seguinte decomposição:

Risco de crédito

	2025			
	Exposição Ativo	Imparidade**	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades*	4 477 469	-	-	4 477 469
Aplicações em instituições de crédito	8 501 875	-	-	8 501 875
Crédito a clientes e Títulos de Dívida	25 275 209	545 197	18 559 015	6 170 997
Outros Activos	1 249 934	133 624	-	1 116 311
	<u>39 504 488</u>	<u>678 820</u>	<u>18 559 015</u>	<u>20 266 652</u>
Garantias e avales	2 599 712	34 616	813 589	1 786 123
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>42 104 200</u>	<u>713 436</u>	<u>19 372 604</u>	<u>22 052 776</u>

\* Inclui disponibilidades em Instituições Financeiras e Bancos Centrais

\*\* Inclui Compromissos Assumidos no valor de 19 337 mCVE

Risco de crédito

	2024			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades*	1 052 194	-	-	1 052 194
Aplicações em instituições de crédito	4 844 495	-	-	4 844 495
Crédito a clientes e Títulos de Dívida	23 323 697	500 214	17 323 773	5 499 710
Outros Activos	1 251 157	122 750	-	1 128 407
	<u>30 471 543</u>	<u>622 964</u>	<u>17 323 773</u>	<u>12 524 806</u>
Garantias e avales	1 898 495	2 455	517 349	1 381 146
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>32 370 038</u>	<u>625 419</u>	<u>17 841 122</u>	<u>13 905 952</u>

\* Inclui disponibilidades em Instituições Financeiras e Bancos Centrais

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	<b>2025</b>			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.038.513	714.403	92.427	6.845.343
Vencido	3	3.195	259.362	262.560
	<u>6.038.517</u>	<u>717.598</u>	<u>351.789</u>	<u>7.107.903</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	8.854.855	356.995	26.306	9.238.156
Vencido	-	13.451	112.443	125.894
	<u>8.854.855</u>	<u>370.445</u>	<u>138.749</u>	<u>9.364.050</u>
Outros créditos				
Vincendo	3.528.135	115.746	42.171	3.686.052
Vencido	631	9.915	161.256	171.802
	<u>3.528.766</u>	<u>125.661</u>	<u>203.426</u>	<u>3.857.854</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	120.637	-	-	120.637
Vencido	-	-	-	-
	<u>120.637</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.637</u>
Total crédito vincendo	18.542.140	1.187.144	160.903	19.890.187
Total crédito vencido	634	26.561	533.060	560.256
Total de crédito	<u>18.542.774</u>	<u>1.213.705</u>	<u>693.964</u>	<u>20.450.443</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	2.531.459	52.101	16.153	2.599.712
Total de extrapatrimoniais	<u>2.531.459</u>	<u>52.101</u>	<u>16.153</u>	<u>2.599.712</u>

	2024			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	5 695 263	675 976	140 860	6 512 099
Vencido	115	14 781	262 574	277 470
	<u>5 695 378</u>	<u>690 756</u>	<u>403 435</u>	<u>6 789 569</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	8 384 092	299 249	0	8 683 341
Vencido	0	9 613	120 112	129 725
	<u>8 384 092</u>	<u>308 862</u>	<u>120 112</u>	<u>8 813 066</u>
Outros créditos				
Vincendo	2 728 291	93 458	51 397	2 873 146
Vencido	254	10 501	144 216	154 972
	<u>2 728 545</u>	<u>103 959</u>	<u>195 614</u>	<u>3 028 118</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	115 239	0	0	115 239
Vencido	0	0	0	-
	<u>115 239</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>115 239</u>
Total crédito vincendo	16 922 883	1 068 683	192 258	18 183 824
Total crédito vencido	370	34 895	526 903	562 167
Total de crédito	<u>16 923 253</u>	<u>1 103 577</u>	<u>719 161</u>	<u>18 745 991</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	1 864 803	30 301	3 391	1 898 495
Total de extrapatrimoniais	<u>1 864 803</u>	<u>30 301</u>	<u>3 391</u>	<u>1 898 495</u>

Qualidade do Crédito					
2025					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
<b>Sem vencido nem imparidade individual</b>	<b>4.349.923</b>	<b>9.182.508</b>	<b>3.664.828</b>	<b>4.927.786</b>	<b>22.125.045</b>
<b>Sem vencido com imparidade individual</b>	<b>2.476.676</b>	-	-	<b>113.826</b>	<b>2.590.503</b>
<b>Com vencido mas sem imparidade individual</b>	<b>162.282</b>	<b>125.772</b>	<b>171.580</b>	-	<b>459.635</b>
Inferior a 30 dias	3.083	13.730	6.680	-	23.493
30 a 90 dias	1.590	15.145	9.547	-	26.282
91 a 180 dias	4.834	17.599	7.560	-	29.993
181 a 360 dias	24.109	5.499	29.060	-	58.669
superior a 360 dias	128.665	73.800	118.733	-	321.198
<b>Créditos com imparidade individual</b>	<b>100.026</b>	-	-	-	<b>100.026</b>
Inferior a 30 dias	-	-	-	-	-
30 a 90 dias	-	-	-	-	-
91 a 180 dias	-	-	-	-	-
181 a 360 dias	-	-	-	-	-
superior a 360 dias	100.026	-	-	-	100.026
<b>Total</b>	<b>7.088.908</b>	<b>9.308.280</b>	<b>3.836.408</b>	<b>5.041.613</b>	<b>25.275.209</b>

Qualidade do Crédito					
2024					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
<b>Sem vencido nem imparidade individual</b>	<b>5.182.876</b>	<b>8.631.004</b>	<b>2.855.614</b>	<b>4.774.021</b>	<b>21.443.514</b>
<b>Sem vencido com imparidade individual</b>	<b>1.318.577</b>	-	-	-	<b>1.318.577</b>
<b>Com vencido mas sem imparidade individual</b>	<b>177.342</b>	<b>129.358</b>	<b>154.824</b>	-	<b>461.524</b>
Inferior a 30 dias	12.595	5.096	3.731	-	21.421
30 a 90 dias	14.988	4.558	35.649	-	55.195
91 a 180 dias	8.291	13.687	7.697	-	29.674
181 a 360 dias	43.140	44.048	20.886	-	108.074
superior a 360 dias	98.328	61.970	86.861	-	247.160
<b>Créditos com imparidade individual</b>	<b>100.082</b>	-	-	-	<b>100.082</b>
Inferior a 30 dias	56,00	-	-	-	56,00
30 a 90 dias	-	-	-	-	-
91 a 180 dias	-	-	-	-	-
181 a 360 dias	-	-	-	-	-
superior a 360 dias	100.026	-	-	-	100.026
<b>Total</b>	<b>6.778.876</b>	<b>8.760.363</b>	<b>3.010.437</b>	<b>4.774.021</b>	<b>23.323.697</b>

O crédito vencido considerado na presente nota inclui apenas os montantes relativos às operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência.

Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2025			2024		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total
Empresas	80 599	54 420	135 020	282 582	59 593	342 175
Particulares	117 459	69 839	187 297	111 884	80 701	192 585
	<u>198 058</u>	<u>124 259</u>	<u>322 317</u>	<u>394 466</u>	<u>140 294</u>	<u>534 760</u>

### Justo valor

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

	2025			
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	89 949	817 488	19 801	927 237
		-		-
Ativos financeiros	<u>89 949</u>	<u>817 488</u>	<u>19 801</u>	<u>927 237</u>

	2024			
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	90 910	701 776	15 996	808 682
		-		-
Ativos financeiros	90 910	701 776	15 996	808 682

As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 13.

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (BCA) foram valorizadas com base no valor da venda das participações do Grupo Caixa Geral de Depósitos naquela Instituição à Coris Holding SA, em contrapartida deste modo no nível 2 de valorização previsto na IFRS 3.

O movimento no ano em 2025 e 2024 dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis de mercado diz na sua totalidade respeito a variação de justo valor, não se tendo registado aquisição, vendas ou saídas por maturidade nestes exercícios.

Nos exercícios de 2025 e 2024 não existiram transferências de ativos entre as categorias de hierarquia de justo valor definidas na IFRS 13.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

2025

Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo valor total	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.392.708	-	4.392.708	-	4.392.708
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84.761	-	84.761	-	84.761
Aplicações em instituições de crédito	8.501.875	-	8.501.875	-	8.501.875
Crédito a clientes	24.749.354	-	-	20.087.011	20.087.011
	<b>37.728.698</b>	-	<b>12.979.345</b>	<b>20.087.011</b>	<b>33.066.356</b>
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições Financeiras	337.553	-	-	337.553	337.553
Recursos de clientes e outros empréstimos	34.678.469	-	-	34.678.469	34.678.469
	<b>35.016.022</b>	-	-	<b>35.016.022</b>	<b>35.016.022</b>

2024

Justo Valor

Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo Valor			Justo valor total	
	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.731.983	-	4.731.983	-	4.731.983
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.052.194	-	1.052.194	-	1.052.194
Aplicações em instituições de crédito	4.844.495	-	4.844.495	-	4.844.495
Crédito a clientes	22.823.483	-	-	18.364.714	18.364.714
Outros ativos (imóveis)	824.026	-	-	1.645.107	1.645.107
	<b>34.276.181</b>	<b>-</b>	<b>10.628.672</b>	<b>20.009.821</b>	<b>30.638.492</b>
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições Financeiras	459.596	-	-	459.596	42.140
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.736.045	-	-	28.630.782	28.630.782
	<b>31.195.641</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.090.378</b>	<b>28.672.922</b>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

### Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis ao risco da taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2025					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	5 491 509	2 405 079	1 178 739	(834 034)	(1 670 852)	(3 092 090)
<i>Total ativo sensível</i>	5 491 509	2 405 079	1 178 739	(834 034)	(1 670 852)	(3 092 090)
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	6 616 856	2 601 587	1 178 176	(993 822)	(1 845 018)	(3 230 452)
<i>Total ativo sensível</i>	6 616 856	2 601 587	1 178 176	(993 822)	(1 845 018)	(3 230 452)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para 2025 e 2024, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2025					
	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2025	(368 785)	(184 393)	(92 196)	92 196	184 393	368 785
Exercício de 2024	(335 818)	(167 909)	(83 955)	83 955	167 909	335 818
Exercício de 2023	(287 190)	(143 595)	(71 797)	71 797	143 595	287 190
Exercício de 2022	(294 762)	(147 381)	(73 690)	73 690	147 381	294 762
Exercício de 2021	(271 733)	(135 867)	(67 933)	67 933	135 867	271 733

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2025 e 2024 respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o spread médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco

de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

## Risco cambial

### Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2025				
	Escudos de	Dólares			Total
	Cabo Verde	Euros	Norte Americanos	Outras	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 108 814	1 249 903	14 601	19 390	4 392 708
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60 975	5 780	6 283	11 723	84 761
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	927 237	0	0	0	927 237
Activos não correntes detidos para venda	292 353				292 353
Aplicações em instituições de crédito	7 600 000	771 856	130 020	0	8 501 875
Crédito a clientes (líquido)	23 700 242	1 049 112	0	0	24 749 354
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	165 425	0	0	0	165 425
Outros ativos	1 855 911	0	0	0	1 855 911
	<u>37 710 957</u>	<u>3 076 651</u>	<u>150 903</u>	<u>31 113</u>	<u>40 969 624</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(19 433)	(78 943)	(1 229)	-	(99 605)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(33 385 389)	(1 370 804)	(148 528)	(11 696)	(34 916 417)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(631 126)	-	-	-	(631 126)
	<u>(34 035 948)</u>	<u>(1 449 747)</u>	<u>(149 757)</u>	<u>(11 696)</u>	<u>(35 647 148)</u>
Exposição líquida	<u>3 675 009</u>	<u>1 626 904</u>	<u>1 146</u>	<u>19 417</u>	<u>5 322 476</u>

	2024				
	Escudos de	Dólares			Total
	Cabo Verde	Euros	Norte Americanos	Outras	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 316 185	1 377 971	18 438	19 388	4 731 983
Disponibilidades em outras instituições de crédito	125 501	898 985	3 031	24 677	1 052 194
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	808 682	-	-	-	808 682
Aplicações em instituições de crédito	-	4 701 768	142 728	-	4 844 495
Crédito a clientes (líquido)	21 728 472	1 095 011	-	-	22 823 483
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	168 569	-	-	-	168 569
Outros ativos	2 236 074	-	-	-	2 236 074
	<u>28 383 483</u>	<u>8 073 734</u>	<u>164 197</u>	<u>44 065</u>	<u>36 665 480</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(421 437)	(36 774)	(1 385)	-	(459 596)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28 720 503)	(1 822 791)	(164 251)	(28 500)	(30 736 045)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(739 094)	-	-	-	(739 094)
	<u>(29 881 034)</u>	<u>(1 859 566)</u>	<u>(165 636)</u>	<u>(28 500)</u>	<u>(31 934 735)</u>
Exposição líquida	<u>(1 497 550)</u>	<u>6 214 169</u>	<u>(1 439)</u>	<u>15 565</u>	<u>4 730 745</u>

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano e o Euro, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos ativos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2025 e 2024, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31.12.2025	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Ativo		particular para a							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	156	93,787	14.601	(2.190)	(1.460)	(292)	292	1.460	2.190
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67	93,787	6.283	(942)	(628)	(126)	126	628	942
Aplicações em instituições de crédito	1.386	93,787	130.020	(19.503)	(13.002)	(2.600)	2.600	13.002	19.503
			150.903	(22.635)	(15.090)	(3.018)	3.018	15.090	22.635
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(13)	93,787	-1.229	184	123	25	(25)	(123)	(184)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.584)	93,787	-148.528	22.279	14.853	2.971	(2.971)	(14.853)	(22.279)
			-149.757	22.464	14.976	2.995	(2.995)	(14.976)	(22.464)

	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31.12.2024	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	174	105,668	18.438	(2.766)	(1.844)	(369)	369	1.844	2.766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29	105,668	3.031	(455)	(303)	(61)	61	303	455
Aplicações em instituições de crédito	1.351	105,668	142.728	(21.409)	(14.273)	(2.855)	2.855	14.273	21.409
			164.197	(24.630)	(16.420)	(3.284)	3.284	16.420	24.630
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(13)	105,668	-1.385	208	139	28	(28)	(139)	(208)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.554)	105,668	-164.251	24.638	16.425	3.285	(3.285)	(16.425)	(24.638)
			-165.636	24.845	16.564	3.313	(3.313)	(16.564)	(24.845)



### 35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 62/VIII/2014 e Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril, a qual define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados

em cada exercício deverão ser afetados às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;

- O aviso nº 3/2015, de 12 de Maio de 2015, BO nº 25, define obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 800 milhões de Escudos de Cabo Verde, Bancos de autorização genérica;
- No Aviso nº 1/2017, de 09 de Fevereiro, determina que em matéria de fundos próprios, as instituições financeiras devem assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais, enquanto um dos indicadores de solvabilidade, no nível não inferior a 12%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afetarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ( $\geq 10\%$  do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, Aviso nº 1/2017 de Fevereiro de 2017, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 12%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, em 31 de dezembro de 2025 e nos finais de 2024, com a incorporação de 40% do Resultado líquido do ano (distribuição de dividendos correspondente a 60% do RL).

<b>Gestão do Capital</b>	<b>12/31/2024</b>	<b>12/31/2025</b>
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>3.861.834</b>	<b>4.134.710</b>
Capital Social	1.000.000	1.000.000
Reservas e Prêmios	2.435.254	3.012.357
Resultado Líquido	577.102	295.961
Activos intangíveis	(150.522)	(173.608)
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>222.581</b>	<b>343.542</b>
Obrigações subordinadas		
Outras reservas de reavaliação	222.581	343.542
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>674.949</b>	<b>746.586</b>
Participações Financeiras > 10% (valor líquido)	792.686	907.436
Deduções Participações Financeiras	384.244	459.611
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	290.705	286.975
Excesso na concentração de risco	0	0
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>3.409.466</b>	<b>3.731.666</b>
<b>Total do Ativo Ponderado (RWA)</b>	<b>19.789.475</b>	<b>19.952.696</b>
Activo ponderado	17.785.741	17.749.114
Extrapatrimonial ponderado	161.384	159.410
Ponderação pela taxa de câmbio	13.620	19.740
Ponderação pelo Risco Operacional	1.828.730	2.024.431
<b>Rácios</b>	<b>12/31/2024</b>	<b>12/31/2025</b>
Fundos Proprios de Base	19,51%	20,72%
Fundos Próprios Complementares	1,12%	1,72%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>17,23%</b>	<b>18,70%</b>

O Banco cumpriu durante o ano de 2025 (e 2024), com todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (exceto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos acionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspetiva de prudência, como facto de correção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde. O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- a) Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- b) Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- c) O valor líquido de balanço dos ativos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do

momento em que se completarem dois anos sobre a data em que os ativos não financeiros em causa tenham sido recebidos, entretanto na fase transitória, O Banco de Cabo Verde, relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, no período entre 2013 e 2016, prorrogou o prazo de alienação para cinco anos, estabelecendo que o valor líquido de balanço desses imóveis deve ser deduzido aos fundos próprios, com início no ano de 2018 sendo 45% neste mesmo ano e 55% em 2019, e assim sucessivamente até 2022

- d) Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os ativos ponderados são hierarquizados em 4 fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada ativo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adotado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos. No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2026, a Caixa Geral de Depósitos formalizou a alienação de ações representativas de 59,81% do capital social do Banco Comercial do Atlântico (BCA), numa operação realizada em conjunto com o Banco Interatlântico, que detinha uma participação de 5,40%.

No que respeita ao Banco Interatlântico, a participação detida foi alienada pelo montante de CVE 817 488 mil, estimando-se que a operação gerou uma mais-valia de CVE 588 753 mil, a qual encontra-se refletida nas contas de 2026 em resultados transitados no capital próprio.

A concretização da operação ocorreu após a data de referência destas demonstrações financeiras.

Do ponto de vista prudencial, a operação teve um impacto positivo nos fundos próprios regulamentares do Banco em 2026, refletindo a eliminação da dedução anteriormente efetuada aos fundos próprios relativa ao excedente do limite aplicável às participações financeiras e a consequente redução dos ativos ponderados pelo risco associados a esta exposição.

A modern office interior featuring several cubicles with white desks and grey partitions. Each workstation is equipped with a computer monitor, keyboard, and mouse. Ergonomic office chairs with blue and white upholstery are positioned at the desks. The room has large windows on the right side, providing natural light. The ceiling is a grid-style drop ceiling with recessed lighting. The floor is made of light-colored tiles. The text "RELATÓRIO DE AUDITORIA E PARECER DO CONSELHO FISCAL" is overlaid in white, bold, sans-serif font across the middle of the image. A dark blue horizontal bar is located at the bottom left, and a white horizontal bar is located at the bottom center, both partially overlapping the text.

RELATÓRIO DE AUDITORIA E  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO  
FISCAL

## Relatório do Auditor Independente

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de CVE 40 969 624 milhares e um total de capital próprio de CVE 5 271 065 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 571 624 milhares), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações de capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a políticas contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**Perdas por imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado – créditos a clientes – e provisões para exposições extrapatrimoniais**

(notas 2.2.4 c), 2.2.4 p) i), 7, 17, 31, 34 anexas às demonstrações financeiras do Banco)

A significativa expressão das rubricas de crédito concedido a clientes e das exposições extrapatrimoniais representadas por garantias prestadas e outros compromissos, e das perdas por imparidade e provisões que lhe estão associadas, cujo apuramento requer o tratamento de um volume significativo de dados, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor bruto em balanço do crédito concedido a clientes ascende a CVE 21 128 573 milhares e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 480 976 milhares. O valor das exposições extrapatrimoniais, representadas por garantias prestadas e outros compromissos, ascende a CVE 2 618 514 milhares e as respetivas provisões reconhecidas a essa data ascendem a CVE 34 616 milhares.

De acordo com o definido pela IFRS 9 – Instrumentos financeiros e a política contabilística divulgada na nota 2.2.4 c) anexa às demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2025, para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo de quantificação das perdas por imparidade que inclui uma análise individual (i) de *staging* e (ii) de quantificação de imparidade. Neste último caso, o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa futuros para o cumprimento das suas responsabilidades (abordagem *going concern*); e/ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais (abordagem *gone concern*).

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco desenvolve modelos de análise coletiva para apuramento das perdas de imparidade, baseados em informação histórica interna de *defaults* e recuperações do Banco, bem como em informação prospetiva via a incorporação de um conjunto de cenários potenciais devidamente ponderados, de variáveis macroeconómicas e financeiras relevantes, e de outros julgamentos definidos pelo órgão de gestão.

Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes e das provisões para as exposições extrapatrimoniais, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Banco para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de crédito a clientes, e das provisões para as exposições extrapatrimoniais, bem como dos controlos chave referentes à monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade e das provisões.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de (i) rever as conclusões e os resultados obtidos pelo Banco nas suas análises individuais de *staging* e de quantificação de imparidade; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito ou situações de incumprimento (*default*), a situação económico-financeira dos clientes, a previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios e as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, e com o envolvimento de especialistas internos nas matérias em apreciação sempre que considerado necessário, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, bem como a informação prospetiva.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes e as exposições extrapatrimoniais, bem como as respetivas perdas por imparidades e provisões, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis em vigor.

recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidade e provisões apuradas em cada momento.

**Mensuração dos imóveis recebidos em dação em pagamento classificados como outros ativos e como ativos não correntes detidos para venda e das propriedades de investimento (notas 2.2.4 d), 2.2.4 e), 2.2.4 f), 2.2.4 p) iv), 8, 13 e 17 anexas às demonstrações financeiras do Banco)**

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras do Banco e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor dos imóveis recebidos em dação em pagamento, classificados como outros ativos e como ativos não correntes detidos para venda, e das propriedades de investimento constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2025 o valor líquido dos imóveis recebidos em reembolso de créditos apresentados nas rubricas de Ativos não correntes detidos para venda, Outros Ativos e Propriedades de Investimento, ascendem a CVE 292 353 milhares, a CVE 333 893 milhares e a CVE 83 601 milhares, respetivamente.

Em conformidade com a política contabilística do Banco, (i) os imóveis recebidos em dação em pagamento encontram-se valorizados pelo menor de entre o justo valor apurado deduzido dos custos de venda e o valor atribuído aquando da dação ou respetiva execução judicial e (ii) as propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, sendo subsequentemente sujeitas a teste de imparidade anual. Tanto os imóveis recebidos em dação em pagamento como as propriedades de investimento são objeto de avaliações periódicas realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, as quais seguem determinadas metodologias e incorporam um conjunto de pressupostos para apurar a melhor estimativa do seu justo valor e eventuais imparidades.

Neste contexto, alterações nos pressupostos, nas metodologias de valorização e/ou julgamentos por parte do órgão de gestão para efeitos da determinação do montante e do momento de reconhecimento das perdas por imparidades destes ativos, bem como as perspetivas sobre a evolução do mercado imobiliário e a sua intenção sobre a comercialização desses ativos, podem originar impactos relevantes no montante de perdas por imparidade apurado em cada momento.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos procedimentos e controlos chave instituídos pelo Banco subjacentes (i) ao apuramento do justo valor dos imóveis recebidos em dação em pagamento e das propriedades de investimento; (ii) à identificação de eventuais indícios de imparidade; e (iii) ao adequada e tempestivo reflexo contabilístico das alterações de justo valor e das eventuais imparidades apuradas.

Para uma amostra de imóveis em balanço a 31 de dezembro de 2025, foram efetuados os seguintes procedimentos: (i) revisão analítica sobre o justo valor destes imóveis, comparando-o com o período homólogo e com outra informação de mercado, sempre que disponível; (ii) confirmação de que as avaliações dos imóveis foram efetuadas por peritos avaliadores independentes registados na AGMVM; (iii) apreciação da razoabilidade dos principais pressupostos incluídos nas avaliações realizadas pelos peritos avaliadores independentes, bem como aferição da adequação da metodologia seguida nas avaliações e (iv) quando aplicável, análise da respetiva perda por imparidade registada nas demonstrações financeiras do Banco, determinada com base nas avaliações elaboradas por esses peritos avaliadores independentes. Sempre que necessário, efetuámos reuniões com o órgão de gestão do Banco para compreensão, entendimento e desafio dos principais julgamentos e pressupostos adotados na preparação das avaliações por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes.

Para uma amostra de imóveis vendidos durante o exercício, comparámos o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir a razoabilidade das avaliações anteriormente obtidas pelo Banco.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os imóveis recebidos em dação em pagamento classificados como Outros ativos e como Ativos não correntes detidos para venda e sobre as Propriedades de Investimento, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis em vigor.

## **Outra informação – relatório de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

19 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2025

*J. M. Silva*  
*[Signature]*  
*[Initials]*

Exmos. Senhores Accionistas do Banco Interatlântico, SA

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2025, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos na Assembleia Geral de 8 de Março de 2023.

### RELATÓRIO

A 19 de fevereiro de 2025, o Conselho Fiscal reuniu-se e emitiu o Relatório de Avaliação das Propostas de Contratação do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2025-2028, bem como o respetivo parecer sobre a contratação de Auditor Externo para o mesmo período, a apresentar em Assembleia Geral de acionistas.

A 21 de março, o Conselho Fiscal reuniu-se e emitiu pareceres sobre o fecho das contas de 2024, o Relatório de Governo Societário de 2024, o Orçamento do Banco para 2025, o Plano de Formação da Função de Auditoria Interna (FAI) para 2025 e diversas normas da Direção de Gestão de Riscos (DGR). Foi ainda emitido o Relatório Anual de Comunicação Interna de Práticas Irregulares relativo a 2024, registando-se que não houve reporte de práticas irregulares nesse período.

Na mesma reunião, o Conselho Fiscal apreciou o relatório de atividades da Função de Auditoria Interna referente a 2024 e tomou conhecimento do resumo da sua atividade nos primeiros meses de 2025, bem como de relatórios sobre deficiências de controlo interno e auditoria contínua. Foram igualmente analisados elementos relativos à atividade da Função Compliance, incluindo o Plano de Atividades para 2025, relatórios de acompanhamento das atividades do Gabinete da Função Compliance e o relatório da matriz de risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como atualizações relativas à determinação específica n.º 02/2023 do Banco de Cabo Verde.

Ainda a 21 de março, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou as contas de 2024.

A 29 de maio, o Conselho Fiscal participou na Assembleia Geral do Banco, na qual foram apresentados os pareceres sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024 e sobre a proposta de aplicação de resultados.

A 30 de maio, o Conselho Fiscal reuniu-se com os responsáveis das Funções de Controlo, tendo analisado a evolução das atividades em curso e confirmado a atuação independente e sem restrições dessas funções. Na reunião participaram ainda a Diretora da Direção de Contabilidade e Planeamento, que apresentou o ponto de situação do processo de fecho de contas de 2024 e iniciativas de melhoria em curso, e o Diretor de IT, que reportou a evolução tecnológica do Banco, os principais desafios identificados e as perspetivas de reforço do sistema de controlo interno e de mitigação de vulnerabilidades tecnológicas.

A 18 de julho de 2025, o Conselho Fiscal reuniu-se e emitiu pareceres favoráveis sobre a autorização agregada de operações com partes relacionadas, o Regulamento da Função de Controlo do Cumprimento Normativo PLC/CFT, a Política Corporativa de Gestão dos Riscos de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como sobre a revisão do Regulamento da Função de Auditoria Interna e a alteração do Plano de Auditoria Interna. Nessa reunião tomou também conhecimento das atividades



da Função de Auditoria Interna e da Função Compliance no primeiro semestre de 2025 e das atualizações relativas à determinação específica n.º 02/2023 do Banco de Cabo Verde, tendo ainda aprovado o Relatório de Atividades do primeiro semestre a remeter à Comissão de Auditoria da CGD.

A 21 de julho, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração.

A 22 de outubro de 2025, o Conselho Fiscal reuniu-se com o Auditor Externo, PwC, no âmbito da análise do Relatório Anual de Autoavaliação do Sistema de Controlo Interno do Banco.

A 23 de outubro, o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre o Relatório de Autoavaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas de Governo e Controlo Interno do Banco.

A 6 de novembro de 2025, o Conselho Fiscal reuniu-se para analisar diversas matérias de supervisão, incluindo a avaliação do perfil de risco do Banco para 2025, o Plano de Atividades da Direção de Gestão de Riscos e o Relatório anual de avaliação da Função de Auditoria Interna pela DAI/CGD. Foram também apreciados relatórios de auditoria interna e matérias relacionadas com a Função Compliance e com o Plano de Recuperação do Banco.

A 7 de novembro, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração.

A 21 de novembro de 2025, o Presidente do Conselho Fiscal reuniu-se com a Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, tendo reportado os principais aspetos da atividade de fiscalização desenvolvida pelo Conselho Fiscal do Banco Interatlântico, bem como as principais preocupações identificadas no âmbito da supervisão.

A 12 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal reuniu-se novamente, tendo analisado o Plano de Atividades para 2026 e o plano plurianual 2026-2028, deliberando incluir a supervisão das políticas e procedimentos de sustentabilidade e ESG. Na mesma reunião foram emitidos pareceres favoráveis sobre o Plano Anual de Atividades da Função Compliance para 2026, bem como sobre diversas normas corporativas relacionadas com governo corporativo, gestão de riscos e imparidade.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do acompanhamento da atividade da Função de Auditoria Interna, do Plano de Atividades da Função de Gestão de Riscos para 2026 e da Determinação Específica n.º 06/2025 do Banco de Cabo Verde relativa a operações na rede Vintí4.

No final do período, o Conselho Fiscal reuniu-se com os responsáveis das principais direções e funções de controlo do Banco, incluindo Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Riscos, bem como com responsáveis de outras áreas estruturais, que apresentaram os principais projetos em curso e os desafios previstos para 2026, com destaque para iniciativas de transformação tecnológica, reforço da cibersegurança e automatização de processos.

Neste mesma data, O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a variação dos elementos patrimoniais e a respectiva situação financeira, tendo analisado a informação contabilística facultada.

Foram também efectuadas as reuniões consideradas adequadas, nomeadamente com o Auditor Externo, para assegurar o necessário conforto ao Parecer que se emite.

*Spice de*  
*CF* *[Signature]*

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Rendimento Integral e do respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2025, os quais reflectem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria, nomeadamente as perdas por imparidade do crédito a clientes e a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

O Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores como os mais relevantes da actividade do Banco em 2025:

- O activo líquido alcançou o montante de CVE 40.969.624 mil, representando um aumento do activo líquido em c. 11.7% (CVE + 4.304.144 mil), justificada essencialmente pelas seguintes variações:
  - o Pelo aumento da carteira de crédito líquido em CVE +1.674.729 mil, (+8.8% VH);
  - o Pelo aumento da carteira de títulos de dívida pública em CVE 251 mil (+6.5%), resultante do vencimento de Obrigações do Tesouro do Estado de Cabo Verde e pelas novas subscrições de títulos verificada no exercício;
  - o Pela diminuição das disponibilidades em CVE -339 mil, (-7.2% VH);
- Do lado do passivo, os depósitos totais de clientes aumentaram c. 13.6% (CVE +4.153.985 mil), com os depósitos à ordem a aumentarem 15.5% (CVE +2.896.959 mil) e os depósitos a prazo a aumentarem em 7.1% (CVE +887.059 mil), impulsionado por um lado pela retoma económica mais acentuada em 2025, e por outro o foco da atuação comercial na retenção e captação de depósitos;
- O rácio de transformação situou-se nos 59.17%, registando uma diminuição de 1.8 p.p face ao ano anterior;
- O produto bancário aumentou em 10.2% (CVE +161.3 milhões), impulsionado, pelo efeito pelo acréscimo dos proveitos do crédito, das aplicações e das comissões recebidas. A margem financeira cresceu 13.6%, (CVE +157.4 milhões).
- Os custos de estrutura registaram um aumento 25.1%, totalizando CVE 957.706 mil, justificado pela expansão da atividade em 2025, pela continuidade da implementação de projectos estratégicos do Banco, bem como pela implementação da nova Política de Pessoal do Banco em março de 2025 com efeitos retroativos a janeiro.
- O *cost-to-income* passou de 48.6% em Dezembro de 2024 para 55.17% em Dezembro de 2025, pelo efeito conjugado de um aumento de custos e investimentos superior ao aumento verificado nos proveitos, ainda assim alinhado com o Plano Estratégico aprovado.
- O resultado líquido atingiu os CVE 571.624 mil, representando uma diminuição de CVE -35.852 mil (-5.9%) face a Dezembro de 2024 impactado pelo aumento do custo de estrutura e das imparidades.
- O rácio de solvabilidade do Banco situou-se nos 18.29% (+1.1 pp);
- O Conselho Fiscal verificou que os indicadores do RAS – *Risk Appetite Statement*, bem como o princípio de assegurar um *buffer* de capital adicional de 3 pp face ao rácio de solvabilidade regulamentar, estão cumpridos;
- O Conselho Fiscal entende que a proposta de distribuição do Resultado Líquido de 2025 apresentada pelo Conselho de Administração, antes de constituída a reserva legal obrigatória, é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos activos, robustecendo os fundos próprios da Instituição e assegurando a remuneração dos capitais investidos;
- O Conselho Fiscal apreciou também a proposta de distribuição de Resultados Transitados, resultante dos proveitos com a venda do BCA, que também considera apropriada;
- Nas análises destas propostas de distribuição de resultados, o Conselho Fiscal analisou também as projecções dos rácios de capital, RWA do Limite de Concentração de Riscos regulamentar e do RAS, considerando que as

distribuições propostas mantêm forte solidez de capital e capacidade de o Banco continuar o seu processo de crescimento, mantendo um retorno de capitais adequado.

O Conselho Fiscal tem acompanhado, em permanente contacto com a Comissão Executiva e as Estruturas do Banco, a evolução da actividade, pelo que felicita a Comissão Executiva e todos os colaboradores pelos resultados alcançados em ano de 2025.

Em conformidade com o exposto e tendo presente que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a actividade desenvolvida em 2025 e que a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis, nem os indicadores do RAS (Risk Appetite Statement), o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- b) Aprove a Aplicação de resultados proposta, sublinhando que se dá continuidade à melhoria da solidez do Banco.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa, por toda a colaboração prestada e pelos resultados alcançados em 2025.

Cidade da Praia, 19 de Março de 2026

**PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL**



*(José Liberato)*

**VOGAL DO CONSELHO FISCAL**



*(José Mário de Sousa)*

**VOGAL DO CONSELHO FISCAL**



*(Carlos Alberto Rodrigues)*



RELATÓRIO DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO



## 10. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Relatório disponível [aqui](#)